

Equatorial Energia Distribuição S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2025

Equatorial Energia Distribuição S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS.....	1
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	6
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES.....	8
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO	10
DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO	11

Notas explicativas

1 CONTEXTO OPERACIONAL.....	12
2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS	14
3 POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS.....	16
4 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31
5 APLICAÇÕES FINANCEIRAS.....	31
6 CONTAS A RECEBER DE CLIENTES (CONSOLIDADO)	32
7 VALORES A RECEBER (DEVOLVER) DA PARCELA A E OUTROS ITENS FINANCEIROS (CONSOLIDADO).....	34
8 PARTES RELACIONADAS	37
9 OUTROS CRÉDITOS A RECEBER (CONSOLIDADO).....	41
10 INVESTIMENTOS.....	41
12 ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO (CONSOLIDADO).....	44
12 INTANGÍVEL (CONSOLIDADO).....	44
13 ATIVOS DE CONTRATO (CONSOLIDADO)	46
14 FORNECEDORES (CONSOLIDADO).....	46
15 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (CONSOLIDADO).....	48
16 DEBÊNTURES (CONSOLIDADO).....	51
17 IMPOSTOS DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS (CONSOLIDADO).....	53
18 VALORES A PAGAR DE ACORDO COM O PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL - EQUATORIAL PARÁ.....	56
19 PROVISÃO PARA RISCOS JUDICIAIS E DEPÓSITOS VINCULADOS (CONSOLIDADO).....	57
20 OUTRAS CONTAS A PAGAR (CONSOLIDADO).....	61
19 PATRIMÔNIO LÍQUIDO	61
20 PLANOS DE INCENTIVOS A LONGO PRAZO	64
21 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (CONSOLIDADO)	66
22 CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (CONSOLIDADO).....	67
23 ENERGIA ELÉTRICA COMPRADA PARA REVENDA (CONSOLIDADO)	68
24 OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS (CONSOLIDADO).....	68
25 RESULTADO FINANCEIRO (CONSOLIDADO).....	69
26 BENEFÍCIO PÓS EMPREGO (CONSOLIDADO)	70
27 INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	73
28 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	88
29 COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)	89
30 EVENTOS SUBSEQUENTES	89



**Shape the future
with confidence**

Centro Empresarial Iguatemi
Av. Washington Soares, 55
5º andar - sala 506 a 509 - Bairro Cocó
60811-341 - Fortaleza - CE - Brasil
Tel: +55 85 3392-5600
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da
Equatorial Energia Distribuição S.A.
Brasília - Distrito Federal

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Equatorial Distribuição S.A (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações contábeis no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



**Shape the future
with confidence**

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações contábeis. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Reconhecimento da receita de energia distribuída, mas não faturada

As receitas de fornecimento de energia elétrica são reconhecidas quando do consumo da energia, conforme regime de competência, independente do seu faturamento, uma vez que o faturamento é efetuado tomando como base ciclos de leitura que em alguns casos se sucedem ao período de encerramento contábil. O saldo de contas a receber derivado do fornecimento não faturado totaliza R\$ 580.815 mil em 31 de dezembro de 2025 e está divulgado na nota explicativa nº 6 às demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

O cálculo da receita não faturada foi considerado um assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos e às especificidades atreladas ao processo de estimativa, o qual leva em consideração dados históricos, parametrização de sistemas, além de julgamentos por parte da diretoria acerca da estimativa de consumo por parte dos consumidores, a fim de garantir que a receita seja mensurada de forma acurada e contabilizada na competência correta.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) a compreensão e documentação do processo de estimativa, com revisão das premissas adotadas por parte da Diretoria; (ii) recálculo por consumidor da estimativa de receita não faturada com base nos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, (iii) teste de detalhe em base amostral dos dados do relatório extraído do sistema de faturamento, que são utilizados na realização dos cálculos da estimativa de receita não faturada, (iv) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; (v) reconciliação do saldo de receita de fornecimento de energia não faturada com os registros contábeis; e (vi) comparação da premissa de consumo médio estimado pelas Companhias com o consumo médio real conforme relatório extraído da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



**Shape the future
with confidence**

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



**Shape the future
with confidence**

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.



**Shape the future
with confidence**

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

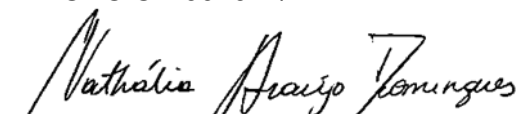
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Fortaleza (CE), 25 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC CE-001042/F


Nathália Araújo Domingues
Contador CRC CE-020833/O

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)



Ativo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	156	144	890.773	1.668.099
Aplicações financeiras	5	3.055	6.358	3.374.414	4.592.742
Contas a receber de clientes	6	-	-	4.527.450	4.033.641
Subvenção CCC		-	-	121.341	60.200
Serviços pedidos		-	-	371.469	378.069
Valores a receber da parcela A	7	-	-	108.825	-
Depósitos vinculados	19	94	-	6.624	4.730
Instrumentos financeiros derivativos	29.4	-	-	-	205.125
Almoxarifado		-	-	68.636	42.680
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	350.521	430.217
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		3.814	3.058	286.068	369.220
Dividendos a receber	8	504.853	512.156	12.601	11.938
Outras contas a receber	9	-	-	986.460	730.936
Total do ativo circulante		511.972	521.716	11.105.182	12.527.597
Não circulante					
Aplicações financeiras	5	-	-	24.756	21.863
Contas a receber de clientes	6	-	-	394.460	444.374
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	388.336	2.325
Depósitos vinculados	19	-	-	308.482	373.904
Serviços pedidos		-	-	76.521	52.683
Instrumentos financeiros derivativos	29.4	-	-	-	137.815
Impostos e contribuições a recuperar		-	-	713.508	555.223
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar		-	-	96.069	190.153
Imposto de renda e contribuições social diferidos	17	-	-	447.292	455.195
Sub-rogação da CCC - valores aplicados		-	-	349.930	349.930
Benefício pós-emprego	28	-	-	19.516	15.872
Outras contas a receber		-	-	38.361	27.331
Investimentos	9	11.043.486	10.317.869	475.040	465.233
Ativo financeiro da concessão	10	-	-	15.199.199	12.879.525
Intangível	11	-	-	7.767.104	7.436.475
Ativos de contrato	12	-	-	2.184.671	1.814.575
Direito de uso		-	-	14.220	17.999
Total do ativo não circulante		11.043.486	10.317.869	28.497.465	25.240.475
Total do ativo		11.555.458	10.839.585	39.602.647	37.768.072

Passivo	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Circulante					
Fornecedores	14	21	3	2.186.944	2.069.242
Fornecedores - Risco sacado	14.1	-	-	296.407	216.341
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	1.398.523	3.238.086
Debêntures	16	-	-	167.580	87.724
Impostos e contribuições a recolher		59	309	608.460	515.959
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	17	992	847	61.746	21.218
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento		-	-	77.394	59.567
Dividendos a pagar	8	504.762	487.148	573.826	552.351
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	164.296	442.427
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	-	-	155.691	112.764
Instrumentos financeiros derivativos	29.4	-	-	12.211	51
Participação nos lucros		-	-	117.536	107.024
Contribuição de iluminação pública		-	-	130.185	121.700
Encargos setoriais		-	-	199.726	268.703
Benefício pós-emprego	28	-	-	1.708	1.546
PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores		-	-	3.992	9.654
Passivo de arrendamento		-	-	6.096	5.699
Provisão para riscos judiciais	19	-	-	238.755	83.722
Outras contas a pagar	20	-	-	927.513	854.353
Total do passivo circulante		505.834	488.307	7.328.589	8.768.131
Não circulante					
Fornecedores	14	-	-	23.003	15.485
Empréstimos e financiamentos	15	-	-	7.436.213	7.019.220
Debêntures	16	-	-	7.904.863	6.105.187
Impostos e contribuições a recolher		-	-	140.376	134.138
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	-	-	1.363.837	1.330.359
Valores a devolver da parcela A e outros itens financeiros	7	-	-	134.179	311.791
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	18	-	-	1.014.917	1.023.836
Provisão para riscos judiciais	19	-	-	602.406	575.394
Benefício pós-emprego	28	-	-	105.035	84.458
Instrumentos financeiros derivativos	29.4	-	-	287.832	24.154
Encargos setoriais		-	-	132.921	96.391
Passivo de arrendamento		-	-	10.503	14.831
Outras contas a pagar		-	-	224.368	209.045
Total do passivo não circulante		-	-	19.380.453	16.944.289
Patrimônio líquido					
Capital social	19.1	5.493.218	5.493.218	5.493.218	5.493.218
Reservas de capital		2.001.652	1.993.753	2.001.652	1.993.753
Reservas de lucros		3.480.064	2.872.346	3.480.064	2.872.346
Ajuste de avaliação patrimonial		74.690	(8.039)	74.690	(8.039)
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia		11.049.624	10.351.278	11.049.624	10.351.278
Participação dos acionistas não controladores		-	-	1.843.981	1.704.374
Total do patrimônio líquido		11.049.624	10.351.278	12.893.605	12.055.652
Total do passivo e patrimônio líquido		11.555.458	10.839.585	39.602.647	37.768.072

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024



(Em milhares de reais)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	23	-	-	23.595.395	20.729.767
Energia elétrica comprada para revenda	25	-	-	(9.156.612)	(8.411.807)
Custo de construção	24	-	-	(5.625.522)	(4.475.991)
Custo da operação	24	-	-	(1.912.010)	(1.566.667)
Custos de energia elétrica, construção e operação	24	-	-	(16.694.144)	(14.454.465)
Lucro bruto		-	-	6.901.251	6.275.302
Despesas operacionais					
Despesas com vendas	24	-	-	(574.605)	(606.403)
Despesas gerais e administrativas	24	(70.127)	(175)	(934.964)	(658.088)
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	24	-	-	(426.383)	(407.502)
Resultado da equivalência patrimonial		2.533.216	2.724.155	53.776	59.633
Outras despesas operacionais, líquidas	24	-	-	(408.148)	(420.867)
Total de receitas (despesas) operacionais		2.463.089	2.723.980	(2.290.324)	(2.033.227)
Resultado antes do resultado financeiro e impostos sobre lucro		2.463.089	2.723.980	4.610.927	4.242.075
Receitas financeiras	27	4.830	8.323	2.086.486	1.800.920
Despesas financeiras	27	(36)	(71)	(3.402.102)	(2.664.418)
Resultado financeiro		4.794	8.252	(1.315.616)	(863.498)
Resultado antes dos impostos sobre lucro		2.467.883	2.732.232	3.295.311	3.378.577
Imposto de renda e contribuição social - correntes	17.4	(1.465)	(2.674)	(493.961)	(76.205)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.4	-	-	7.942	(226.562)
Impostos sobre o lucro	17.4	(1.465)	(2.674)	(486.019)	(302.767)
Lucro líquido do exercício		2.466.418	2.729.558	2.809.292	3.075.810
Resultado atribuível aos:					
Acionistas controladores		2.002.038	2.069.822	2.466.418	2.729.558
Acionistas não controladores		464.380	659.736	342.874	346.252
Lucro líquido do exercício		2.466.418	2.729.558	2.809.292	3.075.810

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.466.418	2.069.822	2.809.292	3.075.810
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado				
Resultado abrangentes (<i>hedge</i> e benefícios pós-emprego)	135.684	(62.874)	161.279	(76.061)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de <i>hedge accounting</i> e benefícios pós-emprego	(46.133)	-	(54.835)	-
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	89.551	(62.874)	106.444	(76.061)
Total dos resultados abrangentes	2.555.969	2.006.948	2.915.736	2.999.749
Acionistas controladores	2.091.589	1.347.212	2.572.862	2.653.497
Acionistas não controladores	464.380	659.736	342.874	346.252
Total resultados abrangentes	2.555.969	2.006.948	2.915.736	2.999.749

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



Notas	Reserva de lucros							Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Patrimônio líquido da controladora	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido consolidado
	Capital social	Reservas de capital	Legal	Reserva de incentivos fiscais reflexa	Reserva de lucros a realizar	Reserva de Remuneração de Capital	Reserva de dividendos adicionais propostos					
Saldos em 31 de dezembro de 2023	5.493.218	1.987.710	388.324	-	-	241.612	1.854.032	54.835	-	10.019.731	1.573.185	11.592.916
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	-	3.462	-	-	-	-	-	-	-	3.462	-	3.462
Valor justo das opções de compra <i>Matching Shares</i> (<i>Vesting period</i>)	-	2.581	-	-	-	-	-	-	-	2.581	-	2.581
Dividendos adicionais distribuídos controladas	-	-	-	-	-	-	(1.854.032)	-	-	(1.854.032)	(137.106)	(1.991.138)
	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.892)	(2.892)
Resultado abrangente do exercício												
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	(110.811)	-	(110.811)	(20.447)	(131.258)
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	37.676	-	37.676	6.952	44.628
Resultados abrangentes - benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	15.547	-	15.547	466	16.013
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(5.286)	-	(5.286)	(158)	(5.444)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.729.558	2.729.558	346.252	3.075.810
Constituição da reserva legal	-	-	136.478	-	-	-	-	-	(136.478)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	161.122	-	-	-	(648.270)	(487.148)	(61.878)	(549.026)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-	-	1.353.938	-	(1.353.938)	-	-	-
Constituição da reserva de remuneração de capital	-	-	-	-	-	590.872	-	-	(590.872)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024	5.493.218	1.993.753	524.802	-	161.122	832.484	1.353.938	(8.039)	-	10.351.278	1.704.374	12.055.652
Valor justo das opções de compra (<i>Vesting period</i>)	22.1.1	-	2.401	-	-	-	-	-	-	2.401	-	2.401
Valor justo das opções de compra <i>Matching Shares</i> (<i>Vesting period</i>)	22.1.2	-	5.498	-	-	-	-	-	-	5.498	-	5.498
Dividendos adicionais distribuídos	21.3	-	-	-	-	-	(1.353.938)	-	-	(1.353.938)	(151.068)	(1.505.006)
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.892)	(2.892)
Realização da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	(53.058)	-	-	-	-	(53.058)	(1.151)	(54.209)
Resultado abrangente do exercício												
Resultado de <i>hedge accounting</i> de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-	-	135.684	-	135.684	25.595	161.279
Tributos diferidos sobre ganho (perda) de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	(46.133)	-	(46.133)	(8.702)	(54.835)
Resultados abrangentes - benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(10.337)	-	(10.337)	(1.307)	(11.644)
Tributos diferidos sobre benefício pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	3.515	-	3.515	444	3.959
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	2.466.418	2.466.418	342.874	2.809.292
Constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa	21.2	-	-	564.505	-	-	-	-	(564.505)	-	-	-
Constituição da reserva legal	21.2	-	95.096	-	-	-	-	-	(95.096)	-	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	-	-	-	(451.704)	(451.704)	(64.186)	(515.890)
Constituição da reserva de remuneração de capital	21.2	-	-	-	-	1.355.113	-	-	(1.355.113)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	5.493.218	2.001.652	619.898	564.505	108.064	2.187.597	-	74.690	-	11.049.624	1.843.981	12.893.605

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações dos fluxos de caixa - método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	2.466.418	2.729.558	2.809.292	3.075.810
Ajustes para:				
Amortização de intangível	-	-	1.209.237	895.999
Amortização do direito de concessão	-	-	69.842	69.842
Resultado de equivalência patrimonial	(2.463.374)	(2.724.155)	(53.776)	(59.633)
Baixa de intangível, financeiro e contratual	-	-	62.482	47.976
Atualização do ativo financeiro	-	-	(524.901)	(476.220)
Encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas	-	-	1.102.384	1.931.642
Perdas (ganho) com instrumentos derivativos	-	-	918.517	(598.113)
Rendimentos de aplicações financeiras	(4.226)	(8.589)	(609.173)	(425.229)
Ajuste a valor presente	-	-	29.427	15.631
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	426.383	407.502
Encargos financeiros sobre perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	4.921	(9.031)
Baixa de recebíveis incobráveis	-	-	46.102	201.327
Provisão (reversão) e atualização de encargos setoriais	-	-	(176.442)	154.164
Provisão e atualização de riscos judiciais	-	-	337.772	68.512
Valores a pagar (receber) da parcela A e outros itens financeiros	-	-	(962.073)	131.548
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-	-	(7.942)	226.562
Impostos de renda e contribuições sociais correntes	1.465	2.674	493.961	76.205
Valor justo das opções de compra	-	-	53.802	1.777
Provisão da participação nos lucros	-	-	85.992	67.888
Provisão (reversão) para perda de estoque	-	-	48.267	(2.328)
Benefício pós emprego	-	-	3.157	3.565
Encargos de geração distribuída	-	-	-	6.376
Subtotal	283	(512)	5.367.231	5.811.772
Variações nos ativos e passivos, circulantes e não circulantes:				
Contas a receber de clientes	-	-	(902.745)	(524.754)
Subvenção CCC	-	-	(61.141)	(5.798)
Serviços pedidos	-	-	(14.415)	2.933
Depósitos judiciais	(94)	-	88.988	(100.094)
Almoxarifado	-	-	(25.956)	(12.663)
Impostos e contribuições a recuperar	-	-	(88.243)	(286.911)
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	(756)	(411)	177.236	(62.767)
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	-	15.486	79.500
Outros créditos a receber	-	1	(271.286)	(137.904)
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	-	-	(92.666)
Fornecedores	18	1	(755)	(70.596)
Fornecedores - Risco sacado	-	-	80.066	(47.853)
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	-	-	(235.916)	(190.540)
Impostos e contribuições a recolher	(250)	(636)	98.739	97.302
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	133	(2.218)	(101.987)	161.142
Encargos setoriais	-	-	136.265	(166.398)
Participação nos lucros	-	-	(75.480)	(63.043)
Provisão de riscos judiciais	-	-	(181.187)	(78.547)
Outras contas a pagar	-	512.151	51.065	354.006
Dividendos a receber	1.835.688	1.579.522	31.414	41.020
Caixa proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.835.022	2.087.898	4.087.379	4.707.141
Rendimentos de aplicações financeiras	4.412	8.589	643.471	425.229
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.453)	-	(351.542)	(181.943)
Juros pagos	-	-	(1.326.284)	(965.694)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.837.981	2.096.487	3.053.024	3.984.733
Fluxo de caixa de atividades de investimento				
Aquisições no ativo contratual	-	-	(3.398.649)	(2.268.895)
Resgates (Aplicações) financeiros	3.117	307	1.181.137	(2.384.706)
Fluxo de caixa proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	3.117	307	(2.217.512)	(4.653.601)
Fluxo de caixa de atividades de financiamento				
Amortização de empréstimos e financiamentos	-	-	(2.961.201)	(1.260.749)
Captação de empréstimos e financiamentos	-	-	1.755.044	1.377.077
Captação de debêntures	-	-	3.730.566	3.731.300
Amortização de debêntures	-	-	(2.050.000)	(39.132)
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	31.897
Amortização do passivo de arrendamento	-	-	(6.162)	(5.915)
Valores pagos referente a acordos com plano de recuperação judicial	-	-	(27.455)	(29.742)
Dividendos pagos	(1.841.086)	(2.096.891)	(2.053.630)	(2.300.248)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	(1.841.086)	(2.096.891)	(1.612.838)	1.504.488
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	12	(97)	(777.326)	835.620
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	144	241	1.668.099	832.479
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	156	144	890.773	1.668.099
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	12	(97)	(777.326)	835.620

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Demonstrações do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)



	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	-	-	25.820.884	23.465.140
Receita de construção	-	-	5.625.522	4.475.991
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-	-	(426.383)	(407.502)
Outras receitas	-	-	792	5.988
Subtotal	-	-	31.020.815	27.539.617
Insumos adquiridos de terceiros (inclui ICMS e IPI)				
Custos dos produtos e dos serviços vendidos	-	-	(14.782.134)	(12.887.798)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(285)	(175)	(1.535.190)	(1.371.908)
Subvenção CCC	-	-	(78.148)	(58.327)
Despesas comerciais e outras	-	-	(514.738)	(462.324)
Subtotal	(285)	(175)	(16.910.210)	(14.780.357)
Valor (aplicado) adicionado bruto	(285)	(175)	14.110.605	12.759.260
Amortização e depreciação	-	-	(1.209.237)	(895.999)
Valor (aplicado) adicionado líquido gerado pela Companhia	(285)	(175)	12.901.368	11.863.261
Valor adicionado recebido em transferência				
Receitas financeiras	5.066	8.729	2.152.662	1.843.540
Resultado de equivalência patrimonial	2.463.374	2.724.155	53.776	59.633
Amortização do direito de concessão	-	-	(69.842)	(69.842)
Subtotal	2.468.440	2.732.884	2.136.596	1.833.331
Valor adicionado total a distribuir	2.468.155	2.732.709	15.037.964	13.696.592
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	-	-	317.217	259.761
Benefícios	-	-	111.039	91.570
FGTS	-	-	35.021	34.058
Subtotal	-	-	463.277	385.389
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	1.701	3.080	3.857.163	3.411.741
Estaduais	-	-	4.480.150	4.138.343
Municipais	-	-	4.344	4.449
Subtotal	1.701	3.080	8.341.657	7.554.533
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	-	-	2.708.727	2.188.721
Aluguéis	-	-	21.636	16.442
Encargos com partes relacionada	-	-	6.631	6.700
Outros despesas financeiras	36	71	686.744	468.997
Subtotal	36	71	3.423.738	2.680.860
Remuneração de capitais próprios				
Dividendos	504.762	2.002.208	570.099	549.026
Lucro retidos	1.497.276	67.614	1.896.319	2.180.532
Participação dos não controladores no lucro retido	464.380	659.736	342.874	346.252
Subtotal	2.466.418	2.729.558	2.809.292	3.075.810
Valor adicionado	2.468.155	2.732.709	15.037.964	13.696.592

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



1 Contexto operacional

A Equatorial Energia Distribuição S.A. ("Companhia" ou "Equatorial Distribuição" ou "Controladora"), é uma holding constituída na forma de sociedade anônima de capital fechado domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Luís, Estado do Maranhão. A Companhia tem por objetivo a participação em outras sociedades, consórcios e empreendimentos, prioritariamente em operações de distribuição de energia elétrica. A Equatorial S.A. (antiga Equatorial Energia S.A.) é controladora da Equatorial Distribuição.

1.1 Entidades controladas e coligadas

A Companhia mantém investimentos conforme demonstrado a seguir:

Distribuição de energia:	Tipo de sociedade	Participação societária	Estado e área de operação	Início da concessão	Término da concessão
Entidades controladas:					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 66,11%	Maranhão	11/08/2000	10/08/2030
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima aberta	Direta, 96,50%	Pará	28/07/1998	28/07/2028
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 94,94%	Piauí	18/10/2018	17/10/2048
Entidade coligada:					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	Sociedade anônima fechada	Direta, 19,00%	Alagoas	19/03/2019	18/03/2049

As controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí serão mencionadas nas notas explicativas a seguir apenas como "controladas", enquanto a Equatorial Alagoas será intitulada de "coligada".

As políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas companhias consolidadas e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros do Grupo, são totalmente eliminados na consolidação.

1.2 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 28 de março de 2025, com fundamento na Lei nº 9.074/1995, no Decreto nº 12.068/2024 e no Termo Aditivo aprovado por meio do Despacho ANEEL nº 517/2025, a Companhia protocolou o pedido de prorrogação do Contrato de Concessão por mais 30 (trinta) anos, contados a partir do seu término, requerendo também a antecipação dos efeitos da prorrogação, conforme previsto no art. 10 do referido Decreto. A ANEEL aprovou o pleito de prorrogação do Contrato de Concessão da Equatorial Maranhão em 03 de junho de 2025, por meio do Despacho nº 1.581/2025, e da Equatorial Pará em 24 de julho de 2025, por meio do Despacho nº 2.202/2025, com base nos critérios de atendimento aos indicadores de qualidade e de sustentabilidade econômico-financeira, bem como comprovação de regularidade fiscal, trabalhista e setorial e de qualificação jurídica. Atualmente, o processo se encontra no Ministério de Minas e Energia (MME) em vias de emissão do Ato de Prorrogação, seguido da convocação para a cerimônia de assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

1.3 Reforma tributária sobre o consumo

Em 20 de dezembro de 2023, Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132/2023, que instituiu a reforma tributária do consumo no Brasil, promovendo alterações estruturais relevantes no sistema tributário nacional, a qual entrará em vigor a partir de 2026, com período de transição compreendido entre 2026 e 2032.

Em 16 de janeiro de 2025, foi publicada a Lei Complementar nº 214/2025, estabelecendo as diretrizes iniciais para a implementação da reforma tributária. Complementarmente, em 13 de janeiro de 2026, foi sancionada a Lei Complementar nº 227/2026 que regulamenta a fiscalização, o processo administrativo e a estrutura do Comitê Gestor do IBS, consolidando os aspectos operacionais necessários para o início do período de teste do novo sistema.

Até 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos efeitos da reforma tributária nas demonstrações contábeis da Companhia. No entanto, a Administração ressalta que o advento da LC 227/2026 traz maior previsibilidade ao rito de transição que se iniciará no exercício de 2026. A administração segue acompanhando a evolução da regulamentação e avaliará os impactos contábeis à medida que novas definições forem estabelecidas em legislação complementar.

1.4 Acordo de acionistas com o Itaú Unibanco S.A.

Em 11 de novembro de 2025, por meio de aprovação em Assembleia Geral Extraordinária, ocorreu a aprovação do exercício parcial da Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe A e do exercício parcial da Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe B, sem que haja o exercício da Opção de Compra das Ações Preferenciais Classe C, conforme termo definido nas cláusulas 9.1 e 9.2.8 do Acordo de Acionistas entre a Equatorial S.A. e o Itaú Unibanco S.A. Dessa forma, foram alienadas pelo acionista Itaú Unibanco S.A. à Equatorial S.A. as quantidades de 310.017.167 ações Preferenciais Classe A e 484.700.323 ações Preferenciais Classe B, pelo preço correspondente à respectiva classe de ações. Cada ação preferencial foi convertida em 1 (uma) ação ordinária sob a titularidade da Equatorial S.A.

A Equatorial poderá ainda exercer as opções de compra das Ações Preferenciais Classe A e B, sem necessidade de exercer a opção referente à Classe C, desde que as opções das Classes A e B sejam exercidas conjuntamente e que o exercício ocorra entre 1º de janeiro e 31 de março de 2026, com previsão de distribuição de dividendos e aumento de capital. O exercício da Opção de Compra de Ações Preferenciais Classe C, pela Equatorial S.A. durante o exercício de 2026, será condicionado à declaração em assembleia geral ordinária da Companhia e ao efetivo pagamento dos dividendos referentes ao exercício social de 2025.

Enquanto houver Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo, sendo certo que os Dividendos Privilegiados devidos aos titulares das Ações Preferenciais Classe A e Ações Preferenciais Classe B serão alocados na proporção de 19,60% para as Ações Preferenciais Classe A, 80,40% para as Ações Preferenciais Classe B, considerando a partir do exercício de 2025 a distribuição de dividendos abaixo:

- a) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;
- b) 20% (vinte por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



- c) 35% (trinta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027;
- d) 55% (cinquenta e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 e ao exercício social de 2029;
- e) 60% (sessenta por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições a partir do exercício social de 2030 em diante.

Na hipótese de as Ações Preferenciais Classe A ou as Ações Preferenciais Classe B deixarem de existir, cada um dos percentuais mencionados acima será proporcionalmente reduzido em 19,60%, e em 80,40% (caso as Ações Preferenciais Classe B deixem de ser emitidas).

Enquanto houver Ações Preferenciais Classe C, nos termos do artigo 17, § 2º da Lei das Sociedades por Ações, as Ações Preferenciais Classe C terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, até que o valor total pago seja equivalente aos montantes abaixo e, em conjunto com os Dividendos Privilegiados PNA e PNB, a partir do exercício social de 2025:

- a) 5% (cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2025;
- b) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;
- c) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; e
- d) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 em diante.

2 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

2.1 Base de preparação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas nos Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

As controladas da Companhia, quando aplicável, também se utilizam das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas com base no custo histórico e ajustadas para (i) o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos; e (ii) perdas por redução ao valor recuperável ("*impairment*") de ativos.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão apresentadas em reais e todos os valores são arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As

transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são reconhecidas no resultado, com exceção de itens monetários designados como parte de um *hedge* de investimento líquido, sendo essas diferenças reconhecidas diretamente em outros resultados abrangentes até o momento da alienação do investimento líquido, quando são reconhecidas na demonstração do resultado.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e concluiu que possui recursos para dar continuidade aos seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de quaisquer incertezas, incluindo assuntos relacionados ao clima, que possam gerar dúvidas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, conforme CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentam informações comparativas em relação ao exercício anterior. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de março de 2026.

2.2 Julgamentos sobre premissas e premissas contábeis significativas

Na preparação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. As estimativas e premissas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas de forma contínua pela Administração e os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e julgamentos significativos utilizados pela Companhia na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Tópico	Notas	Descrição
Investimentos em Controladas e Coligadas	3.1.1 e 9	Determinação se a Companhia detém o controle ou influência significativa sobre uma investida
Receita operacional líquida	3.2 e 23	Julgamento sobre determinação e classificação de receitas por obrigação de <i>performance</i> , entre receita de implementação da infraestrutura, receita de remuneração dos ativos de contrato e receita de operação e manutenção
Ativo financeiro da concessão	3.4 e 11	Critério de apuração e atualização do ativo financeiro da concessão
Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros	3.5 e 7	Critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens
Intangível	3.6 e 12	Cálculo da amortização do ativo intangível da concessão
Ativos de contrato	3.7 e 13	Julgamento sobre aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão
Benefícios pós-emprego	3.10.1 e 28	Estimativa dos custos dos planos de aposentadoria com benefícios de assistência médica pós-emprego
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	3.11.2 e 17	Recuperabilidade e estimativas das diferenças temporárias
Contas a receber de clientes	3.13.1, 6 e 29	Estimativas dos montantes da receita sobre a energia fornecida, porém não faturada
Instrumentos financeiros	3.13 e 29	Julgamento de definição do método e das premissas de avaliação de valor justo dos instrumentos financeiros
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	3.16.3, 6.2 e 29.5	Critérios de análise de risco de crédito para determinação da provisão para redução ao valor recuperável;

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Provisão para riscos judiciais	3.17 e 19	Reconhecimento de provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas (mensuração e avaliação da probabilidade de perda)
Transações de pagamentos baseados em ação	3.10.2 e 22	As estimativas significativas referem-se à determinação do valor justo dos instrumentos concedidos na data da outorga e, no caso de planos liquidados em caixa, à mensuração do valor justo para o reconhecimento do passivo
Valor justo de instrumentos financeiros derivativos	3.13.5 e 29.4	Definição do valor justo através de técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado, para ativos e passivos financeiros não cotados em mercados ativos.

3 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais, descritas abaixo, são aquelas importantes para demonstrar a condição financeira e os resultados da Companhia e suas controladas e foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, exceto pela implementação das novas normas, interpretações e orientações incluídas na nota explicativa nº 3.19 - Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes.

3.1 Base de consolidação

3.1.1 Investimentos em entidades controladas e coligadas

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direito sobre, retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações contábeis das controladas são incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Nas demonstrações contábeis individuais da Companhia, as entidades controladas são contabilizadas com base no método da equivalência patrimonial.

(ii) Coligadas

Coligada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerce influência significativa, ou seja, tem poder de participar das decisões sobre políticas financeiras e operacionais de uma investida, mas sem que haja o controle individual ou conjunto dessas políticas.

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações contábeis incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa deixa de existir.

3.1.2 Participação de acionistas não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição, bem como sobre o valor justo nos ativos identificáveis e passivos assumidos.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

3.1.3 Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer ativos e passivos, patrimônio líquido, receitas, despesas e fluxos de caixa relacionados a transações entre entidades do grupo, são eliminados integralmente. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

Os prejuízos intragrupo podem indicar uma redução no valor recuperável de ativos, que exige o seu reconhecimento nas demonstrações consolidadas. O Pronunciamento Técnico CPC 32 - Tributos sobre o Lucro se aplica a diferenças temporárias, que surgem da eliminação de lucros e prejuízos resultantes de transações intragrupo.

3.2 Reconhecimento de receita

As controladas da Companhia reconhecem as receitas, de acordo com o que estabelece o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, à medida que satisfaz a obrigação de *performance* ao transferir bens e serviços ao cliente.

As receitas operacionais das controladas da Companhia, no âmbito da atividade de distribuição de energia elétrica, são compostas por:

- (i) Receita de distribuição: reconhecida com base na energia elétrica efetivamente consumida pelos clientes, conforme o calendário de leitura e a tarifa estabelecida pela ANEEL. A receita não faturada, correspondente ao período entre a última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida no mês da prestação do serviço;
- (ii) Receita pela disponibilidade: uso da rede, referente à infraestrutura de distribuição colocada à disposição de consumidores livres e cativos, mensurada com base na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD), conforme regulação da ANEEL;
- (iii) Receita de construção: derivada de serviços de construção e melhorias da infraestrutura associada à concessão, reconhecida conforme o estágio de execução da obra. Em função do modelo regulatório, essa receita é reconhecida com margem de lucro nula, uma vez que não há previsão tarifária de remuneração sobre essa atividade;
- (iv) Receita de remuneração dos ativos financeiros indenizatórios: calculada pelo método dos juros efetivos, com base na taxa regulatória (WACC) e atualizada monetariamente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), refletindo o valor justo do ativo financeiro vinculável à indenização ao final da concessão, conforme Nota Explicativa 3.4.1 – Ativo Financeiro da Concessão.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Saldo de caixa e equivalentes de caixa é apresentado sem considerar os saldos de contas garantidas, que são tratados separadamente na demonstração dos fluxos de caixa. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As contas garantidas são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos", no passivo circulante.

3.4 Ativo intangível e ativo financeiro da concessão

A Companhia opera sob contratos de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica firmados com a União, na qualidade de poder concedente. Tais contratos estabelecem que: (a) Os serviços a serem prestados, as classes de consumidores atendidas e os padrões de desempenho exigidos; (b) A obrigação de manutenção e devolução da infraestrutura nas mesmas condições originais, demandando investimentos contínuos; (c) O direito à indenização ao final da concessão pelos ativos vinculados não amortizados/depreciados; (d) A regulação tarifária com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), assegurando a cobertura de custos, amortização dos investimentos e remuneração do capital.

Em conformidade com a ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos de Concessão, a Companhia adota os seguintes critérios de contabilização:

Ativo financeiro: referente ao direito incondicional de receber caixa do poder concedente pelos investimentos realizados, mensurado com base no Valor Novo de Reposição (VNR);

Ativo intangível: referente ao valor residual não indenizável, recuperável mediante a prestação contínua do serviço ao consumidor final.

A infraestrutura utilizada na concessão é recuperada através de:

- (i) faturamento decorrente do consumo de energia durante o prazo da concessão, e
- (ii) indenização por bens reversíveis ao final da concessão.

3.4.1 Ativo financeiro da concessão

As controladas da Companhia reconhecem ativo financeiro da concessão sempre que possuem direito contratual incondicional de receber caixa do poder concedente (indenização). Quando a remuneração se dá parte por ativo financeiro e parte por ativo intangível, os componentes são reconhecidos separadamente com base em seu valor justo inicial, sem reclassificação posterior, salvo alteração no modelo de gestão dos ativos financeiros.

Visando a melhor estimativa da indenização ao final da concessão, o ativo financeiro é atualizado, mensalmente, considerando o IPCA, por ser este um dos principais índices de atualização utilizado pelo regulador nos processos de reajuste tarifário. A atualização é registrada contabilmente em receitas operacionais, conforme diretrizes da OCPC 05 – Contratos de Concessão, alinhando-se ao modelo de negócio das controladas da Companhia.

A Lei nº 12.783/2013 determina que a indenização utilize a metodologia do VNR, considerando a Base de Remuneração Regulatória (BRR) estabelecida pela ANEEL. A remuneração inclui também ativos ainda não homologados, estimados com base no IPCA e projeções de glosas fundamentadas em experiências anteriores, conforme práticas da Administração, buscando refletir o valor justo dos ativos.

A concessão das controladas da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente.

3.4.2 Ativo intangível

As controladas distribuidoras da Companhia reconhecem como um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços, quando ela tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de tal concessão. De acordo com o CPC 04, um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o seu reconhecimento inicial. Após este reconhecimento tal ativo intangível é mensurado pelo seu custo, deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução do seu valor recuperável. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com os gastos serão auferidos pelas controladas Companhia.

A amortização é calculada sobre o custo de aquisição do ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual apurado. A amortização é reconhecida no resultado com base no método linear e limitada ao prazo remanescente do contrato de concessão das controladas da Companhia ou a vida útil estimada dos ativos intangíveis, dos dois o menor, que não ágio, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso. Este método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo, conforme estabelecido no CPC 04.

A vida útil de um ativo intangível, em um contrato de concessão de serviço, é o exercício a partir do qual as controladas da Companhia têm a capacidade de cobrar do público pelo uso da infraestrutura até o fim da vida útil do bem, limitado ao final do exercício da concessão. Os métodos de amortização, vidas úteis e valores residuais são revistos caso haja alterações deliberadas pelo órgão regulador.

3.4.3 Obrigações especiais

Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica, constituídas por valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as controladas distribuidoras da Companhia, não sendo admitida nenhuma baixa, a qualquer título, sem a prévia anuência do Órgão Regulador. Essa exigência garante a conformidade com as regulamentações e a supervisão do órgão regulador, assegurando que as obrigações sejam tratadas de acordo com as normas estabelecidas, conforme previsto na Lei nº 8.987/1995 e na Lei nº 12.783/2013.

3.5 Ativos de contrato

Os ativos de contrato são um direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato em face das controladas da Companhia terem o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a entrada desses bens em serviço (energização), e consequente transferência dos bens em construção (ativos de contrato) para intangível da concessão, em que a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão.

Os ativos de contrato (infraestrutura em construção) são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição.

3.6 Custo de empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo substancial para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo, conforme estabelecido no CPC 20 - Custo de Empréstimos. Essa norma permite a capitalização de custos de empréstimos durante o exercício de construção ou produção. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no exercício em que são incorridos. Os custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

3.7 Valores a receber (devolver) da Parcela A e outros itens financeiros

As tarifas de energia elétrica das controladas da Companhia são definidas com base no modelo tarifário estabelecido pela Lei nº 8.987/1995, assegurando o equilíbrio econômico-financeiro das concessões. O modelo prevê: (a) reajuste tarifário anual, para atualização de custos; (b) revisão tarifária periódica a cada cinco anos, com recomposição da Parcela B e ajuste da Parcela A, conforme a Lei nº 12.783/2013.

A estrutura tarifária é composta por:

- Parcela A custos não gerenciáveis: incluem encargos e custos com compra e transporte de energia, que são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo poder concedente, sem impacto direto no resultado da Companhia.
- Parcela B (custos gerenciáveis): referem-se a investimentos em infraestrutura, operação, manutenção e remuneração de capital. Essa parcela influencia diretamente o desempenho da Companhia, pois envolve riscos operacionais e não possui garantia de neutralidade tarifária.

Eventuais diferenças entre os custos estimados e os efetivamente incorridos durante o ciclo tarifário geram ativos ou passivos setoriais, registrados pelo regime de competência. Esses valores serão compensados financeiramente no ciclo tarifário subsequente ou, em caso de extinção da concessão, incluídos na base de indenização prevista contratualmente.

3.8 Subvenções e assistências governamentais

As subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que serão recebidas e de que todas as condições a elas vinculadas serão atendidas. Os benefícios relacionados a despesas são reconhecidos no resultado de forma sistemática ao longo do período do benefício. Aqueles vinculados a ativos são registrados como receita diferida e apropriados ao resultado linearmente ao longo da vida útil estimada dos respectivos ativos. Benefícios não monetários são registrados pelo valor nominal e reconhecidos no resultado ao longo da vida útil do bem, em prestações anuais iguais.

3.8.1 Benefícios fiscais

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) emitiram Laudos Constitutivos que concedem às controladas da Companhia o direito à redução de 75% do imposto de renda, em razão da implantação, modernização e diversificação dos empreendimentos localizados em suas respectivas áreas de atuação.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Benefício Fiscal	Empresa	Vigência
SUDENE	Equatorial MA, Equatorial PI	2023 a 2032
SUDAM	Equatorial PA	2025 a 2034

3.8.2 Benefícios para reinvestimentos

O benefício fiscal, previsto na Lei nº 5.508/1968, permite o reinvestimento de até 30% do imposto de renda devido, acrescido de 50% de recursos próprios, em projetos nas áreas da SUDAM e da SUDENE, nos termos do Decreto nº 4.213/2002.

Companhia	Autarquia	Instituição Financeira
Equatorial MA, PI	SUDENE	Banco do Nordeste
Equatorial PA	SUDAM	Banco da Amazônia

3.9 Benefícios a empregados

3.9.1 Benefícios pós-emprego e outros benefícios a empregados

As controladas da Companhia reconhecem as obrigações de benefícios de curto prazo a empregados como despesas de pessoal à medida que os serviços são prestados, registrando passivos pelo montante do pagamento esperado quando houver obrigação legal ou construtiva mensurável.

As obrigações por contribuições aos planos de contribuição definida são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal quando incorridas, conforme as orientações do CPC 33 - Benefícios a Empregados, sendo ativos reconhecidos quando há expectativa de reembolso ou redução em pagamentos futuros.

Já os planos de benefício definido têm suas obrigações líquidas calculadas anualmente por atuário qualificado, considerando o valor presente dos benefícios futuros esperados, deduzidos dos ativos do plano. Reavaliações atuariais (ganhos e perdas), retorno dos ativos (exceto juros) e efeitos do teto são registrados diretamente em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos são calculados com base na taxa de desconto aplicada ao valor líquido passivo/ativo de benefício definido no início do período. Os juros líquidos e as demais despesas do plano são reconhecidos no resultado. Alterações e liquidações de planos são reconhecidas quando ocorrem.

3.9.2 Transações de pagamento baseado em ações

A Equatorial S.A. concedeu plano de pagamento baseado em ações e opção de compra de ações a executivos e colaboradores da Companhias e de suas controladas.

A Companhia e suas controladas reconhecem como despesa, contra patrimônio líquido ou passivo, os pagamentos baseados em ações à medida que os produtos são recebidos ou os serviços são prestados. O valor justo dos prêmios concedidos a executivos e colaboradores é reconhecido como despesa de pessoal durante o período de aquisição do direito, ajustado conforme a expectativa de cumprimento das condições de serviço e desempenho. Para transações em que os bens ou serviços não são identificáveis, o valor é mensurado pela diferença entre o valor justo do instrumento patrimonial outorgado e o valor dos bens ou serviços identificáveis. No caso de liquidação em caixa, o passivo é remensurado até sua quitação.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

3.10.1 Imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto de renda e a contribuição social correntes são calculados com base no lucro tributável do exercício, às alíquotas de 15% para o imposto de renda, acrescido de adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$ 240 mil, e 9% para a contribuição social sobre o lucro líquido. Quando aplicável, a Companhia compensa prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, limitados a 30% do lucro real do exercício.

Os tributos correntes a pagar ou a recuperar são reconhecidos no balanço patrimonial como ativo ou passivo, com base na melhor estimativa do valor esperado a recolher ou a recuperar, utilizando as alíquotas vigentes na data do balanço.

A Companhia compensa ativos e passivos fiscais correntes quando existe direito legalmente executável de compensação e há intenção de liquidar os valores em bases líquidas ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Em conformidade com o ICPC 22 — Tributos sobre o lucro, a Companhia avalia periodicamente a probabilidade de aceitação dos tratamentos fiscais adotados nas apurações do imposto de renda e da contribuição social. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração concluiu que é mais provável que os tratamentos sejam aceitos pela autoridade fiscal.

3.10.2 Imposto de renda e contribuição social diferido

Os tributos diferidos ativos e passivos são reconhecidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e suas bases fiscais.

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros suficientes para sua realização, considerando projeções baseadas nos planos de negócios da Companhia. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado periodicamente e reduzido quando não for mais provável sua realização.

Os tributos diferidos são mensurados pelas alíquotas vigentes na data do balanço, aplicáveis no período esperado de reversão das diferenças temporárias.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício e a média ponderada das ações em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores, ajustado pelos efeitos dos instrumentos que potencialmente impactariam o resultado do exercício e pela média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos exercícios apresentados, nos termos do CPC 41 - Resultado por Ação.

3.12 Instrumentos financeiros

3.12.1 Ativos financeiros

(a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia e suas controladas são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) ou ao valor justo por meio do resultado (VJR), conforme o modelo de negócios e as características contratuais dos fluxos de caixa, nos termos do CPC 48. As contas a receber de clientes são mensuradas inicialmente na data de origem ao preço da transação, quando não há componente significativo de financiamento. Os demais ativos financeiros são reconhecidos na data em que a Companhia se torna parte das cláusulas contratuais e mensurados ao valor justo acrescido dos custos de transação, quando não designados ao VJR. Ativos mantidos para recebimento de fluxos contratuais de principal e juros são mensurados ao custo amortizado, enquanto os mantidos para recebimento e venda são classificados ao VJORA. Os demais ativos, inclusive derivativos, são classificados ao VJR, sendo permitida sua designação irrevogável nessa categoria para eliminar ou reduzir descasamentos contábeis.

(b) Ativos financeiros - avaliação do modelo de negócio

A Companhia e suas controladas avaliam o objetivo do modelo de negócios no qual os ativos financeiros são mantidos, considerando a forma como a carteira é gerida e as informações fornecidas à Administração. Essa avaliação contempla as políticas e objetivos definidos para a carteira, o foco na geração de receitas de juros, a gestão de prazos e fluxos de caixa, a forma como o desempenho é monitorado, os riscos associados e a forma de remuneração dos gestores. Também são considerados o histórico, o volume e os motivos de vendas anteriores, além das expectativas futuras de alienação. As transferências de ativos financeiros para terceiros que não se qualificam para desreconhecimento não são tratadas como vendas, mantendo-se o reconhecimento contábil desses ativos. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao VJR.

(c) Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia e suas controladas consideram os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia e suas controladas consideram:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- Os termos que limitam o acesso da Companhia e de suas controladas a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na *performance* de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

(d) Ativos financeiros - mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

3.12.2 Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos e instrumentos financeiros derivativos.

A Companhia e suas controladas classificam passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, *forfait* etc.) com fornecedores em Fornecedores no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal do Grupo, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores.

A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

3.12.3 Desreconhecimento

(a) Ativos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia e suas controladas nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

(b) Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas desreconhecem um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia e suas controladas também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

3.12.4 Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia e suas controladas tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.12.5 Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Determinadas controladas diretas e indiretas mantêm instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira e taxa de juros. As controladas da Companhia não possuem derivativos embutidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, com exceção do *hedge* de fluxo de caixa, definido a seguir:

(a) *Hedge* de fluxo de caixa e a valor justo

Quando um derivativo é designado como um instrumento de *hedge* de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA) e apresentada na conta de reserva de *hedge*. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de *hedge*, determinada com base no valor presente, desde o início do *hedge*. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando um derivativo é designado como instrumento de *hedge* de valor justo, as variações no valor justo do derivativo são reconhecidas diretamente no resultado do período. Simultaneamente, o valor contábil do item objeto de *hedge* é ajustado pelas variações atribuíveis ao risco objeto da proteção, sendo tais efeitos também reconhecidos no resultado, de forma a refletir a compensação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido.

Conforme CPC 48 - Instrumentos financeiros, no início de um relacionamento de *hedge*, a Companhia e suas controladas formalmente designam e documentam a relação de *hedge* à qual deseja aplicar a contabilidade de *hedge* e o objetivo e a estratégia de gerenciamento de risco para realizar o *hedge*.

Para mais informações sobre a identificação do instrumento de *hedge*, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a Companhia e suas controladas avaliam se a relação de proteção atende aos requisitos de efetividade de *hedge*, incluindo sua análise das fontes de inefetividade de *hedge* e como determinar o índice de *hedge*, veja nota 29.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

3.12.6 Mensuração do valor justo

A Companhia e suas controladas mensuram instrumentos financeiros e ativos não financeiros ao valor justo, ou seja, ao preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado em cada data de reporte. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá:

- No mercado principal para o ativo ou passivo; e
- Na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia e suas controladas.

A Companhia e suas controladas estabeleceram uma estrutura de controle relacionada à mensuração de valor justo. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo, incluindo os valores justos de Nível 3.

A equipe de avaliação revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar se a conclusão de que tais avaliações atendem aos requisitos dos CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Os ativos e passivos cujos valores justos são mensurados e divulgados nas demonstrações contábeis são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos aos que a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;

Nível 2: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável; e

Nível 3: técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, em que ocorreram as mudanças.

Na determinação do valor justo, foi considerado o impacto de possíveis assuntos relacionados às mudanças climáticas, incluindo legislações, que podem afetar a mensuração do valor justo de ativos e passivos das demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Atualmente, o impacto dos assuntos associados às mudanças climáticas não é material para as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29.3 - Categoria e valor justo dos Instrumentos financeiros.

3.13 Capital social

3.13.1 Ações ordinárias

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido, em conformidade com as orientações do CPC 39 - Instrumentos Financeiros. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações são demonstrados no patrimônio líquido com a dedução do valor captado, líquida de impostos. Essa prática garante que o valor líquido recebido pela emissão de ações seja apresentado de forma clara e precisa.

3.13.2 Ações preferenciais não resgatáveis

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

3.14 Distribuição de dividendos

A Companhia reconhece dividendos no passivo circulante quando a distribuição é obrigatória por estatuto ou lei, ou quando aprovada pelos acionistas, em conformidade com o CPC 25 e a ICPC 08 (R1). O estatuto social estabelece a distribuição mínima obrigatória de 25% do lucro líquido anual ajustado pela dedução das constituições no exercício de Reserva de Incentivos Fiscais Reflexa e Reserva Legal, cabendo ao Conselho de Administração deliberar sobre dividendos adicionais e juros sobre o capital próprio. Dividendos adicionais propostos antes da data do balanço permanecem no patrimônio líquido, enquanto propostas após essa data são divulgadas como eventos subsequentes, nos termos da legislação societária vigente.

3.15 Redução ao valor recuperável (*impairment*)

3.15.1 Ativos financeiros não derivativos

As controladas da Companhia reconhecem provisão para perdas de crédito esperadas sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos de contrato, utilizando matriz de provisão baseada em taxas históricas de perda, ajustadas por informações prospectivas quando aplicável. As perdas de crédito esperadas são mensuradas, em regra, para a vida inteira dos instrumentos, exceto para títulos de dívida e saldos bancários com baixo risco de crédito ou cujo

risco não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, os quais são mensurados com base em perdas esperadas para 12 meses. A avaliação considera informações razoáveis e suportáveis, quantitativas e qualitativas, incluindo experiência histórica, análises de crédito e fatores prospectivos. O prazo máximo considerado na estimativa corresponde ao período contratual máximo de exposição ao risco de crédito. Ver nota explicativa nº 29.5 – Gerenciamento dos riscos financeiros.

3.15.2 Ativos financeiros com problema de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia e suas controladas avaliam a existência de evidências de perda por recuperação nos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado. Considera-se que um ativo financeiro apresenta problemas de recuperação quando há evidência objetiva de que um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial impactaram negativamente os fluxos de caixa futuros estimados do ativo. Tais evidências incluem, entre outros fatores, dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário, descumprimento de cláusulas contratuais, reestruturações de valores em condições não usuais, probabilidade de falência ou reorganização financeira do devedor, bem como o desaparecimento de mercado ativo em decorrência de dificuldades financeiras. Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia e suas controladas não identificaram ativos financeiros sem expectativa de realização, exceto para o que as controladas da Companhia já reconhecem como estimativa de perda para os ativos, como títulos do contas a receber, que possuem expectativa de perda de realização.

3.15.3 Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas

As controladas distribuidoras da Companhia adotam metodologia de estimativa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com base no risco de crédito dos valores a receber, segregados por faixa de atraso (*aging list*). A estimativa considera a experiência histórica de perdas, apurada a partir do histórico de recebimento dos últimos cinco anos e do faturamento dos 36 meses anteriores, resultando em uma matriz de provisão que reflete o comportamento de pagamento e a inadimplência dos consumidores.

Parcelamentos relevantes com garantias contratuais são avaliados individualmente quanto ao risco de crédito e submetidos à governança da alta administração. Os ativos financeiros sem expectativa razoável de recuperação são baixados do valor contábil bruto, sendo os títulos vencidos há mais de cinco anos baixados integralmente. Não é esperada recuperação relevante dos valores baixados, sem prejuízo da adoção de medidas de cobrança.

3.15.4 Ativos não financeiros

A Administração avalia anualmente a existência de indícios de perda no valor recuperável dos ativos não financeiros. Sempre que os indícios são identificados, a Companhia avalia se o valor contábil líquido excede o seu valor recuperável e, quando necessário reconhece uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) no resultado do exercício. O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa (UGC) é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de venda. O valor em uso corresponde ao valor presente dos fluxos de caixa gerados pela utilização do ativo durante a sua vida útil e é calculado utilizando-se a taxa de desconto antes dos tributos (*pre-tax*).

Para fins de aplicação do CPC 01/IAS 36, as controladas da Companhia são tratadas como uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC), por representar o menor nível no qual os fluxos de caixa podem ser identificados de forma independente.

As controladas da Companhia projetam os fluxos de caixa gerados pela UGC com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes elaborados pela Administração. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período de concessão de cada controlada da Companhia. A Administração avalia ainda se os riscos climáticos, incluindo riscos físicos e riscos de transição, poderiam ter um impacto significativo. Caso afirmativo, esses riscos são incluídos nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os montantes de valor em uso.

A Companhia e suas investidas concluíram que não há indicativos de perda ao valor recuperável (*impairment*) nos ativos não financeiros. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado e avaliado anualmente.

3.16 Provisões para risco judiciais

As provisões para riscos judiciais são constituídas para todos os processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita, conforme as orientações do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.17 Demonstração do valor adicionado (DVA)

A Companhia e suas controladas elaboraram a DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 (R1) - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil.

3.18 Questões climáticas

A Companhia e suas controladas consideram questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos devido a riscos tanto físicos quanto de transição. A Companhia e suas controladas monitoram mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas, bem como uma possível transição para uma economia de baixo carbono. Embora, na data-base das demonstrações contábeis, os riscos relacionados ao clima não tenham gerado efeitos significativos na mensuração contábil, a Companhia reconhece que tais riscos ampliam a incerteza associada às estimativas e pressupostos utilizados e podem influenciar diversos componentes das demonstrações contábeis. Os itens mais diretamente afetados pelas questões climáticas incluem:

- Vida útil de ativos: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, o Grupo considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas. O Grupo monitora constantemente possíveis efeitos climáticos em suas projeções de fluxo de caixa.

3.19 Novas normas e interpretações vigentes e não vigentes

Os principais normativos alterados, emitidos ou em discussão pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) que são aderentes e potencialmente relevantes ao contexto operacional e financeiro da Companhia são os seguintes:

3.19.1 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025

Diversas normas novas ou alteradas tornaram-se aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia e suas controladas avaliaram essas alterações e normativos e não identificaram impactos significativos em suas demonstrações contábeis e assim não precisou alterar suas políticas contábeis nem fazer ajustes retrospectivos em decorrência da adoção dessas normas novas ou alteradas.

3.19.2 Normas emitidas com vigência a partir de 1º de janeiro de 2026

A Companhia e suas controladas pretendem adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor e está em fase de avaliação de possíveis impactos.

Norma	Descrição da alteração	Vigência
CPC 48 e CPC 40 (R1): Classificação e mensuração de instrumentos financeiros	Estabelecem requerimentos relativos a: (i) liquidação de passivos financeiros por meio de sistema de pagamento eletrônico; (ii) avaliação das características contratuais do fluxo de caixa dos ativos financeiros, incluindo aqueles com características ambientais, sociais e de governança (ASG ou ESG); e (iii) alterações específicas na norma para abranger os contratos de eletricidade relacionada à natureza (fontes eólicas e solares).	01/01/2026
Pronunciamento Técnico CBPS nº 01: Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade Pronunciamento Técnico CBPS nº 02: Divulgação de Informações Climáticas	Os novos pronunciamentos abordam os requisitos e as diretrizes relacionados à sustentabilidade corporativa. Essas normas visam promover maior transparência e padronização na divulgação de informações ambientais, sociais e de governança (ESG), bem como os impactos financeiros relacionados ao clima.	01/01/2026
CPC 51: Apresentação e divulgação das Demonstrações Contábeis	O CPC 51 introduz três categorias definidas para receitas e despesas – operacionais, de investimento e de financiamento – para melhorar a estrutura da demonstração de resultados e exige que todas as entidades forneçam novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional. A estrutura melhorada e os novos subtotais darão aos investidores um ponto de partida consistente para analisar o desempenho das companhias. O CPC também exige que as companhias divulguem explicações sobre as medidas específicas que estão relacionadas com a demonstração dos resultados, referidas como medidas de desempenho definidas pela Administração. Os novos requisitos irão melhorar a disciplina e a transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração e torná-las sujeitas a auditoria.	01/01/2027
Melhorias Anuais às Normas Contábeis – Volume 11	O CPC 51 substituirá o CPC 26: Apresentação das Demonstrações Contábeis. Em julho de 2024, o IASB publicou alterações pontuais para manutenção das Normas, trazendo ajustes para maior clareza, consistência e simplificação. As mudanças afetam o CPC 37 (R1), CPC 40 (R1) (e sua orientação), CPC 48, CPC 36 (R3) e CPC 03 (R2), com reflexos futuros nos pronunciamentos técnicos do CPC. Não se espera impacto material nas demonstrações contábeis da Companhia.	01/01/2026

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Caixa e depósitos bancários à vista	2	5	108.487	99.084
Equivalentes de caixa				
Investimentos				
Certificado de depósito bancário – CDB	154	139	782.286	314.060
Operações compromissadas (a)	-	-	-	1.053.179
Fundo de investimento				
Cotas de fundos de investimentos	-	-	-	128.550
Operações compromissadas	-	-	-	59.939
Fundo de investimento aberto	-	-	-	13.287
Subtotal de equivalentes de caixa	154	139	782.286	1.569.015
Total	156	144	890.773	1.668.099

- (a) A variação no exercício decorre das movimentações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 14.2 – Movimentação de empréstimos e financiamentos e 15.2 – Movimentação das debêntures.

A carteira da Companhia e de suas controladas é remunerada pela variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e a rentabilidade média ponderada da carteira no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 equivale a 100,58% do CDI (97,97% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Circulante				
Fundos de investimentos				
Cotas de fundos de investimento	3.055	6.358	2.151.552	2.888.723
Cotas de fundos de investimento FIDC	-	-	124.844	90.888
Títulos públicos	-	-	-	232.709
Letra financeira	-	-	-	68.449
Fundo de investimento aberto	-	-	979.788	1.192.639
Recursos vinculados (a)	-	-	118.230	119.334
Total circulante	3.055	6.358	3.374.414	4.592.742
Não circulante				
Recursos vinculados (a)	-	-	24.756	21.863
Total não circulante	-	-	24.756	21.863
Total	3.055	6.358	3.399.170	4.614.605

- (a) Referem-se às aplicações restritas a garantias de empréstimos e financiamentos, aplicados em títulos públicos e fundos lastreados em títulos públicos, cuja classificação entre circulante e não circulante é definida de acordo com o prazo de utilização do recurso.

A rentabilidade média ponderada da carteira de aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, equivale a 101,72% do CDI (98,75% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6 Contas a receber de clientes (Consolidado)

6.1 Composição dos saldos

	2025				2024			
	Vencidos				Vencidos			
	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total	A vencer	Até 90 dias	Mais de 90 dias	Total
Residencial	549.666	709.956	1.573.884	2.833.506	480.145	641.925	1.428.335	2.550.405
Industrial	108.524	11.631	38.457	158.612	97.398	11.780	40.867	150.045
Comercial	242.075	71.454	150.795	464.324	217.471	62.499	148.935	428.905
Rural	65.749	69.911	325.439	461.099	61.088	68.019	259.217	388.324
Poder público	168.277	52.956	70.963	292.196	139.716	60.240	62.799	262.755
Iluminação pública	22.268	5.753	18.809	46.830	18.997	7.780	19.701	46.478
Serviço público	73.668	50.498	130.295	254.461	61.002	39.122	49.839	149.963
Contas a receber de consumidores faturados	1.230.227	972.159	2.308.642	4.511.028	1.075.817	891.365	2.009.693	3.976.875
Residencial	463.095	45.917	644.099	1.153.111	499.897	48.903	673.405	1.222.205
Industrial	13.277	1.112	16.370	30.759	15.477	1.439	17.785	34.701
Comercial	38.007	3.457	62.860	104.324	40.130	4.997	72.167	117.294
Rural	38.997	4.364	42.665	86.026	34.610	4.101	43.059	81.770
Poder público	164.240	4.077	19.879	188.196	164.675	5.406	21.441	191.522
Iluminação pública	48.864	767	3.327	52.958	54.395	1.136	2.810	58.341
Serviço público	115.940	16.832	47.106	179.878	155.249	2.363	8.710	166.322
Parcelamentos (a)	882.420	76.526	836.306	1.795.252	964.433	68.345	839.377	1.872.155
Contas a receber de consumidores não faturados (b)	580.815	-	-	580.815	518.862	-	-	518.862
Baixa renda (c)	271.097	-	-	271.097	185.699	-	-	185.699
Outras (d)	237.459	-	-	237.459	224.703	-	-	224.703
Subtotal bruto	3.202.018	1.048.685	3.144.948	7.395.651	2.969.514	959.710	2.849.070	6.778.294
(-) PECLD	(283.474)	(153.373)	(2.036.894)	(2.473.741)	(304.530)	(150.221)	(1.845.528)	(2.300.279)
Total contas a receber de clientes	2.918.544	895.312	1.108.054	4.921.910	2.664.984	809.489	1.003.542	4.478.015
Circulante				4.527.450				4.033.641
Não circulante				394.460				444.374

- (a) Os parcelamentos são referentes às renegociações de faturas em atraso e possuem juros de até 1% a.m. Os valores apresentados do contas a receber referentes aos parcelamentos estão líquidos do ajuste a valor presente no montante de R\$ 114.169 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 127.993 em 31 de dezembro de 2024), em contrapartida ao resultado financeiro, no montante líquido de R\$ 13.824 (R\$ 27.620 em 31 de dezembro de 2024), conforme nota explicativa nº 27 – Resultado financeiro;
- (b) O contas a receber não faturados corresponde ao consumo estimado baseado no ciclo de leitura, o qual é encerrado após o período de fechamento contábil;
- (c) O Governo Federal, por meio das Leis nº 12.212 e 10.438, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda; e
- (d) Corresponde aos saldos de juros moratórios, multas por auto religação, por inadimplências e atrasos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



6.2 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa

	2024	Provisões/ Reversões (b)	Baixas	2025
Contas a receber de consumidores faturados	(1.285.980)	(330.675)	131.009	(1.485.646)
Parcelamentos	(918.220)	(80.392)	113.639	(884.973)
Contas a receber de consumidores não faturados	(20.572)	1.724	-	(18.848)
Outras (a)	(75.507)	(17.229)	8.462	(84.274)
Total	(2.300.279)	(426.572)	253.110	(2.473.741)

	2023	Provisões/ Reversões	Baixas	2024
Contas a receber de consumidores faturados	(1.866.611)	(295.263)	875.894	(1.285.980)
Parcelamentos	(1.150.155)	(95.470)	327.405	(918.220)
Contas a receber de consumidores não faturados	(23.084)	2.512	-	(20.572)
Outras	(113.710)	(9.522)	47.725	(75.507)
Total	(3.153.560)	(397.743)	1.251.024	(2.300.279)

- (a) A rubrica de outras perdas estimadas é composta, principalmente, por: multas sobre o consumo irregular, auto religação e inadimplência, conforme previsto na Resolução ANEEL nº 1000 de 7 de dezembro de 2021; e
- (b) A movimentação líquida do exercício, gerou uma provisão, no montante de R\$ 426.572, com impacto no resultado operacional e financeiro de R\$ 421.651 e R\$ 4.921, respectivamente, conforme notas explicativas nº 24 – Custos do serviço e despesas operacionais e nº 27 – Resultado financeiro.

7 Valores a receber (devolver) da parcela A e outros itens financeiros (Consolidado)

	2024	Constituição	Amortização	Atualização	Constituições com efeito caixa	Créditos de PIS/COFINS	2025
Parcela A							
CDE - Conta de desenvolvimento energético (a)	(50.259)	166.856	(16.105)	(11.444)	-	-	89.048
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica (b)	(5.045)	(1.508)	28.545	3.227	-	-	25.219
Rede básica	86.325	30.933	(19.361)	12.238	-	-	110.135
Compra de energia CVA (c)	(144.683)	169.815	360.804	868	-	-	386.804
ESS - Encargos do serviço do sistema (d)	209.127	(88.567)	(130.903)	9.824	-	-	(519)
Subtotal	95.465	277.529	222.980	14.713	-	-	610.687
Itens financeiros							
Sobrecontratação de energia (e)	(52.919)	268	31.243	(4.303)	-	-	(25.711)
Neutralidade (f)	(132.456)	(16.542)	69.360	(3.142)	-	-	(82.780)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente (g)	(268.613)	(61.958)	22.740	(33.537)	-	-	(341.368)
Risco hidrológico (h)	(379.485)	-	62.275	(3.868)	-	-	(321.078)
Compensação créditos PIS/COFINS	83.574	-	(86.842)	(149)	-	3.992	575
CDE Modicidade Tarifária - Empréstimo	(53.405)	12.100	43.099	(3.081)	(12.100)	-	(13.387)
Outros (i)	(44.054)	221.474	1.813	195.901	(3.386)	-	371.748
Subtotal	(847.358)	155.342	143.688	147.821	(15.486)	3.992	(412.001)
Total	(751.893)	432.871	366.668	162.534	(15.486)	3.992	198.686
Circulante							
Valores a receber	-						108.825
Valores a devolver	(442.427)						(164.296)
Efeito líquido ativo (passivo)	(442.427)						(55.471)
Não circulante							
Valores a receber	2.325						388.336
Valores a devolver	(311.791)						(134.179)
Efeito líquido ativo (passivo)	(309.466)						254.157
Efeito líquido total	(751.893)						198.686

	2023	Constituição	Amortização	Atualização	Créditos de PIS/COFINS	Constituição com efeito caixa	Transferência/Reclassificação	2024
Parcela A								
CDE - Conta de desenvolvimento energético	36.637	(96.953)	3.822	6.235	-	-	-	(50.259)
PROINFA - Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica	(17.898)	518	13.718	(1.383)	-	-	-	(5.045)
Rede básica	157.888	(47.013)	(38.511)	13.961	-	-	-	86.325
Compra de energia CVA	(260.710)	156.001	2.663	(42.637)	-	-	-	(144.683)
ESS - Encargos do serviço do sistema	267.245	(127.902)	50.841	18.943	-	-	-	209.127
Subtotal	183.162	(115.349)	32.533	(4.881)	-	-	-	95.465
Itens financeiros								
Sobrecontratação de energia	(4.827)	65.519	(109.698)	(3.913)	-	-	-	(52.919)
Neutralidade	(133.614)	48.566	(40.159)	(7.249)	-	-	-	(132.456)
Ultrapassagem de demanda e reativo excedente	(205.667)	(86.061)	44.577	(21.462)	-	-	-	(268.613)
Risco hidrológico	(356.895)	230.664	(226.511)	(26.743)	-	-	-	(379.485)
Compensação créditos PIS/COFINS	34.257	-	82.037	190	(49.296)	-	16.386	83.574
Emp. Escassez Hídrica	(35.537)	-	35.537	-	-	-	-	-
CDE Modicidade Tarifária – Empréstimo	(30.601)	72.367	(16.651)	(6.153)	-	(72.367)	-	(53.405)
Outros	20.461	21.760	(99.018)	(1.450)	-	(7.133)	21.326	(44.054)
Subtotal	(712.423)	352.815	(329.886)	(66.780)	(49.296)	(79.500)	37.712	(847.358)
Total	(529.261)	237.466	(297.353)	(71.661)	(49.296)	(79.500)	37.712	(751.893)
Circulante								
Valores a receber	20.234							-
Valores a devolver	(227.003)							(442.427)
Efeito líquido ativo (passivo)	(206.769)							(442.427)
Não circulante								
Valores a receber	-							2.325
Valores a devolver	(322.492)							(311.791)
Efeito líquido ativo (passivo)	(322.492)							(309.466)
Efeito líquido total	(529.261)							(751.893)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) O saldo da CVA da Conta de Desenvolvimento Energético-CDE corresponde a custos realizados superiores às coberturas tarifárias previstas pela Agência Nacional de Energia Elétrica por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, e da REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025. A diferença entre o custo efetivamente incorrido e o valor considerado na tarifa resultou na constituição de ativo regulatório no montante de R\$ 166.856, a ser compensado nos processos tarifários subsequentes, conforme a sistemática da Conta de Compensação de Variação de Valores da Parcela A (CVA);
- (b) O saldo da CVA do Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica foi afetado constituição negativa da CVA de R\$ 1.508, devido a diferença dos saldos atualizados das CVAs reconhecidas nos processos tarifários de 2025;
- (c) O saldo da CVA de energia teve como principais impactos no exercício o efeito de disponibilidade, risco hidrológico e exposição financeira repassados às distribuidoras, para atendimento do mercado, o que explica o principal movimento de R\$ 169.815;
- (d) ESS está relacionado ao pagamento de usinas térmicas despachadas e que operam com o preço de compra acima do PLD (preço de liquidação das diferenças). A medida de despachar essas térmicas é tomada pelo ONS (Operador Nacional do Sistema) para garantir a segurança energética do sistema. Em resumo, o valor de previsão do ESS concedido pela ANEEL nos processos tarifários foi superior aos custos efetivamente pagos. Com isso, até o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a conta de Encargos de Serviços de Sistema (ESS) resultou em uma constituição passiva de R\$ 88.567;
- (e) A constituição do saldo positivo de R\$ 268 deve-se à venda no mercado de curto prazo a um PLD (preço Mercado de Curto Prazo da CCEE) médio inferior ao preço médio de compra de energia da distribuidora;
- (f) A neutralidade dos encargos é calculada a partir das diferenças mensais entre os valores faturados de cada item dos encargos setoriais, durante o período de referência e os valores previstos no processo tarifário anterior, ajustados pela taxa SELIC, conforme regulamentação vigente. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi registrada uma constituição negativa de R\$ 60.769; sendo R\$ 44.227, referente a Efeito de Reajustes;
- (g) Ao longo do exercício, foi constituído o montante negativo de R\$ 37.830 na rubrica de ultrapassagem de demanda e consumo de energia reativa excedente. A amortização positiva registrada em R\$ 11.083, corresponde aos custos efetivamente incorridos e reconhecidos no período em questão para atender à demanda e ao consumo além dos limites contratados. Essas movimentações são contabilizadas em conformidade com as diretrizes do PRORET e têm impacto direto no cálculo das Revisões Tarifárias Periódicas para Equatorial Maranhão e impacto direto no cálculo dos Reajustes Tarifários Anuais para a Equatorial Pará e Piauí;
- (h) Reconhecimento antecipado dos custos de compra de energia elétrica associados aos riscos hidrológicos, conforme previsto no PRORET submódulo 4.4 – demais componentes financeiros, item 5.11. A previsão de risco hidrológico definida no processo tarifário será revertida no processo tarifário subsequente, devidamente atualizada; e
- (i) O saldo de constituição foi afetado, principalmente, pelas constituições do Ativo RTE 2019, Quitação da Conta Covid, pela Reversão de cobertura de excedente conta escassez hídrica, além de encargos financeiros relacionados; O saldo de amortização foi afetado, principalmente, pelas amortizações Quitação da Conta Covid, Financeiro de Postergação de Tarifas pela Reversão de Créditos de Rescisão Contratual e Migração de Consumidores, além de encargos financeiros relacionados.

Anualmente, a ANEEL apura os novos índices do reajuste tarifário (RTA) das controladas diretas da Companhia, adequando suas despesas da Parcela A (custos não gerenciáveis, como compra de energia, encargos setoriais, encargos de transmissão) e, periodicamente, quando há revisão tarifária periódica (RTP) também é feito o reposicionamento da Parcela B (custos gerenciáveis).

Abaixo segue resumo, por controlada, do resultado de RTA vigente:

Controlada	Classificação	Aplicação	Resolução Homologatória	Efeito
Equatorial Maranhão	Revisão Tarifária Periódica	28/08/2025	3.512/2025	17,9%
Equatorial Pará	Reajuste Tarifário Anual	07/08/2025	3.507/2025	3,74%
Equatorial Piauí	Reajuste Tarifário Anual	02/12/2025	3.555/2025	13,57%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí auferiram receita no montante de R\$ 491.265 (R\$ 303.604 em 31 de dezembro de 2024) de bandeira tarifária, sendo que o valor de R\$ 408.280 (R\$ 245.013 em 31 de dezembro de 2024) foi obtido por meio de bandeira tarifária via faturamento junto aos clientes, e R\$ 82.295 (R\$ 58.591 em 31 de dezembro de 2024) foram repassados para a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT). A bandeira tarifária foi criada por meio do Decreto nº 8.401/2015 e administrada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2025 e 2024, a Companhia e suas controladas possuem transações com partes relacionadas, principalmente dos contratos de compartilhamentos, dividendos, entre outros, com as empresas descritas abaixo:

	Notas	Controladora			
		2025		2024	
		Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)	Ativo (passivo)	Efeito no resultado receita (Despesa)
Dividendos a receber					
Entidade é controlada direta					
Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A.	(a)	91.130	-	85.277	-
Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A.	(a)	286.846	-	348.878	-
Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A.	(a)	114.275	-	66.063	-
Coligada					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	12.601	-	11.938	-
Total		504.853	-	512.156	-
Dividendos a pagar					
Controladora					
Equatorial S.A.	(a)	(382.301)	-	(7.429)	-
Outros					
Itaú Unibanco	(a)	(122.461)	-	(479.719)	-
Total		(504.762)	-	(487.148)	-
		Consolidado			
		2025		2024	
	Notas	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)	Ativo (Passivo)	Efeito no resultado receita (despesa)
Contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Associação para Assinatura de Energia	(b)	598	7.253	869	-
Outros Créditos a receber - (bens materiais)					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	1.485	-	731	-
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	683	-	-	-
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(c)	2.021	-	591	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(c)	3	-	427	-
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(d)	-	310	214	270
Dividendos a receber					
Coligada					
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(a)	12.628	-	11.938	-
Total		17.418	7.563	14.770	270
Outras contas a receber					
Entidade é membro do mesmo grupo econômico					
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(e)	15.359	89.106	16.736	34.064
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	5.468	22.848	5.596	17.670
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica - CEEE-D	(e)	5.441	34.560	6.390	27.662
Companhia de Eletricidade do Amapá - CEA	(e)	1.548	8.033	1.445	5.446
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(r)	-	255	84	350
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(r)	-	246	79	345
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(r)	-	364	95	471
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(r)	-	695	403	1.136
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(r)	-	209	87	376
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(r)	-	304	86	406
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(r)	-	486	172	678
Equatorial Serviços S.A.	(e)	2.072	-	2.072	-
Total		29.888	157.106	33.245	88.604

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



Fornecedores

Entidade é membro do mesmo grupo econômico

Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(1.177)	-	(80)	-
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(c)	(3.902)	-	(1.983)	-
Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(c)	(2.184)	-	(36)	-
Equatorial Serviços S.A.	(g)	(29.198)	(65.077)	(25.435)	(104.047)
Equatorial Telecomunicações S.A.	(h)	(10.366)	(9.649)	(2.825)	(14.451)
E-Nova Geração Distribuída S.A.	(i)	-	(409)	(421)	(782)
Instituto de Ciência e Tecnologia Grupo Equatorial (ICT)	(j)	(1.393)	-	(1.293)	-
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(k)	-	-	(314)	-
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(k)	-	-	(280)	-
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(k)	-	-	(409)	-
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(k)	-	-	(850)	-
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(k)	-	-	(217)	-
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(k)	-	-	(422)	-
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(k)	-	-	(2.183)	-
Total		(48.220)	(75.135)	(36.748)	(119.280)

Outras contas a pagar

Entidade é membro do mesmo grupo econômico

Equatorial Goiás Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(9.225)	(45.923)	(15.164)	(23.510)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(e)	(3.362)	(17.427)	(5.830)	(16.448)
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(e)	(3.389)	(16.458)	(6.236)	(13.704)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(e)	(809)	(4.268)	(1.417)	(3.661)
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	(p)	-	(17)	(46)	(82)
Equatorial Transmissora 2 SPE S.A.	(p)	-	(75)	(68)	(160)
Equatorial Transmissora 3 SPE S.A.	(p)	-	(24)	(34)	(55)
Equatorial Transmissora 4 SPE S.A.	(p)	-	(2.048)	(693)	(2.351)
Equatorial Transmissora 5 SPE S.A.	(p)	-	(20)	(42)	(80)
Equatorial Transmissora 6 SPE S.A.	(p)	-	(21)	(24)	(43)
Equatorial Transmissora 8 SPE S.A.	(p)	-	(33)	(108)	(193)
Instituto Equatorial	(q)	-	(8.618)	-	(11.160)

Controladora direta

Equatorial S.A.	(l)	(7.175)	(29.200)	(18.378)	(58.109)
-----------------	-----	---------	----------	----------	----------

Entidade é plano de benefício pós-emprego

EQTPREV - Equatorial Energia Fundação de Previdência	(f)	-	(7.924)	-	(5.122)
--	-----	---	---------	---	---------

Total		(23.960)	(132.438)	(48.040)	(134.678)
--------------	--	-----------------	------------------	-----------------	------------------

Valores a pagar de acordo com recuperação judicial

Controladora direta

Equatorial S.A.	(m)	(138.663)	(3.289)	(138.114)	(12.013)
-----------------	-----	-----------	---------	-----------	----------

Outros tipos de partes relacionadas

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)	(n)	(652.421)	(54.813)	(597.608)	(52.442)
--	-----	-----------	----------	-----------	----------

Total		(791.084)	(58.102)	(735.722)	(64.455)
--------------	--	------------------	-----------------	------------------	-----------------

Dividendos a pagar

Controladora direta

Equatorial S.A.		(382.301)	-	(7.429)	-
-----------------	--	-----------	---	---------	---

Outras partes relacionadas

Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia)		(49.902)	-	(47.337)	-
--	--	----------	---	----------	---

Outros

Itaú Unibanco		(122.461)	-	(479.719)	-
---------------	--	-----------	---	-----------	---

Outros		(19.162)	-	(17.866)	-
--------	--	----------	---	----------	---

Total		(573.826)	-	(552.351)	-
--------------	--	------------------	----------	------------------	----------

Investimentos em serviço – (bens em comodato)

Entidade é membro do mesmo grupo econômico

		2025		2024	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-D	(o)	107	(107)	112	(112)
Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA	(o)	273	(273)	251	(251)
Equatorial Alagoas Distribuidora de Energia S.A.	(o)	662	(662)	-	-
Total		1.042	(1.042)	363	(363)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



- (a) Referente aos dividendos que, a Companhia, tem a receber do exercício de 2025 das controladas diretas e coligada, e a dividendos a pagar para sua controladora e minoritários, conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária, ocorrida em 25 de março de 2026, que aprovou a distribuição de dividendos;
- (b) Os valores provenientes de contratos de uso da rede de energia;
- (c) O valor é proveniente de compra e venda de materiais entre as companhias;
- (d) Saldos referentes ao contrato de arrendamento de terrenos, no qual as controladas da Companhia atuam como arrendadoras;
- (e) Refere-se ao contrato de compartilhamento de Recursos Humanos e Infraestrutura administrativa cujo reembolso resulta do compartilhamento das despesas condominial, de informática e telecomunicações e, de despesas de recursos humanos, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo nº 12 do módulo V da Resolução Normativa da ANEEL nº 948/2021. De acordo com a Nota Técnica nº 182/2022-SFF/ANEEL, processo nº 48500.007194/2022-83. Em 05 de dezembro de 2024 foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissora 7 SPE S.A, a informação dos valores foi mantida exclusivamente para fins de análise comparativa;
- (f) Os valores são provenientes das contribuições da patrocinadora das controladas da Companhia com sua Fundação de Previdência Complementar;
- (g) Os valores são provenientes do contrato de call center, administrativos e despesas incorridas, com prazo de duração indeterminados;
- (h) A contratação de serviço é proveniente de serviços de telefonia, integração de telecomunicações de internet que usa os serviços de fibra ótica, serviços de recursos humanos, administrativos e despesas incorridas, durante tempo indeterminado;
- (i) Os valores são provenientes da compra de material para custeio;
- (j) Os valores referem-se a projetos de P&D e PEE, de gestão corporativa;
- (k) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro referente a serviços prestados por meio da tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST), e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa;
- (l) Em 16 de setembro de 2022, foi assinado Instrumento Particular de Remuneração pela Prestação de Garantia Corporativa (aval/fiança), entre as controladas da Companhia, (Contratantes) e a Equatorial S.A. (Contratada), estabelecendo as condições para eventual remuneração das garantias prestadas sob a forma de aval/fiança em contratos. Conforme previsto nas condições contratuais, a prestação da garantia poderá estar sujeita a remuneração equivalente a 1% a.a. (um por cento) ao ano, pro rata, incidente sobre o saldo devedor do título ou contrato garantido;
- (m) Valores provenientes da aquisição dos créditos constantes no Plano de Recuperação Judicial da controlada Equatorial Pará;
- (n) Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, como encerrada a recuperação judicial da Companhia. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral, a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia), é detentora de créditos homologados no valor de R\$ 423.463, que serão quitado da seguinte forma: (i) carência para pagamento de principal e juros até agosto de 2019, com juros capitalizados; (ii) juros de 6% a.a. e pagos semestralmente a partir do último dia de setembro de 2019, e incidentes sobre o valor do saldo do principal; e (iii) pagamento do principal: (iii.a) de março de 2027 a setembro de 2030, inclusive, amortizações correspondentes a 5% a.a. do principal em parcelas semestrais; (iii.b) de março de 2031 a setembro de 2033, inclusive, amortizações correspondentes a 10% a.a. do principal ao ano, em parcelas semestrais; (iii.c) em setembro de 2034, o saldo de 50% (cinquenta por cento) do principal;
- (o) Relação de ativos cedidos em comodato, de forma não onerosa com prazo determinado conforme descrito no Termo de Comodato, podendo sua devolução acontecer antes a critério das partes;
- (p) Em 31 de outubro de 2025, foi concluído o processo de alienação da Equatorial Transmissão S.A. O efeito no resultado apresentado refere-se as despesas de janeiro a outubro do contrato de compartilhamento, e foi mantido na apresentação, exclusivamente, para fins de análise comparativa; e
- (q) Refere-se ao reconhecimento de despesas de doações.

Além das operações apresentadas acima, as controladas da Companhia possuem transações, entre si, referentes a compartilhamentos de despesas e arrendamentos, compra e venda de bens e materiais *intercompany*, bens cedidos em comodato, prestação de serviços de telecomunicações e de uso do sistema de transmissão, entre outros, cujos saldos patrimoniais e de resultado, são eliminados de forma integral, nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



8.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui o Presidente e os Diretores. Conforme Assembleia Geral Ordinária, realizada em 30 de abril de 2025, foi aprovada a não fixação da remuneração dos administradores.

Os diretores da Companhia não mantêm nenhuma operação de empréstimos, adiantamentos e outros com a Companhia e suas controladas.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, a Companhia e suas controladas não possuem remuneração na categoria de benefícios de rescisão de contrato de trabalho para suas pessoas chave da Administração.

Os benefícios pós-empregos das controladas estão apresentados na nota explicativa nº 26 – Benefício pós-emprego e referem-se aos planos de aposentadoria e pensão com o objetivo de complementar e suplementar o sistema oficial da previdência social.

Os diretores executivos das controladas possuem o benefício de planos de opção de compra de ações. As datas de vencimento e os preços de exercício das opções de compra de ações pelos diretores executivos e detalhes adicionais do plano estão apresentados na nota explicativa nº 20 – Planos de incentivos a longo prazo.

8.2 Garantias

A Equatorial S.A., controladora da Equatorial Energia Distribuição S.A., presta garantia como avalista ou fiadora das controladas indiretas, Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí, com ônus (vide item I – nota nº 8 Partes relacionadas), nos contratos de empréstimos, financiamento e debêntures e, sem ônus nas apólices de seguros.

9 Outros créditos a receber (Consolidado)

	2025	2024
Circulante		
Adiantamento a fornecedores (a)	118.034	56.833
Subvenção descontos tarifários (b)	536.635	354.235
Uso mútuo de poste	9.491	10.826
(-) PECLD	(11.728)	(9.910)
Partes relacionadas	34.080	35.208
Reinvestimento SUDAM	156.421	182.232
Outros créditos a receber	143.527	101.511
Total circulante	986.460	730.935
Não circulante		
Outros créditos a receber	38.361	27.331
Total não circulante	38.361	27.331
Total de outras contas a receber	1.024.821	758.266

- (a) Variação observada no saldo de adiantamento a fornecedores no exercício deve-se ao encerramento contratual de fornecedores estratégicos, o que culminou na contratação de novos fornecedores e, como parte das condições contratuais, foram realizados adiantamentos a esses novos fornecedores, de modo a viabilizar o início da execução contratual; e
- (b) Referem-se aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários de serviço público de distribuição de energia elétrica, a serem recebidos do Poder Concedente, conforme previsto no art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e em cumprimento ao disposto no art. 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, homologados pela Resolução nº 2.420, de 27 de novembro de 2018. O subsídio tarifário da CDE, correspondente à receita de descontos tarifários concedidos, apresentou incremento no exercício, principalmente em função do aumento da migração de consumidores para o Ambiente de Contratação Livre com enquadramento em fonte incentivada, bem como do crescimento dos repasses associados ao sistema de compensação de energia elétrica.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2025 e 2024
(Valores expressos em milhares de reais)



10 Investimentos

As principais informações sobre os investimentos nas controladas e coligadas estão conforme a seguir demonstradas:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Avaliados por equivalência patrimonial				
Controladas				
Equatorial Maranhão	2.972.145	2.768.759	-	-
Equatorial Pará	4.865.503	4.682.590	-	-
Equatorial Piauí	2.736.533	2.409.144	-	-
Coligada				
Equatorial Alagoas	469.305	457.376	469.305	457.376
Subtotal	11.043.486	10.317.869	469.305	457.376
Outros investimentos (a)		-	5.735	7.857
Total	11.043.486	10.317.869	475.040	465.233

(a) O saldo refere-se a investimentos das controladas da Companhia.

10.1 Movimentação dos investimentos em controladas e coligada

Controladas	2024	Dividendos Mínimos	Dividendos Adicionais	Resultado da equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Stock Options/ Matching Shares	2025
Equatorial Maranhão (a)	2.768.759	(91.130)	(207.623)	473.755	25.261	3.123	2.972.145
Equatorial Pará	4.682.590	(286.846)	(1.055.299)	1.497.229	24.706	3.123	4.865.503
Equatorial Piauí (a)	2.409.144	(114.262)	(28.547)	438.614	29.931	1.653	2.736.533
Subtotal	9.860.493	(492.238)	(1.291.469)	2.409.598	79.898	7.899	10.574.181
Coligada							
Equatorial Alagoas	457.376	(12.601)	(32.077)	53.776	2.831	-	469.305
Total controladas e coligadas	10.317.869	(504.839)	(1.323.546)	2.463.374	82.729	7.899	11.043.486

(a) Os saldos estão líquidos da amortização do direito da concessão das controladas Equatorial Maranhão e Equatorial Piauí, nos valores de R\$ 15.654 e R\$ 54.188, respectivamente, demonstrados na nota explicativa nº 10.3 – Conciliação dos investimentos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



10.2 Informações das controladas - Controladora

A Companhia apresenta abaixo a posição de suas controladas individualmente:

	Participação societária	Balanco patrimonial 2025					Resultado em 2025					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Maranhão	65,11%	2.515.499	1.813.095	8.583.702	4.863.136	4.422.970	6.976.919	2.087.338	(818.432)	(390.549)	(126.677)	751.680
Equatorial Pará	96,50%	6.293.150	3.329.665	12.516.409	10.300.849	5.179.045	12.223.744	3.377.189	(1.042.090)	(530.437)	(252.008)	1.552.654
Equatorial Piauí	94,94%	2.308.252	2.203.688	5.554.460	4.011.590	1.647.434	4.414.531	1.436.724	(417.937)	(399.424)	(104.099)	515.264
Total		11.116.901	7.346.446	26.654.571	19.175.577	11.249.449	23.615.194	6.901.251	(2.278.459)	(1.320.410)	(482.784)	2.819.598

	Participação societária	Balanco patrimonial 2024					Resultado em 2024					
		Circulante		Não circulante		Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro bruto	Despesas operacionais	Resultado financeiro líquido	Imp. Renda contribuição social	Resultado Líquido do exercício
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo							
Equatorial Maranhão	65,11%	3.400.863	2.506.315	7.849.147	4.655.474	4.088.221	6.212.072	1.736.340	(701.290)	(219.306)	(74.407)	741.337
Equatorial Pará	96,50%	6.838.508	4.395.233	10.986.391	8.441.165	4.988.501	10.861.897	3.457.134	(925.552)	(337.454)	(218.054)	1.976.074
Equatorial Piauí	94,94%	2.295.016	1.906.785	4.499.932	3.638.750	1.249.413	3.679.591	1.081.828	(395.029)	(314.990)	(7.717)	364.092
Total		12.534.387	8.808.333	23.335.470	16.735.389	10.326.135	20.753.560	6.275.302	(2.021.871)	(871.750)	(300.178)	3.081.503

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



10.3 Conciliação dos investimentos em controladas e coligada

2025									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Stock Options/ Matching Shares	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	4.422.970	751.680	489.409	(15.654)	2.879.738	73.050	19.357	2.972.145
Equatorial Pará	96,50%	5.179.045	1.552.654	1.497.229	-	4.997.737	(133.536)	1.302	4.865.503
Equatorial Piauí	94,94%	1.647.434	515.264	492.802	(54.188)	1.564.008	1.171.487	1.038	2.736.533
Subtotal		11.249.449	2.819.598	2.479.440	(69.842)	9.441.483	1.111.001	21.697	10.574.181
Coligada									
Equatorial Alagoas	19,00%	1.498.135	283.033	53.776	-	469.305	-	-	469.305
Total controladas e coligadas		12.747.584	3.102.631	2.533.216	(69.842)	9.910.788	1.111.001	21.697	11.043.486
2024									
Controladas	Participação no capital	Patrimônio da controlada	Resultado	Equivalência patrimonial (a)	Amortização do direito de concessão	Valor do investimento	Intangível de concessão (b)	Stock Options	Total do investimento
Equatorial Maranhão	65,11%	4.088.221	741.337	482.675	(15.654)	2.661.788	88.704	18.267	2.768.759
Equatorial Pará	96,50%	4.988.501	1.976.074	1.905.826	-	4.813.864	(132.465)	1.191	4.682.590
Equatorial Piauí	94,94%	1.249.413	364.092	345.863	(54.188)	1.186.142	1.221.208	1.794	2.409.144
Subtotal		10.326.135	3.081.503	2.734.364	(69.842)	8.661.794	1.177.447	21.252	9.860.493
Coligada									
Equatorial Alagoas	19,00%	1.434.331	313.857	59.633	-	457.376	-	-	457.376
Total controladas e coligadas		11.760.466	3.395.360	2.793.997	(69.842)	9.119.170	1.177.447	21.252	10.317.869

- (a) O resultado de equivalência patrimonial está bruto da amortização do direito de concessão no montante de R\$ 69.842, conforme item 23, letra (a), do ICPC 19; e
- (b) Refere-se ao saldo decorrente da Alocação do Preço de Compra (PPA – *Purchase Price Allocation*) na aquisição de suas controladas.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



11 Ativo financeiro da concessão (Consolidado)

A movimentação dos saldos referentes ao ativo financeiro da concessão está conforme a seguir demonstrada:

	2024	Atualização do ativo financeiro	Transferência Ativo de contrato	Baixas	Reclassificação (a)	Outros	2025
Ativo financeiro	17.796.402	544.643	3.146.325	(41.340)	(383.994)	(29)	21.062.007
Obrigações especiais	(4.916.877)	(19.742)	(1.311.270)	-	380.145	4.936	(5.862.808)
Total ativo financeiro da concessão	12.879.525	524.901	1.835.055	(41.340)	(3.849)	4.907	15.199.199

	2023	Atualização do ativo financeiro	Transferência Ativo de contrato	Baixas	2024
Ativo financeiro	14.481.841	719.243	2.625.938	(30.620)	17.796.402
Obrigações especiais	(3.702.314)	(243.023)	(971.540)	-	(4.916.877)
Total ativo financeiro da concessão	10.779.527	476.220	1.654.398	(30.620)	12.879.525

- (a) Refere-se à adequação adotada pela controlada Equatorial Pará, em conformidade com as diretrizes da ANEEL no âmbito do Programa Especial SIGFI, observando os princípios contábeis e regulatórios aplicáveis. Em decorrência dessa adequação, foram realizadas reclassificações contábeis no valor de R\$ 384 milhões do ativo financeiro para o ativo intangível, e de R\$ 380 milhões de obrigações especiais do passivo financeiro para o passivo intangível, resultando em um efeito líquido negativo de R\$ 4 milhões. Esse ajuste reflete a segregação das baterias do item principal, que, por possuírem taxa de depreciação anual superior, geram um impacto adicional no resultado. Essa reclassificação está alinhada à orientação da ANEEL quanto ao tratamento das baterias instaladas no projeto SIGFI, que passaram a ser consideradas unidades de cadastro independentes, compondo o ativo intangível depreciable conforme os critérios técnicos estabelecidos pela Agência.

12 Intangível (Consolidado)

O intangível está constituído conforme a seguir demonstrado:

	Taxas* anuais	2025			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Em serviço	4,08%	19.788.136	(11.402.575)	(1.992.045)	6.393.516
Direito de concessão – Equatorial Maranhão		291.810	(218.760)	-	73.050
Mais Valia – Equatorial Pará		172.904	(170.902)	-	2.002
Mais Valia – Equatorial Piauí		1.714.448	(415.912)	-	1.298.536
Total		21.967.298	(12.208.149)	(1.992.045)	7.767.104

	Taxas* anuais	2024			Valor líquido
		Custo	Amortização	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	
Em serviço	4,19%	17.638.811	(9.876.035)	(1.773.931)	5.988.845
Direito de concessão – Equatorial Maranhão		291.810	(203.106)	-	88.704
Direito de concessão – Equatorial Pará		172.904	(169.594)	-	3.310
Direito de concessão – Equatorial Piauí		1.714.448	(358.832)	-	1.355.616
Total		19.817.973	(10.607.567)	(1.773.931)	7.436.475

* Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



12.1 Movimentação do ativo intangível (Consolidado)

	2024	Adições	Baixas (a)	Transferên- cias Ativo de contrato	Reclassifi- cação (b)	Outros (c)	2025
Em serviço	17.638.811	-	(215.115)	1.892.670	383.994	87.776	19.788.136
(-) Amortização	(9.876.035)	(1.645.734)	174.954	-	-	(55.760)	(11.402.575)
Total em serviço	7.762.776	(1.645.734)	(40.161)	1.892.670	383.994	32.016	8.385.561
Obrigações especiais	(4.451.397)	-	-	(283.511)	(380.145)	-	(5.115.053)
(-) Amortização	2.677.466	445.542	-	-	-	-	3.123.008
Total em obrigações especiais	(1.773.931)	445.542	-	(283.511)	(380.145)	-	(1.992.045)
Direito de concessão	1.893.277	-	-	-	-	-	1.893.277
(-) Amortização	(445.647)	(74.042)	-	-	-	-	(519.689)
Total em Direito de Concessão	1.447.630	(74.042)	-	-	-	-	1.373.588
Total	7.436.475	(1.274.234)	(40.161)	1.609.159	3.849	32.016	7.767.104

	2023	Adições	Baixas	Transferên- cias Ativo de contrato	Outros	2024
Em serviço	16.506.732	-	(217.707)	1.344.535	5.251	17.638.811
(-) Amortização	(8.897.710)	(1.189.894)	212.231	-	(662)	(9.876.035)
Total em serviço	7.609.022	(1.189.894)	(5.476)	1.344.535	4.589	7.762.776
Obrigações especiais	(4.162.114)	-	239	(288.014)	(1.508)	(4.451.397)
(-) Amortização	2.374.580	302.886	-	-	-	2.677.466
Total em obrigações especiais	(1.787.534)	302.886	239	(288.014)	(1.508)	(1.773.931)
Direito de concessão	1.893.277	-	-	-	-	1.893.277
(-) Amortização	(371.605)	(74.042)	-	-	-	(445.647)
Total em Direito de Concessão	1.521.672	(74.042)	-	-	-	1.447.630
Total	7.343.160	(961.050)	(5.237)	1.056.521	3.081	7.436.475

(a) Valores correspondentes às baixas de bens integrantes do ativo intangível, os bens foram baixados por não estarem mais em condição de uso e em condições de gerar receitas;

(b) Veja nota explicativa nº 11 - Ativo financeiro da concessão, item (b); e

(c) Do montante líquido de R\$ 32.016, R\$ 19 referem-se à reclassificação para investimentos de um transformador de força cedido em comodato à Equatorial Piauí e R\$ 32.035 referem-se as adequações do ativo imobilizado em serviço decorrentes da Revisão Tarifária Periódica da controlada Equatorial Maranhão.

As controladas da Companhia avaliaram e não há nenhum indicativo de que o valor contábil dos bens exceda seu valor recuperável para o período e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



13 Ativos de contrato (Consolidado)

A movimentação dos ativos de contrato está conforme a seguir demonstrado:

	2024	Adições (a)	Transferências		2025
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	3.927.031	5.625.522	(1.892.670)	(3.146.325)	4.513.558
Obrigações especiais	(2.112.456)	(1.811.212)	283.511	1.311.270	(2.328.887)
Total	1.814.575	3.814.310	(1.609.159)	(1.835.055)	2.184.671

	2023	Adições (a)	Transferências		2024
			Ativo intangível	Ativo financeiro	
Em curso	3.421.513	4.475.991	(1.344.535)	(2.625.938)	3.927.031
Obrigações especiais	(1.309.119)	(2.062.891)	288.014	971.540	(2.112.456)
Total	2.112.394	2.413.100	(1.056.521)	(1.654.398)	1.814.575

- (a) O montante de R\$ 3.814.310 refere-se às adições líquidas dos ativos de contrato reconhecidas no exercício, correspondentes ao consolidado das controladas Maranhão, Pará e Piauí. Deste total, R\$ 3.381.710 impactaram o caixa das controladas. Ainda, R\$ 125.975 referem-se às adições em contrapartida de fornecedores, R\$ 253.743 referem-se às adições em contrapartida de obrigações sociais e trabalhistas, R\$ 48.267 referem-se à provisão para perda de estoque e R\$ 84.210 devem-se à capitalização de juros de empréstimos ligados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis, de acordo com as regras do CPC 20 (R1) – Custos de Empréstimos, conforme informações nas respectivas notas de empréstimos e financiamentos (Consolidado).

As controladas da Companhia avaliaram e concluíram como baixo o risco de não recebimento e perda associada ao ativos de contrato, pois os mesmos serão remunerados, a partir da entrada em serviço (i) por meio do incremento da tarifa cobrada dos clientes, através dos ciclos de Revisão Tarifária Periódica, compondo a receita de tarifa faturada aos consumidores, ou ainda (ii) pelo direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Dessa forma, não foi identificado nenhum indicativo de perda ao valor recuperável do ativo, e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi constituída no período e exercício findos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024. Os valores dos bens em construção estão sujeitos à fiscalização da ANEEL.

14 Fornecedores (Consolidado)

	2025	2024
Circulante		
Suprimento de energia elétrica	1.026.611	940.517
Encargos de uso da rede elétrica	235.713	132.384
Materiais e serviços	843.403	931.914
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	48.726	36.748
Outros	32.491	27.679
Subtotal	2.186.944	2.069.242
Não circulante		
Materiais e serviços	23.003	15.485
Subtotal	23.003	15.485
Total	2.209.947	2.084.727

O saldo de fornecedores não incide juros e é geralmente liquidado pela Companhia e suas controladas em prazo médio de até 44 dias (55 dias em 31 de dezembro de 2024).

14.1 Fornecedores – Risco sacado

As controladas da Companhia, com o propósito de fortalecer as relações comerciais com seus fornecedores, autorizaram a realização de cessão de crédito junto a terceiros e, para os títulos cedidos, as controladas da Companhia realizarão o pagamento destes diretamente ao seu detentor, na data de vencimento e montantes que foram anteriormente acordados com seus fornecedores originais ('passivo original'), não havendo postergação de prazo pelas controladas da Companhia ou incidência de juros sobre os títulos cedidos, garantias, ou existência de cláusulas contratuais que possam requerer vencimentos antecipados. As controladas da Companhia não possuem influência sobre as negociações entre o fornecedor e a instituição financeira.

Atualmente, a transação é operacionalizada por um Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), através de uma plataforma 100% digital, gerenciada pelo próprio FIDC (não sendo parte relacionada da Companhia). As controladas da Companhia disponibilizam ao FIDC as faturas performadas e este, por sua vez, adiciona estas faturas na plataforma. O fornecedor acessa a plataforma, selecionando as faturas que deseja antecipar e a liquidação é feita pelo FIDC no mesmo dia. As controladas da Companhia não possuem operações de risco sacado com saldo vencido e o fechamento da operação entre o FIDC e o fornecedor fica a livre critério deste último, sem participação das controladas da Companhia, sendo a participação no acordo de financiamento opcional para os fornecedores. Se os fornecedores optarem por receber o pagamento antecipado, pagarão uma taxa ao FIDC, da qual as controladas da Companhia são cotistas. As controladas da Companhia quitam a fatura original, pagando ao FIDC de acordo com a data de vencimento original mencionada.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de fornecedores – risco sacado é de R\$ 296.407 (R\$ 216.341 em 31 de dezembro de 2024), sendo estes montantes integralmente liquidados pelo FIDC nas referidas datas, ou seja, quando um fornecedor adere a esta modalidade o mesmo recebe de imediato o valor de sua fatura e, portanto, não há faturas a pagar de posse do operador do FIDC.

Os pagamentos dessas transações impactaram o fluxo de caixa da Companhia em R\$ 1.900.680 durante o ano de 2025 (R\$ 1.594.529 em 31 de dezembro de 2024).

O prazo médio de pagamento destes títulos é de 69 dias (73 dias em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



15 Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

15.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024			
		Circulante	Não circulante	Total	Custo da dívida (% a.a.)	Circulante	Não circulante	Total
Moeda estrangeira (USD)								
CDI	de 1,00% a.a. até 1,77% a.a.	324.426	1.730.345	2.054.771	de 1,09% a.a. até 1,77% a.a.	2.590.563	1.602.979	4.193.542
Total moeda estrangeira		324.426	1.730.345	2.054.771		2.590.563	1.602.979	4.193.542
Moeda nacional								
PRÉ-FIXADO	de 5,00% a.a. até 6,00% a.a.	36.413	1.042.442	1.078.855	de 5,00% a.a. até 6,00% a.a.	37.556	1.075.916	1.113.472
IPCA	de 3,93% a.a. até 5,96% a.a.	614.542	4.149.843	4.764.385	de 3,93% a.a. até 5,96% a.a.	587.894	4.541.034	5.128.928
CDI	de -0,05% a.a. até 1,05% a.a.	424.863	1.047.900	1.472.763	de -0,17% a.a. até 1,05% a.a.	23.304	350.000	373.304
Subtotal moeda nacional		1.075.818	6.240.185	7.316.003		648.754	5.966.950	6.615.704
(-) Ajuste a Valor Presente - AVP		-	(512.274)	(512.274)		-	(534.710)	(534.710)
(-) Custo de captação		(1.721)	(22.043)	(23.764)		(1.231)	(15.999)	(17.230)
Subtotal		(1.721)	(534.317)	(536.038)		(1.231)	(550.709)	(551.940)
Total moeda nacional		1.074.097	5.705.868	6.779.965		647.523	5.416.241	6.063.764
Total		1.398.523	7.436.213	8.834.736		3.238.086	7.019.220	10.257.306

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



15.2 Movimentação de empréstimos e financiamentos

A movimentação da conta de empréstimos e financiamentos está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Moeda estrangeira (US\$)		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	847.025	5.562.021	414.569	2.247.871	9.071.486
Ingressos	-	200.000	-	1.177.630	1.377.630
Encargos	341.093	(9)	175.275	(132)	516.227
Variação monetária e cambial	114.950	133.519	342.675	419.008	1.010.152
Transferências	478.958	(478.958)	2.241.177	(2.241.177)	-
Amortizações de principal	(812.946)	-	(447.803)	-	(1.260.749)
Pagamentos de juros	(345.310)	-	(135.551)	-	(480.861)
Custo de captação	1.318	(332)	221	(221)	986
Ajuste a valor presente	22.435	-	-	-	22.435
Saldos em 31 de dezembro de 2024	647.523	5.416.241	2.590.563	1.602.979	10.257.306
Ingressos	14.118	1.125.882	-	623.143	1.763.143
Encargos	372.757	-	165.770	-	538.527
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a)	26.305	201.193	(248.056)	(193.156)	(213.714)
Transferências	1.029.349	(1.029.349)	302.621	(302.621)	-
Amortizações de principal (b)	(673.079)	-	(2.288.122)	-	(2.961.201)
Pagamentos de juros (b)	(366.878)	-	(198.350)	-	(565.228)
Custo de captação (c)	1.565	(8.099)	-	-	(6.534)
Ajuste a valor presente	22.435	-	-	-	22.435
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.074.097	5.705.868	324.426	1.730.345	8.834.736

- (a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a mercado das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo;
- (b) Em 25 novembro de 2025, ocorreu a liquidação no vencimento dos contratos firmados com o *Scotiabank*, no montante de R\$ 1.109.861, sendo R\$ R\$ 1.078.960 de amortização de principal e R\$ 30.901 de pagamento de juros, na controlada Equatorial Pará; e
- (c) Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

15.3 Cronograma de amortização da dívida

Em 31 de dezembro de 2025, as parcelas relativas ao principal dos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	1.398.523	16%
2027	1.822.259	21%
2028	1.134.762	13%
2029	449.416	5%
2030	392.621	4%
De 2031 Até 2048	4.171.473	47%
Subtotal	7.970.531	90%
Ajuste a valor presente/Custo de captação (não circulante)	(534.318)	(6%)
Não circulante	7.436.213	84%
Total	8.834.736	100%

15.4 Garantias

Os empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia, contam com aval e/ou fiança da Equatorial S.A. Adicionalmente, as operações podem estar garantidas por fiança bancária, conta reserva e recebíveis, conforme previsto nos respectivos instrumentos contratuais.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



15.5 *Covenants* dos empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos contratados pelas controladas Equatorial Maranhão, Equatorial Pará e Equatorial Piauí possuem garantias fidejussórias e/ou recebíveis e/ou aplicações financeiras (contas reserva) e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos.

Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos das controladas da Companhia com período de apuração trimestral nas controladas:

- Equatorial Maranhão

<i>Covenants</i> Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	2,1

- Equatorial Pará

<i>Covenants</i> Empréstimos	Bank of America
1º Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	1,8

- Equatorial Piauí

<i>Covenants</i> Empréstimos	Santander	Scotiabank	Bank of America
1º Dívida Líquida/EBITDA: <= 4,5	2,5	2,5	2,5

Adicionalmente, abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nos contratos de empréstimos e financiamentos com período de apuração trimestral na controladora, Equatorial S.A.:

- Equatorial Piauí

<i>Covenants</i> Empréstimos	Scotiabank
1º Dívida Líquida/EBITDA: <=4,5	2,6

Os indicadores acima obedecem, fidedignamente, aos conceitos de dívida líquida contratual e EBITDA contratual, conforme conceitos acordados e expressos nos documentos contratuais. Estas informações visam, unicamente, dar conhecimento acerca dos indicadores apurados em conformidade com as definições acordadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações contratuais.

Adicionalmente aos indicadores mencionados acima, a Companhia possui *covenants* financeiros junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), cuja apuração é anual, assegurada por auditoria independente e entregue até 31 de maio do ano subsequente. Os contratos preveem como *covenants* as relações Dívida Líquida/EBITDA e Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia mantiveram-se em cumprimento de todas as obrigações e dentro dos limites estipulados contratualmente.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



16 Debêntures (Consolidado)

16.1 Composição do saldo

	Custo da dívida (% a.a.)	2025			2024			
		Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total	
Moeda nacional								
IPCA	6,30% a.a.	877	328.483	329.360	6,30% a.a.	765	314.769	315.534
CDI	de -0,16% a.a. até 0,95% a.a.	183.861	7.717.668	7.901.529	de 0,29% a.a. até 1,40% a.a.	94.752	5.887.747	5.982.499
Subtotal moeda nacional		184.738	8.046.151	8.230.889		95.517	6.202.516	6.298.033
(-) Custo de captação		(17.158)	(141.288)	(158.446)		(7.793)	(97.329)	(105.122)
Subtotal		167.580	7.904.863	8.072.443		87.724	6.105.187	6.192.911
Total		167.580	7.904.863	8.072.443		87.724	6.105.187	6.192.911

16.2 Movimentação das debêntures

A movimentação das debêntures no exercício está conforme a seguir demonstrada:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Passivo não circulante	
Saldos em 31 de dezembro de 2023	67.226	2.337.411	2.404.637
Ingressos	-	3.825.000	3.825.000
Encargos	363.828	-	363.828
Variação monetária e cambial	171	27.338	27.509
Transferências	(9.138)	9.138	-
Amortizações de principal	(39.132)	-	(39.132)
Pagamentos de juros	(297.837)	-	(297.837)
Custo de captação	2.606	(93.700)	(91.094)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	87.724	6.105.187	6.192.911
Ingressos	-	3.800.000	3.800.000
Encargos	694.383	-	694.383
Variação monetária, cambial e marcação a valor justo (a)	4.869	88.768	93.637
Transferências	2.019.658	(2.019.658)	-
Amortizações de principal (b)	(2.050.000)	-	(2.050.000)
Pagamentos de juros (b)	(605.163)	-	(605.163)
Custo de captação (c)	16.109	(69.434)	(53.325)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	167.580	7.904.863	8.072.443

- (a) Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de *swaps* contabilizados pelo método do *hedge* a valor justo;
- (b) Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 9ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 309.585, na controlada Equatorial Maranhão. Em 17 de fevereiro de 2025, ocorreu amortização extraordinária da 6ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 745.199, e em 15 de outubro de 2025, foi realizado o resgate do saldo remanescente da referida emissão, no montante de R\$ 670.220, na controlada Equatorial Pará. Em 24 de outubro de 2025, ocorreu o resgate antecipado da 1ª Emissão de Debêntures, no montante de R\$ 454.414, na controlada Equatorial Piauí; e

Refere-se à movimentação do custo de captação, quando positivo significa amortização e quando negativo, adição.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



16.3 Cronograma de amortização da dívida

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	167.581	2%
2028	550.000	7%
2029	928.483	12%
2030	900.001	11%
Após 2030	5.667.669	70%
Subtotal	8.046.153	100%
Ajuste a valor presente/Custo de captação (não circulante)	(141.290)	(2%)
Não circulante	7.904.863	98%
Total	8.072.444	100%

16.4 Covenants das debêntures

As debêntures contratadas pela Companhia e suas controladas possuem garantias reais, fidejussórias e *covenants* não financeiros e financeiros, cujo não cumprimento durante o período de apuração, poderá acarretar o vencimento antecipado dos contratos. Abaixo estão apresentados os *covenants* financeiros presentes nas debêntures das controladas da Companhia com o período de apuração trimestral nas controladas:

- Equatorial Maranhão

<i>Covenants debêntures</i>	10ª debêntures	11ª debêntures	12ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	2,1	2,1	2,1

- Equatorial Pará

<i>Covenants debêntures</i>	7ª debêntures	8ª debêntures	9ª debêntures	10ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <=4,5	1,8	1,8	1,8	1,8

- Equatorial Piauí

<i>Covenants debêntures</i>	3ª debêntures	4ª debêntures	5ª debêntures
1º Dívida líquida/EBITDA: <= 4,5	2,5	2,5	2,5

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, as controladas da Companhia mantiveram-se dentro dos limites estipulados nos contratos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



17 Impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos (Consolidado)

17.1 Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2025	2024
Prejuízo fiscal (a)	314.697	419.342
Base negativa (a)	106.189	131.152
Subtotal	420.886	550.494
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos judiciais	232.662	165.872
Perdas (reversão) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	716.314	(4.725)
Provisão atuarial	77.246	78.661
Provisão para participação nos lucros	32.753	23.342
Contingências - aquisição Piauí	33.225	35.195
Intangível - concessão- Aquisição Equatorial Pará Swap (b)	24.900	24.700
AIC Reversível	102.019	(108.368)
Atualização do ativo financeiro VNR	38.868	38.868
Ajuste a valor presente	(1.199.985)	(994.073)
Depreciação acelerada	(216.908)	(231.154)
Reavaliação bens da concessão	(435.298)	(471.935)
Custo/receita de Construção – CPC 47	(6.818)	(11.179)
Arrendamentos – CPC 06 (R2)	5.129	3.818
Variação cambial, monetária e marcação a valor justo	808	1.854
Provisão para perdas de estoques	(84.705)	-
Provisão para pagamento baseado em ações	36.893	-
Instrumentos financeiros - CPC 48	45.278	-
Outras diferenças temporárias	(766.499)	-
Imposto diferido líquido	26.687	23.466
	(1.337.431)	(875.164)
Ativo diferido líquido	447.292	455.195
Passivo diferido líquido	(1.363.837)	(1.330.359)

- (a) A movimentação do saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição no exercício, representa o imposto de renda e contribuição social diferidos nas controladas Equatorial Pará e Equatorial Piauí. Os impostos estão embasados em projeções de recuperabilidade futura aprovada pela Administração. Existem saldos ativos e passivos por estarem sendo apresentadas companhias diferentes no consolidado; e
- (b) A variação é resultado da marcação a mercado dos *swaps*, além da entrada e liquidação das dívidas no intervalo considerado.

17.2 Movimentação dos tributos diferidos

	Saldo em 31/12/2024	Reconhecimento no resultado	Outros resultados abrangentes	Baixas	Valor líquido 31/12/2025	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	419.341	(104.714)	-	70	314.697	314.697	-
Base Negativa de CSLL	131.152	(24.989)	-	26	106.189	106.189	-
Provisão para riscos judiciais	174.298	58.364	-	-	232.662	232.662	-
Perdas / Reversão estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD)	655.064	61.250	-	-	716.314	716.314	-
Instrumentos financeiros - CPC 48	(703.185)	(63.314)	-	-	(766.499)	-	(766.499)
Provisão para pagamento baseado em ações	33.524	11.754	-	-	45.278	45.667	(389)
Provisão para participação nos lucros	34.471	(1.718)	-	-	32.753	32.753	-
Receita/Custo de Construção – CPC 47	4.555	574	-	-	5.129	5.129	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	860	(52)	-	-	808	808	-
Contingências e encargos da dívida- Aquisição EQTL Pará, Alagoas e Piauí	35.195	(1.970)	-	-	33.225	33.225	-
SWAP (Marcação a mercado)	(108.367)	264.543	(54.157)	-	102.019	102.019	-
Variação cambial	-	(36.311)	-	-	(36.311)	-	(36.311)
Marcação a mercado - valor justo	-	(48.394)	-	-	(48.394)	-	(48.394)
Provisão para perda de estoque	21.939	14.954	-	-	36.893	36.893	-
Provisão laudo atuarial	74.986	(2.478)	4.738	-	77.246	77.246	-
Outras despesas não dedutíveis	18.931	7.756	-	-	26.687	26.687	-
Atualização do ativo financeiro VNR	(1.021.529)	(178.456)	-	-	(1.199.985)	-	(1.199.985)
Depreciação acelerada	(471.935)	36.637	-	-	(435.298)	-	(435.298)
Ajuste a valor presente AVP	(226.853)	9.945	-	-	(216.908)	4.282	(221.190)
Intangível - mais-valia concessão- Aquisição Equatorial Pará- PPA	24.700	200	-	-	24.900	24.900	-
AIC Ressarcíveis	38.868	-	-	-	38.868	38.868	-
Reavaliação bens da concessão	(11.179)	4.361	-	-	(6.818)	-	(6.818)
Total	(875.164)	7.942	(49.419)	96	(916.545)	1.798.339	(2.714.884)

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



	2023	Reconheci- mento no resultado	Outros resultados abrangentes	Baixa	Valor líquido em 2024	Ativo fiscal diferido	Passivo fiscal diferido
IRPJ prejuízos fiscais	349.001	71.114	-	(773)	419.342	419.342	-
Base Negativa de CSLL	104.893	26.537	-	(278)	131.152	131.152	-
Provisão para riscos judiciais	148.360	17.512	-	-	165.872	165.872	-
PECLD	(14.972)	10.247	-	-	(4.725)	28.919	(33.644)
Provisão para participação nos lucros	22.213	1.129	-	-	23.342	23.342	-
Riscos judiciais-Aquisição Equatorial Piauí-PPA	35.309	(114)	-	-	35.195	35.195	-
Variação de <i>SWAP</i>	98.830	(249.357)	42.159	-	(108.368)	-	(108.368)
Atualização do ativo financeiro VNR	(832.157)	(161.916)	-	-	(994.073)	-	(994.073)
Ajuste a valor presente AVP	(238.039)	6.885	-	-	(231.154)	5	(231.159)
Depreciação acelerada	(508.742)	36.807	-	-	(471.935)	-	(471.935)
Intangível - mais-valia concessão-Aquisição Equatorial Pará- PPA	24.501	199	-	-	24.700	24.700	-
AICs Ressarcíveis	38.868	-	-	-	38.868	38.868	-
Reavaliação bens da concessão	(15.818)	4.639	-	-	(11.179)	-	(11.179)
Provisão atuarial	84.616	80	(6.035)	-	78.661	78.661	-
Custo receita de Construção – CPC 47	2.540	1.278	-	-	3.818	3.818	-
Arrendamentos - CPC 06 (R2)	1.781	73	-	-	1.854	1.854	-
Outras despesas não dedutíveis	15.141	8.325	-	-	23.466	39.012	(15.546)
Total	(683.675)	(226.562)	36.124	(1.051)	(875.164)	990.740	(1.865.904)

17.3 Expectativa de recuperação – Ativo Fiscal Diferido

Com base nos estudos técnicos de viabilidade, a Administração da controlada estima que a realização dos créditos fiscais, está conforme apresentado a seguir:

Expectativa de realização	2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
Equatorial Pará	656.574	-	-	-	-	656.574
Equatorial Maranhão	406828	-	-	-	-	406.828
Equatorial Piauí	-	89.599	60.090	56.385	470.738	676.812
Total do ativo diferido bruto	1.063.402	89.599	60.090	56.385	470.738	1.740.214
PPA – Equatorial Pará	-	-	-	-	58.125	58.125
Total	1.063.402	89.599	60.090	56.385	528.863	1.798.339

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



17.4 Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais e da despesa do imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) e da contribuição social sobre lucro líquido (CSLL) debitada em resultado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, está demonstrada a seguir:

Controladora	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	2.467.883	2.467.883	2.732.232	2.732.232
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal (A)	(616.971)	(222.109)	(683.058)	(245.901)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Equivalência patrimonial	615.844	221.703	681.061	245.174
Outras adições (reversões) permanentes	56	12	37	13
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado	(1.071)	(394)	(1.960)	(714)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(1.071)	(394)	(1.960)	(714)
Consolidado	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro contábil antes do IRPJ e CSLL	3.295.311	3.295.311	3.378.577	3.378.577
Alíquota fiscal	25%	9%	25%	9%
Pela alíquota fiscal	(823.828)	(296.578)	(844.644)	(304.072)
Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos sobre o lucro				
Incentivo PAT	10.840	-	6.094	-
Incentivo prorrogação licença maternidade	424	-	348	-
(+) IRPJ Subvenção Governamental	633.602	-	766.003	-
Parcelamento IRPJ/CSLL (anos anteriores)	(8.988)	(1.988)	30.237	15.118
Outras adições (reversões) permanentes	(3.899)	1.923	20.532	7.617
Pesquisa e Desenvolvimento e Eficiência Energética	1.818	655	-	-
IRPJ/CSLL correntes/diferido no resultado (a)	(190.031)	(295.988)	(21.430)	(281.337)
IRPJ e CSLL corrente no resultado do exercício	(195.247)	(298.714)	114.898	(191.103)
IRPJ e CSLL diferido no resultado do exercício	5.216	2.726	(136.328)	(90.234)
Alíquota efetiva	6%	9%	1%	8%

18 Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial - Equatorial Pará

Em 1º de dezembro de 2014, o Juiz da 13ª Vara Civil de Belém decretou, com fundamento no que dispõe os Arts. 61 e 63 da Lei nº 11.102/05, após manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público, encerrada a recuperação judicial da controlada Equatorial Pará. Esta sentença encerra a fase de acompanhamento judicial do cumprimento do plano e retira as restrições legais da recuperação. O plano de recuperação negociado e aprovado pelos credores durante o processo permanece inteiramente válido e exigível, o que significa que as condições especiais para as dívidas que foram pactuadas continuam em vigor. Essas obrigações só se encerram com seu cumprimento integral.

A decisão de encerramento está produzindo efeitos normalmente, mas ainda não transitou em julgado por ter sido alvo de duas apelações, movidas pelos credores Petróleo Brasileiro S.A. e Pine S.A.

Em novembro de 2017, a Equatorial Pará firmou acordo com o Banco Pine, que culminou com a desistência de sua apelação a sentença de encerramento. A outra apelação versa, exclusivamente, sobre pagamento de juros e correção no cumprimento das obrigações do plano.

Para essa última apelação, a controlada acredita que as chances de êxito deste recurso são remotas, o que é respaldado em *Legal Opinion* do escritório que conduz o processo, que, desde então, está sem movimentação. Quando esta apelação for concluída, espera-se que a matéria seja apreciada em um cenário de 24 a 36 meses, quando então o encerramento da recuperação judicial estará devidamente transitado em julgado.

18.1 Composição da dívida

	2025	2024
Circulante		
Outras concessionárias	5.695	5.695
Credores financeiros (a)	27.821	27.751
Partes relacionadas	122.175	79.318
Total circulante	155.691	112.764
Não circulante		
Outras concessionárias	83.854	83.853
Credores financeiros (a)	308.158	335.871
Partes relacionadas	786.683	788.705
(-) Ajuste a valor presente – partes relacionadas	(131.008)	(150.407)
(-) Ajuste a valor presente	(32.770)	(34.186)
Total não circulante	1.014.917	1.023.836
Total	1.170.608	1.136.600

- (a) Grupo de credores dentre os quais estão: (i) instituições financeiras públicas ou privadas; e (ii) titulares de créditos decorrentes de operações financeiras ou bancárias, inclusive, mas sem se limitar a *bonds* e créditos decorrentes de operações de derivativos, com ou sem vinculação de recebíveis.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



18.2 Cronograma de amortização

O cronograma de pagamento das parcelas de longo prazo dos valores a pagar de recuperação judicial é o seguinte:

Vencimento	2025	
	Valor	%
Circulante	155.691	13%
2027	119.888	10%
2028	144.067	12%
2029	109.505	9%
2030	109.310	9%
Após 2030	695.925	61%
Subtotal	1.178.695	103%
(-) Ajuste a valor presente (Não circulante)	(163.778)	(13%)
Não circulante	1.014.917	87%
Total	1.014.917	100%

18.3 Movimentação dos valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial

	Saldo em 2024	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2025
Outras concessionárias	74.801	5.027	-	-	(5.027)	1.514	76.315
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	735.722	44.842	(1.266)	(1.134)	(1.606)	14.526	791.084
Credores financeiros	326.077	8.027	(1.392)	(26.321)	(7.957)	4.775	303.209
Total	1.136.600	57.896	(2.658)	(27.455)	(14.590)	20.815	1.170.608

	Saldo em 2023	Juros e encargos	Variação monetária e cambial	Amortização	Juros pagos	AVP	Saldo em 2024
Outras concessionárias	73.288	5.042	-	-	(5.042)	1.513	74.801
Partes relacionadas – nota explicativa nº 8	674.221	42.524	7.403	(1.228)	(1.726)	14.528	735.722
Credores financeiros	333.059	10.494	17.372	(28.514)	(11.109)	4.775	326.077
Total	1.080.568	58.060	24.775	(29.742)	(17.877)	20.816	1.136.600

19 Provisão para riscos judiciais e depósitos vinculados (Consolidado)

As controladas da Companhia são partes (polos passivos) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das suas operações, envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, conforme a seguir demonstrado:

	2025		2024	
	Provisão	Depósitos vinculados	Provisão	Depósitos vinculados
Cíveis	617.270	136.463	455.079	152.758
Fiscais	143.794	147.217	118.428	144.315
Trabalhistas	60.151	31.426	76.362	81.561
Regulatórios	19.946	-	9.247	-
Total	841.161	315.106	659.116	378.634
Circulante	238.755	6.624	83.722	4.730
Não circulante	602.406	308.482	575.394	373.904

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



19.1 Movimentação dos processos judiciais no exercício

	2024		2025				Saldo
	Saldo	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	Reclassificação	
Cíveis	455.079	102.111	(127.931)	(24.923)	212.934	-	617.270
Fiscais	118.428	13	2	(188)	79	25.460	143.794
Trabalhistas	76.362	30.794	(53.258)	(10.206)	16.459	-	60.151
Regulatórios	9.247	8.197	-	-	2.502	-	19.946
Total	659.116	141.115	(181.187)	(35.317)	231.974	25.460	841.161

	2023		2024			Saldo
	Saldo	Adições (1)	Utilização (2)	Reversão de provisão (3)	Atualização (4)	
Cíveis	455.395	51.310	(58.617)	(18.568)	25.559	455.079
Fiscais	93.753	23.977	(269)	(2)	969	118.428
Trabalhistas	87.679	7.256	(19.661)	(4.527)	5.615	76.362
Regulatórios	8.347	-	-	-	900	9.247
Total	645.174	82.543	(78.547)	(23.097)	33.043	659.116

- (1) Contingências provisionadas no exercício;
- (2) Gastos efetivos (pagamentos) com contingências judiciais;
- (3) Reversões realizadas no exercício; e
- (4) Atualizações monetárias.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados internos.

No exercício findo em de 31 de dezembro de 2025, as provisões foram revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Adicionalmente, as controladas da Companhia possuem passivos contingentes que correspondem a processos judiciais não provisionados, uma vez que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, avaliada como possível pela Administração, com base na avaliação da gerência jurídica, conforme segue:

	2025	2024
Cíveis (a)	1.025.983	1.016.349
Fiscais (b)	10.598	36.803
Trabalhistas (c)	263.684	185.521
Total	1.300.265	1.238.673

Dentre os processos relevantes cujo risco de perda é considerado provável e possível destacamos, respectivamente:

(a) Cíveis

As controladas da Companhia figuram como rés em 27.553 processos cíveis em 31 de dezembro de 2025 (22.948 processos em 31 de dezembro de 2024), sendo que 10.323 tramitam em Juizados Especiais (10.127 processos em 31 de dezembro de 2024), os quais, em sua maioria, referem-se a pleitos de danos materiais e morais, assim como ressarcimento de valores pagos por consumidores.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



A controlada Equatorial Maranhão destaca o processo de 0046671-06.2015.8.10.0001, trata-se de uma ação de indenização por perdas e danos com cobrança movida por Agrasty Construções Ltda., alegando quebra de contrato que tinha por objeto, dentre outros aspectos, a prestação de serviços de engenharia.

A controlada Equatorial Pará destaca o processo relacionado à ação monitória coletiva movida pela MPE-Ministério Público Estadual por Descumprimento do Termo de Ajuste de Conduta, no montante de R\$ 1.580.

A controlada Equatorial Piauí destaca o Processo nº 0012732-04.2003.8.18.0140, que tem como objeto suposta compensação de valores a maior na Transação de Crédito Tributário firmada com o Estado, requerendo a devolução das quantias supostamente adimplidas a maior, no montante de R\$ 56.505.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica, como possíveis, as quais destacam-se as:

A controlada Equatorial Maranhão destaca o processo de 0803022-09.2017.8.10.0026, trata-se de um incêndio que teve origem na rede interna dos autores, sem responsabilidade da Equatorial Maranhão, estando pendente realização de perícia judicial para determinar a responsabilidade pelo evento.

A controlada Equatorial Pará destaca o processo relacionado à ação indenizatória coletiva movida pela Cred New Recuperação de Ativos e Serviços Ltda. por quebra de contrato, no montante de R\$ 192.792.

A controlada Equatorial Piauí destaca o Processo nº 0037357-09.2015.4.01.3400, que tem como objeto a suposta ausência de implementação das contribuições previdenciárias ao plano de benefícios de previdência complementar dos empregados, no montante de R\$ 240.733.

(b) Fiscais

As controladas da Companhia figuram como rés em 469 processos fiscais em 31 de dezembro de 2025 (570 processos em 31 de dezembro de 2024).

A controlada Equatorial Maranhão destaca o processo de PIS e COFINS sobre a receita financeira no montante de R\$ 84.355, no qual a Equatorial Maranhão obteve decisão judicial favorável para anular os efeitos do Decreto nº 8.426/2015, sendo que os valores foram depositados em juízo e poderão ser convertidos em renda em razão do julgamento do Tema 939 pelo STF.

A controlada Equatorial Piauí destaca o Processo nº 0001358-67.2017.4.01.4000, ação anulatória visando o cancelamento de autuação referente a débitos de IRPJ/CSLL incidentes sobre perdas técnicas e não técnicas ocorridas no sistema de distribuição elétrica, com valor provisionado de R\$ 2.177.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica, como possíveis, as quais destacam-se as:

A controlada Equatorial Maranhão possui processos fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, relacionados a discussões tributárias diversas, no montante de R\$ 5.648.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



A controlada Equatorial Pará possui processos fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, relacionados a repasse de PIS, COFINS, ICMS e taxa de uso de ocupação do solo, dentre outros assuntos relativos a lançamentos e autuações fiscais.

A controlada Equatorial Piauí possui processos fiscais cuja possibilidade de perda é avaliada como possível, relacionados a Débito Tributário e ICMS, inclusive discussões sobre incidência de ICMS sobre TUST e TUSD, no montante de R\$ 4.929.

(c) Trabalhistas

O passivo trabalhista das controladas em 31 de dezembro de 2025 é composto por 2.290 reclamações ajuizadas (2.155 em 31 de dezembro de 2024) por ex-empregados contra as controladas da Companhia, com pedidos que variam entre horas extras, periculosidade, equiparação e/ou reenquadramento salarial, entre outros, assim como por ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas (responsabilidade subsidiária), que pleiteiam, em sua maioria, verbas rescisórias.

A controlada Equatorial Pará destaca o processo relacionado à ação civil pública movida pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Urbanas do Estado do Pará, pleiteando o pagamento de PLR do ano de 2012, no montante de R\$ 17.717.

A controlada Equatorial Piauí destaca ações movidas por ex-empregados contra a Companhia envolvendo cobrança de horas extras, adicional de periculosidade, plano de cargos e salários, verbas rescisórias, desligamento voluntário e diferenças salariais, cujo montante provisionado é de R\$ 21.755.

Além dos processos provisionados, existem outras contingências cíveis cuja possibilidade de perda em 31 de dezembro de 2025 é avaliada pela Administração, com base na análise da gerência jurídica, como possíveis, as quais destacam-se as:

A controlada Equatorial Pará destaca o processo relacionado à reclamação trabalhista movida pelos familiares de empregado de empresa parceira vítima de acidente de trabalho fatal, requerendo a condenação subsidiária da concessionária ao pagamento de indenização por danos morais e materiais no montante de R\$ 8.820.

A controlada Equatorial Piauí destaca o Processo nº 0000384-73.2021.5.22.0006, que tem por objeto o pedido de cumprimento do plano de cargos e salário da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (AXIA Energia) – PCR 2010, no montante de R\$ 58.312.

(d) Regulatório

Em 31 de dezembro de 2025, o montante de R\$ 10.208 (R\$ 9.247 em 31 de dezembro de 2024) corresponde às prováveis penalidades a serem aplicadas contra a controlada Equatorial Maranhão, referente a Termos de Notificação e Auto de Infração da ANEEL, bem como penalidade de Medição de fronteira na CCEE.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



20 Outras contas a pagar (Consolidado)

	2025	2024
Circulante		
Devolução a consumidores (a)	71.858	162.251
Convênios de arrecadação	231.030	190.092
Créditos de geração distribuída (b)	326.356	239.253
Cauções	115.715	67.948
Devolução 4ª Tranche PLPT	53.483	53.216
Outras contas a pagar	129.071	141.593
Total circulante	927.513	854.353
Não circulante		
Parcelamento - ANEEL	90.993	79.137
Phantom - liquidação caixa	59.087	60.100
Outras contas a pagar	74.287	69.808
Total não circulante	224.367	209.045
Total de outras contas a pagar	1.151.880	1.063.398
Passivo circulante	927.514	854.353
Passivo não circulante	224.366	209.045

- (a) Valores referentes às obras de autoconstrução, seguindo os preceitos da Resolução nº 1.000/2021 da ANEEL, art. nº 104 a 110, incluídas na base de remuneração das controladas da Companhia, registradas para ressarcimento ao cliente, através de transferência bancária ou desconto em fatura, com anuência do interessado; e
- (b) Corresponde ao excedente de créditos de energia das modalidades de microgeração ou minigeração, de acordo com a Lei n.º 14.300 que incentivou a adesão de consumidores à Microgeração e da Minigeração Distribuídas de Energia Elétrica (MMGD). Para maiores detalhes, ver nota explicativa 25 - Energia elétrica comprada para revenda.

21 Patrimônio líquido

21.1 Capital social

O capital social integralizado e subscrito em 31 de dezembro de 2025 era de R\$ 5.493.218 (R\$ 5.493.218 em 31 de dezembro de 2024), dividido em 4.901.811.923 ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, e sua composição por classe de ações e principais acionistas está demonstrada conforme a seguir:

	2025				Total	%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B	Ações preferenciais Classe C		
Acionistas						
Equatorial S.A.	4.432.230.547	-	-	-	4.432.230.547	90,42%
Itaú Unibanco	-	87.644.582	145.530.174	236.406.620	469.581.376	9,58%
Total	4.432.230.547	87.644.582	145.530.174	236.406.620	4.901.811.923	100%
	2024				Total	%
	Ações ordinárias	Ações preferenciais Classe A	Ações preferenciais Classe B	Ações preferenciais Classe C		
Acionistas						
Equatorial S.A.	3.637.513.057	-	-	-	3.637.513.057	74,21%
Itaú Unibanco	-	397.661.749	630.230.497	236.406.620	1.264.298.866	25,79%
Total	3.637.513.057	397.661.749	630.230.497	236.406.620	4.901.811.923	100%

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



21.2 Reserva de lucros

	2025	2024
Reserva legal (a)	619.898	524.802
Reserva de lucros a realizar (b)	108.064	161.122
Reserva de remuneração de capital (c)	2.187.597	832.484
Reserva de dividendos adicionais (d)	-	1.353.098
Reserva de incentivos fiscais reflexa (e)	564.505	-
Total de reservas de lucros	3.480.064	2.871.506

(a) Reserva legal

É constituída à base de 5% do lucro líquido antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio, conforme determina a legislação societária, e limitada a 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 619.898 (R\$ 524.802 em 31 de dezembro de 2024).

O montante de benefício fiscal do ano deve ser integralmente destinado para a constituição da reserva de incentivos fiscais reflexa, sob pena de serem considerados destinação diversa conforme previsto no Decreto-Lei nº 1.598/77, alterado pela Lei nº 12.973/13 (que revogou artigos da Lei nº 11.941/09). Desta forma, ele reduz a base de cálculo da reserva legal.

(b) Reserva de lucros a realizar

Essa reserva é constituída por meio da destinação de uma parcela dos lucros do exercício decorrente, por exemplo, da adoção inicial do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente. O objetivo de constituí-la é não distribuir dividendos sobre a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo era R\$ 108.064 (R\$ 161.122 em 31 de dezembro de 2024).

A equivalência patrimonial absorvida sobre os resultados não realizados das controladas será realizado à medida que os mesmos forem sendo realizados nas controladas e os dividendos distribuídos para a controladora. As controladas possuem dividendos mínimos obrigatórios que variam de 1% a 25% do lucro líquido do exercício. Como explicado anteriormente, essas receitas oriundas da aplicação do CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente nas transmissoras (controladas) possuem prazo de realização que variam conforme o prazo de concessão, podendo chegar a 35 anos.

As reservas de lucros a realizar constituem-se em dividendos que serão distribuídos aos acionistas da Companhia quando realizados e serão adicionados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, assim como facultado pela Lei das S.A. (6.404/76).

(c) Reserva de remuneração de capital

A reserva estatutária prevista ao artigo nº 194 da Lei das Sociedades Anônimas, destina-se a registrar parcela do lucro líquido do exercício destinada a assegurar recursos para o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio, ou outra forma de remuneração aos acionistas prevista em lei, e absorção de prejuízos, nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 2.187.597 (R\$ 832.484 em 31 de dezembro de 2024).

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



(d) Reserva de dividendos adicionais propostos

Esta reserva destina-se a registrar a parcela dos dividendos que excede o previsto legal ou estatutariamente, até a deliberação definitiva pelos acionistas em assembleia. Em 31 de dezembro de 2025, o saldo desta reserva era R\$ 0 (R\$ 1.353.938 em 31 de dezembro de 2024).

(e) Reserva de incentivos fiscais reflexa

A CVM através da deliberação nº 555 aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 (R1), Subvenções e Assistências Governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. O saldo reflexo das controladas da companhia das subvenções da SUDAM é de R\$ 564.505 no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 0 em 31 de dezembro de 2024).

21.3 Dividendos a pagar (Controladora)

Conforme o estatuto social da Companhia, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação em vigor e deduzido das destinações determinadas pela Assembleia Geral.

(i) Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	2.466.418	2.729.558
(-) Reserva de incentivos fiscais reflexa	(564.505)	-
(-) Reserva legal	(95.096)	(136.478)
Lucro líquido ajustado	1.806.817	2.593.080
Dividendos mínimos		
Dividendos mínimos obrigatórios (calculado 25%)	451.704	648.270
(-) Reserva de lucros a realizar	-	(161.122)
(-) Realização da reserva de lucros a realizar	53.058	-
Dividendos adicionais		
Dividendos adicionais propostos	-	1.353.938
Total dividendos mínimos e adicionais	504.762	1.841.086

A Administração aprovou proposta de distribuição de dividendos em reunião da Diretoria em 25 de março de 2026.

(ii) A movimentação dos dividendos a pagar está apresentada conforme a seguir demonstrada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2023	242.859	312.435
Dividendos adicionais 2023	1.854.032	1.627.425
Pagamento de dividendos	(2.096.891)	(1.936.535)
Dividendos mínimos obrigatórios 2024	648.270	549.026
Realização da reserva de lucro a realizar	(161.122)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024	487.148	552.351
Dividendos adicionais 2024	1.353.938	1.442.540
Pagamento de dividendos	(1.841.086)	(1.955.915)
Dividendos mínimos obrigatórios 2025	451.704	534.850
Realização da reserva de lucro a realizar	53.058	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	504.762	573.826

22 Planos de incentivos a longo prazo

A Companhia instituiu planos de incentivo de longo prazo a colaboradores dedicados ao Grupo Equatorial ("Grupo").

Os planos são administrados pelo Conselho de Administração da Companhia, por intermédio do Comitê de Pessoas, Governança e Sustentabilidade, dentro dos limites estabelecidos nas Diretrizes de Elaboração e Estruturação de cada Plano e na legislação aplicável.

22.1 Quinto Plano de remuneração baseado em ações

Os beneficiários do Plano poderão exercer suas Opções no prazo máximo de 6 (seis) anos a partir da data de outorga das Opções. As opções tornam-se exercíveis ao longo de 4 (quatro) anos, sendo 25% em cada ano.

a. Forma de determinação da volatilidade esperada

Consolidado:	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício	Número de opções	Média ponderada do preço de exercício
	2025	2025	2024	2024
<i>Em ações</i>				
Existentes em 1º de janeiro	1.799.500	-	13.845.000	-
Encerradas durante o período/exercício	(744.800)	-	(12.025.500)	-
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	-	-	80.800	19,55
Existentes ao fim do período/exercício 3ª Outorga	-	-	450.700	23,63
Existentes ao fim do período/exercício 4ª Outorga	249.700	22,67	408.000	23,00
Existentes ao fim do período/exercício 5ª Outorga	80.000	22,64	95.000	22,98
Existentes ao fim do período/exercício 6ª Outorga	520.000	25,73	580.000	26,04
Existentes ao fim do período/exercício 7ª Outorga	205.000	30,11	205.000	30,45
Existentes ao fim do período/exercício	1.054.700	-	1.819.500	-

A vigência contratual média ponderada remanescente para as opções de ação restantes em 31 de dezembro de 2025 era de 4,16 anos (3,96 anos, em 31 de dezembro de 2024). Não houve novas outorgas durante os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

A tabela a seguir apresenta uma relação das informações do modelo utilizado no plano para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024:

Premissas	2025	2024
Média ponderada do valor justo na data da mensuração (R\$)	12,45	11,12
	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas	Valor presente, descontado pela taxa de juros pré-fixada na data de cada lote das respectivas outorgas
Rendimento de dividendos (%)		
Volatilidade esperada (%)	31,38	31,44
Taxa de juros livre de risco (média baseada em títulos públicos) (%)	10,98	10,67
Vida da opção (expectativa de vida média ponderada em anos)	4,16	3,96
Média ponderada do preço das ações (R\$)	30,50	28,15
Modelo utilizado	<i>Black-Scholes</i>	<i>Black-Scholes</i>

Foi reconhecida uma despesa no resultado das controladas da Companhia, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, de R\$ 2.355 (R\$ 3.462 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



22.2 Matching Shares

As Ações *Matching Shares* serão entregues aos participantes em quatro tranches iguais, sendo 25% em cada data de aniversário da outorga e serão entregues aos Participantes, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados de cada uma das datas do período de carência.

Para a volatilidade, utilizou-se a volatilidade histórica das ações para cada prazo médio de exercício de cada lote.

Consolidado:	Valor justo médio ponderado		Valor justo médio ponderado	
	Número de opções	Número de opções	Número de opções	Número de opções
<i>Em ações</i>	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	252.740	31,12	-	-
Outorgadas durante o período/exercício	343.910	32,22	252.740	-
Canceladas durante o período/exercício	(10.608)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício 1ª Outorga	242.133	31,12	252.740	31,12
Existentes ao fim do período/exercício 2ª Outorga	343.910	32,22	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	586.043	-	252.740	-

A despesa reconhecida na Companhia e suas controladas, em contrapartida ao patrimônio líquido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi de R\$ 5.498 (R\$ 2.581 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado em cada data base.

22.3 Plano de outorga de "Phantom Shares"

As controladas da Companhia possuem três contratos ativos de "Phantom shares" referente aos anos de 2019, 2023 e 2025.

O valor da ação foi calculado pelo preço dos 60 pregões anteriores ao término do exercício de 31 de dezembro 2025, ponderado pelo volume negociado.

Com base na apuração parcial das métricas de *performance* definidas, a Companhia, fez jus ao referido programa. Abaixo, encontra-se a quantidade de ações para Equatorial S.A., caso as métricas de *performance* fossem atingidas:

Consolidado:	Valor justo médio ponderado		Valor justo médio ponderado	
	Número de ações	Número de ações	Número de ações	Número de ações
<i>Em ações</i>	2025	2025	2024	2024
Existentes em 1º de janeiro	2.223.391	31,60	2.399.399	33,32
Outorgadas durante o período/exercício	1.325.221	-	13.028	-
Cancelamento/transferência durante o período/exercício(a)	(390.462)	-	(189.036)	-
Pagamentos durante o período/exercício	(586.250)	-	-	-
Existentes ao fim do período/exercício	2.571.900	38,41	2.223.391	31,60

- (a) Os cancelamentos se referem a ações de colaboradores desligados que perderam o direito de aquisição, e as transferências se referem a ações entre partes relacionadas, sendo as entidades membro do mesmo grupo econômico.

O plano de 2019 está atrelado ao percentual efetivo da quantidade de ações que os beneficiários terão direito de receber pelo plano, que depende da TIR (Taxa Interna de Retorno) obtida no projeto, ao qual suas metas de performance estão vinculadas. As quantidades de ações para esse plano podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 90 e 110%.

Para os planos de 2023 e 2025, as controladas da Companhia realizaram a estimativa de valor justo dos referidos planos por meio da técnica de avaliação Monte Carlo para precificação, incorporando fatores e premissas de mercado, de acordo com o item 17 do CPC 10 (R1). As quantidades de ações podem variar conforme a performance e serem multiplicadas por um percentual entre 0% (zero por cento) e 150% (cento e cinquenta por cento) da Quantidade Alvo.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Ressalta-se que estes planos são classificados como instrumentos financeiros passivos liquidáveis em caixa. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida uma despesa provisão de R\$ 45.902 para a Companhia e suas controladas, em contrapartida a rubrica de outras contas a pagar (provisão de R\$ 8.194 em 31 de dezembro de 2024) e refere-se ao valor justo reconhecido durante o *vesting period* que é avaliado a cada data-base.

23 Receita operacional líquida (Consolidado)

A conciliação da receita operacional líquida está a seguir demonstrada:

	2025	2024
Receita de distribuição	19.516.085	18.973.043
Remuneração financeira WACC	1.420.787	1.307.307
Valores a receber/devolver de parcela A e outros itens financeiros (a)	799.539	(59.887)
Subvenção CDE – Outros (b)	1.484.111	1.105.440
Fornecimento de energia elétrica	23.220.522	21.325.903
Suprimento de energia elétrica (c)	208.450	122.906
Receita pela disponibilidade – uso da rede	1.180.210	945.440
Receita de construção (d)	5.625.522	4.475.991
Atualização do ativo financeiro (e)	524.901	476.220
Outras receitas	686.801	594.671
Subtotal	8.225.884	6.615.228
Receita operacional bruta	31.446.406	27.941.131
Deduções da receita		
ICMS sobre venda de energia elétrica	(4.480.150)	(4.138.343)
PIS e COFINS	(1.743.917)	(1.674.275)
Encargos do consumidor	(196.438)	(176.948)
ISS	(4.344)	(4.449)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (f)	(1.252.786)	(1.116.823)
Penalidades DIC/FIC e outras	(173.376)	(100.526)
Deduções da receita operacional	(7.851.011)	(7.211.364)
Receita operacional líquida	23.595.395	20.729.767

- a) A variação dos ativos e passivos regulatórios deve-se, principalmente, por: (i) reconhecimento na tarifa dos recursos recebidos a título de repasse da Conta-Covid a maior que o exercício anterior ; (ii) em relação a constituição não houve alteração de posição entre anos, os movimentos se mantiveram ativos , principalmente em função do comportamento dos custos com energia e encargos setoriais frente às coberturas tarifárias homologadas pela ANEEL; (iii) variações dos financeiros amortizados; (iv) variação entre os valores da receita de ultrapassagem da demanda e reativo excedente pertencente às distribuidoras; (v) efeito da CVA da Bandeira Faturada;
- b) Referem-se ao registro da receita de desconto tarifário nas controladas. Essa variação decorre, principalmente, pelo registro do subsídio do faturamento de projetos da Geração Distribuída do tipo II, que envolvem autoconsumo local, geração compartilhada (até 25% de participação) e autoconsumo remoto (até 500 kW). Estes estão condicionados a pagar o Fio B de forma progressiva e gradativa ao longo dos anos, a partir de 2023;
- c) A receita de suprimento de energia elétrica foi maior em comparação com o exercício anterior, devido a distribuidora ter disponibilizado mais energia para venda no Mercado de Curto Prazo no exercício de 2025 em comparação ao ano anterior. Assim, houve um aumento da disponibilidade de suprimento para a venda no mercado de curto prazo;
- d) A variação desta linha foi impulsionada principalmente por um aumento nos custos decorrentes de movimentações no estoque na controlada Equatorial Pará. Além disso, houve um aumento na quantidade de adições que refletem investimentos estratégicos em ativos essenciais para a continuidade e expansão das operações;
- e) A variação do ativo financeiro ocorreu, principalmente, em razão do aumento das capitalizações no exercício, impulsionado pela revisão tarifária periódica da controlada Equatorial Maranhão, cuja homologação ocorreu em 26 de agosto de 2025; e
- f) A variação apresentada refere-se, principalmente, aos valores registrados na conta de CDE, conforme a Resolução Homologatória nº 3.484, de 15 de julho de 2025 no montante de R\$ 450.253 e redução de R\$ 314.291 decorrente da quitação integral dos empréstimos das Contas Covid e Escassez Hídrica, conforme disposto no Despacho nº 3.056, de 9 de outubro de 2024, que interrompeu a cobrança dessas cotas a partir da competência de setembro de 2024.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



24 Custos do serviço e despesas operacionais (Consolidado)

	2025					2024				
	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total	Custo do serviço de energia elétrica	Despesas com vendas	Despesas administrativas	PECLD	Total
Pessoal	(150.865)	(96.664)	(327.575)	-	(575.104)	(116.704)	(104.229)	(262.765)	-	(483.698)
Material	(36.022)	(18.987)	(5.020)	-	(60.029)	(26.359)	(36.489)	(4.640)	-	(67.488)
Serviços de terceiros	(650.581)	(451.224)	(187.346)	-	(1.289.151)	(611.701)	(451.515)	(126.956)	-	(1.190.172)
Energia elétrica comprada para revenda (a)	(9.156.612)	-	-	-	(9.156.612)	(8.411.807)	-	-	-	(8.411.807)
Custo de construção (b)	(5.625.522)	-	-	-	(5.625.522)	(4.475.991)	-	-	-	(4.475.991)
PECLD do contas a receber de clientes	-	-	-	(421.651)	(421.651)	-	-	-	(406.774)	(406.774)
Provisão para riscos judiciais	-	-	(105.798)	-	(105.798)	-	-	(35.469)	-	(35.469)
Amortização	(993.134)	-	(285.945)	-	(1.279.079)	(750.636)	-	(215.205)	-	(965.841)
Subvenção CCC	(78.148)	-	-	-	(78.148)	(58.327)	-	-	-	(58.327)
Outros	(3.260)	(7.730)	(23.280)	(4.732)	(39.002)	(2.940)	(14.170)	(13.053)	(728)	(30.891)
Total	(16.694.144)	(574.605)	(934.964)	(426.383)	(18.630.096)	(14.454.465)	(606.403)	(658.088)	(407.502)	(16.126.458)

- (a) Ver a abertura dos custos da energia elétrica comprada para revenda, conforme nota explicativa nº 25 – Energia elétrica comprada para revenda; e
- (b) As controladas da Companhia, reconhecem o custo de construção referente aos serviços de construções e melhorias previstos no contrato de concessão, com base no estágio de conclusão das obras realizadas. O valor é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados, ou, quando não puder ser medido de maneira confiável, até o limite dos custos reconhecidos na condição em que os custos incorridos possam ser recuperados. Nesse trimestre, o saldo foi impactado principalmente, por um aumento de 42,50% nos custos decorrentes de movimentações no estoque na controlada direta Equatorial Pará. Aumento que reflete investimentos estratégicos em ativos essenciais para a continuidade e expansão das operações.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



25 Energia elétrica comprada para revenda (Consolidado)

	2025		2024	
	GWh (*)	R\$	GWh (*)	R\$
Energia de leilão (a)	22.343	(5.456.596)	22.264	(4.928.862)
Contratos Eletronuclear	720	(226.961)	727	(239.712)
Contratos cotas de garantias	2.948	(960.998)	3.487	(892.418)
Encargo de Serviço do Sistema - ESS/ Energia reserva (b)	-	(457.165)	-	(589.722)
Energia bilateral	226	(97.698)	226	(91.007)
Energia de curto prazo - CCEE (c)	-	(680.867)	-	(297.048)
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	429	(237.818)	427	(187.242)
(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	839.819	-	783.628
Custo de geração distribuída (e)	-	(87.104)	-	(232.875)
Subtotal	26.666	(7.365.388)	27.131	(6.675.258)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (d)	-	(1.791.224)	-	(1.736.549)
Total	26.666	(9.156.612)	27.131	(8.411.807)

(*) não auditado.

- (a) Compreende os custos com os contratos (CCEAR – Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente regulado, MCSD – Mecanismo de Compensação de Sobras e Déicits). A variação do exercício nesta linha decorre de aumento de 0,35% no volume contratado para atendimento do mercado em relação ao exercício do ano anterior; acrescido de atualizações dos preços médios de pagamento que sofreram variação de 10,32%, que evoluiu de R\$ 221/MWh em 2024 para R\$ 244/MWh em 2025;
- (b) A diminuição nas despesas associadas ao ESS em comparação ao exercício anterior deve-se a redução do acionamento das térmicas fora da ordem de mérito, acrescido de menores despesas com o Encargo de Energia de Reserva cuja finalidade é aumentar a Segurança no Fornecimento de Energia Elétrica ao Sistema Interligado Nacional, ocasionando diminuição dos pagamentos associado a este encargo;
- (c) A energia de curto prazo apresentou variação de R\$ 383.819 no exercício de janeiro a dezembro, em virtude do aumento da despesa do efeito da contratação por disponibilidade e efeito de contratação de cotas de garantia física em relação ao exercício de 2024;
- (d) Contempla os custos com encargos de uso e conexão do sistema de transmissão, os quais possuem tarifas ajustadas pela resolução Receita Anual Permitida (RAP). Para o ano de 2024, as tarifas praticadas foram aprovadas na Resolução Homologatória nº 3.349 de 16 de julho de 2024 com vigência a partir de julho de 2024 até junho de 2025 e Resolução Homologatória nº 3.482 de 15 de julho de 2025 com vigência a partir de julho de 2025 até junho de 2026 as quais são relacionadas à Rede Básica e Conexão, assim como o aumento da contratação do MUST (Montante de Uso do Sistema de Transmissão); e
- (e) Os valores referem-se à contabilização dos custos de geração distribuída, cujo valor é determinado pela energia excedente (kWh) gerada por consumidores de Micro e Minigeração Distribuída conforme Lei 14.300/2022, valorizada pelo PMIX (Preço Médio de Compra de Energia). Esse impacto é reconhecido em contrapartida em outras contas a pagar.

26 Outras despesas operacionais, líquidas (Consolidado)

	2025	2024
Outras receitas operacionais		
Ganhos na alienação e desativação de bens e direitos	642	5.988
Reversão de provisão para perda de estoque (a)	9.580	68.750
Outras receitas operacionais	4.573	5.155
Total de outras receitas operacionais	14.795	79.893
Outras despesas operacionais		
Perdas pela desativação de bens e direitos (b)	(229.934)	(137.720)
Indenização por danos a terceiros	(9.848)	(8.575)
Provisão para perda de estoque (a)	(57.847)	(66.422)
Baixa de recebíveis incobráveis (c)	(46.102)	(201.327)
Outras despesas operacionais	(79.212)	(86.716)
Total de outras despesas operacionais	(422.943)	(500.760)
Total outras despesas operacionais, líquidas	(408.148)	(420.867)

- (a) As controladas avaliam periodicamente seus estoques/obras no intuito de identificar se existem materiais de baixa rotatividade, constituindo uma provisão para perda como uma forma de demonstrar o real potencial dos estoques na geração de caixa. O montante provisionado trata-se em sua maioria de itens obsoletos, morosos e/ou danificados. Para os materiais que não há expectativa de benefício econômico, as controladas realizaram a capitalização da obra contemplando a reversão dos itens;
- (b) O aumento na rubrica de Perdas deve-se, principalmente, a baixa de adiantamento de fornecedor, cuja continuidade contratual foi interrompida, não havendo expectativa de recuperação do valor. Adicionalmente, foram registradas baixas de ativos que apresentaram avarias e deixaram de ser utilizados nas operações, sendo desativados ao longo do exercício. Esses ativos não foram reaproveitados, o que justificou o reconhecimento da perda; e

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



- (c) No exercício findo de 31 de dezembro de 2025 foram realizadas baixas de títulos a receber, vencidos acima de 5 anos, e a reversão da respectiva PECLD, nos montantes de R\$ 222.630 e R\$ 178.400 (sendo R\$ 176.609 do contas a receber de clientes, conforme nota explicativa nº 6.2, e R\$ 1.791 de outros créditos a receber), respectivamente, resultando em um montante líquido de R\$ 44.230.

27 Resultado financeiro (Consolidado)

	2025	2024
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicação financeiras (a)	744.372	425.229
PIS/COFINS sobre receita financeira de aplicações financeiras	(66.176)	(42.620)
Valores a receber/devolver parcela A	290.592	65.128
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	145.842	768.249
Acréscimo moratório de energia vendida	276.032	285.024
Receita financeira de AVP	29.388	43.756
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (c)	550.274	97.377
Juros de mora sobre PECLD	4.021	13.672
Outras receitas financeiras	112.141	145.105
Total de receitas financeiras	2.086.486	1.800.920
Despesas financeiras		
Encargos da dívida (d)	(1.221.839)	(863.811)
Operações com instrumentos financeiros derivativos (b)	(1.064.359)	(170.136)
Valores a receber/devolver parcela A	(128.058)	(136.789)
Varição monetária, cambial e marcação a valor justo da dívida (c)	(427.539)	(1.159.813)
Despesa financeira de AVP	(58.815)	(59.387)
Atualização de contingências	(231.974)	(33.043)
Descontos concedidos	(85.567)	(101.225)
PECLD sobre juros de mora de contas a receber	(8.942)	(4.641)
Outras despesas financeiras	(175.009)	(135.573)
Total de despesas financeiras	(3.402.102)	(2.664.418)
Resultado financeiro líquido	(1.315.616)	(863.498)

- (a) A variação positiva nos rendimentos financeiros decorre, principalmente, do aumento de 31,7% na média de disponibilidade de caixa e aplicações financeiras das controladas da Companhia no exercício, em comparação ao exercício anterior em 31 de dezembro 2024. Além disso, houve impacto favorável da elevação da taxa CDI, que passou de 10,88% no acumulado até dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até dezembro de 2025;
- (b) A variação nas operações com instrumentos derivativos decorre, principalmente, da contratação de operações de swap e da variação cambial incidente sobre essas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, foi reconhecida despesa financeira em função da valorização do real frente ao dólar, que apresentou queda de 11,14%. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, por sua vez, registrou-se receita financeira decorrente da desvalorização do real, com alta de 27,91%;
- (c) No acumulado até 31 de dezembro de 2025, o principal impacto foi causado pela variação cambial, que resultou em uma receita devido à queda de 11,14% no valor do dólar. O câmbio passou de R\$ 6,19 em 31 de dezembro de 2024 para R\$ 5,50 em 31 de dezembro de 2025. Em contrapartida, no acumulado até 31 de dezembro de 2024, a variação cambial gerou uma despesa, decorrente da alta de 27,91% no valor do dólar. Além das variações monetárias e cambiais, o saldo é composto da marcação a valor justo das dívidas que são objeto de swaps contabilizados pelo método do hedge a valor justo. Além disso, houve impacto da elevação do IPCA, que passou de 2,68% no acumulado até dezembro de 2024 para 3,59% no acumulado até dezembro de 2025; e
- (d) No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o aumento na despesa, deu-se principalmente em função do crescimento do saldo médio da dívida das controladas da Companhia em 24,5%, em relação ao mesmo exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Além disso, houve impacto da elevação da taxa CDI, principal indexador da dívida das controladas da Companhia, que passou de 10,88% no acumulado até 31 de dezembro de 2024 para 14,32% no acumulado até 31 de dezembro de 2025.

28 Benefício pós emprego (Consolidado)

28.1 Características dos planos de aposentadoria

As controladas distribuidoras são patrocinadoras de Planos de Benefícios de natureza previdenciária administrados pela Fundação Equatorial de Previdência Complementar (EQTPREV) e pela Fundação Família Previdência, pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, conforme descritos a seguir:

Plano	Modalidade	Administradora	Patrocinadoras	Tipo de Benefício	Principais Benefícios
Equatorial CD	CD + BD (risco)	EQTPREV	EQTL PA, EQTL MA, EQTL PI	Contributivo	Aposentadorias; Pensão por morte
Equatorial BD	BD	EQTPREV	EQTL PA, EQTL MA, EQTL PI	Contributivo	Pensão; Abono; Aposentadorias; Auxílios
Contribuição Variável Equatorial	Contribuição Variável	EQTPREV	EQTL PI	Contributivo	Aposentadorias; Pensão; Auxílios
Celipa OP	Contribuição Variável + BD na inatividade	EQTPREV	EQTL PA	Contributivo	Renda mensal; Pecúlio; Contribuições
Celipa R	BD (não contributivo)	EQTPREV	EQTL PA	Não contributivo	Auxílio-doença; Invalidez; Pensão; Abono

28.2 Características dos outros benefícios

As controladas distribuidoras dispõem de outros benefícios, além de planos de saúde e odontológico que são oferecidos aos seus empregados e ex-empregados, conforme descrito a seguir:

a) Resolução nº 10/1989

A Controlada Equatorial Pará possui um passivo atuarial a descoberto, de origem em um acordo firmado entre a empresa e seus ex-empregados e pensionistas. O acordo foi deliberado pela Resolução nº 10, de 04 de agosto de 1989, pela administração da companhia, e entrou em vigor em 11 de Junho de 1996.

Com a resolução em vigor, os ex-empregados e pensionistas têm direito a benefícios previdenciários, que formam o passivo atuarial não coberto. O valor do passivo apurado é provisionado integralmente pela Equatorial.

b) Planos de Saúde e Odontológico

A Equatorial, por meio de suas controladas, oferece aos empregados, ex-empregados e dependentes diversos planos de saúde e odontológicos, conforme a região:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Controlada	Plano	Operadora	Tipo de Cobertura	Público-Alvo
Equatorial Maranhão	Bradesco Saúde	Bradesco Saúde	Saúde	Empregados e dependentes
Equatorial Maranhão	Odontoprev	Odontoprev S/A	Odontológico	Empregados e dependentes
Equatorial Pará	Unimed Nacional	Central Nacional Unimed (CNU)	Saúde – Ambulatorial e Hospitalar com Obstetria	Empregados, ex-empregados e dependentes (exceto diretores e gerentes)
Equatorial Pará	Uniodonto	Uniodonto Belém	Odontológico	Empregados, ex-empregados e dependentes
Equatorial Piauí	Assistência Médica Humana	Humana Assistência Médica Ltda.	Saúde	Empregados e dependentes

28.3 Apuração do passivo (ativo) atuarial líquido

A conciliação dos ativos e passivos demonstra o excesso ou a insuficiência de recursos para cobertura do benefício pós-emprego, e que deve ser apresentado no balanço das controladas da Companhia. Apresentamos, a seguir, a demonstração dos resultados apurados em 31 de dezembro de 2025 (passivo ou ativo atuarial) e a projeção de despesas a serem reconhecidas no resultado o exercício de 2025.

	2025					Total
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	
1 Déficit/(Superávit) apurado						
Obrigações atuariais apuradas na avaliação atuarial	1.249	716.841	4.509	88.614	13.811	825.024
Valor justo dos ativos do plano	(29.742)	(985.858)	(37.947)	-	-	(1.053.547)
Déficit/(Superávit) apurado	(28.493)	(269.017)	(33.438)	88.614	13.811	(228.523)
2 Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais						
Efeito do Teto de Ativo	10.495	271.629	32.132	-	-	314.256
Passivos adicionais	-	1.494	-	-	-	1.494
Efeito do Teto do Ativo e Passivos Adicionais	10.495	273.123	32.132	-	-	315.750
3 Passivo/(Ativo) líquido resultante do disposto no CPC 33(R1)						
Passivo/(Ativo) líquido apurado (A.1.3 + A.2.3)	(17.998)	4.106	(1.306)	88.614	13.811	87.227
				Ativo não circulante		19.516
				Passivo circulante		(1.708)
				Passivo não circulante		(105.035)
				Total líquido		(87.227)

28.4 Resultado da avaliação atuarial

Os resultados das avaliações atuariais apuraram o seguinte compromisso do plano com seus participantes:

	2025					Total
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	
Resultado do exercício						
Custo do serviço corrente líquido	153	3	-	2.008	-	2.164
Custo do serviço passado	-	-	-	159	-	159
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	101	85.553	522	7.835	1.839	95.850
Rendimento esperado dos ativos do plano	(3.481)	(117.374)	(3.023)	-	-	(123.878)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	1.452	32.388	2.365	-	-	36.205
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(1.775)	570	(136)	10.002	1.839	10.500
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	995	39.710	(10.671)	-	-	30.034
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	11	(17.174)	(175)	17.270	(1.497)	(1.565)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	(2.155)	(23.181)	10.802	-	-	(14.534)
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(1.149)	(645)	(44)	17.270	(1.497)	13.935

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



	2024					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
Resultado do exercício						
Custo do serviço corrente líquido	125	16	-	1.649	-	1.790
Custo do serviço passado	-	-	-	407	-	407
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	78	75.161	492	7.114	1.571	84.416
Rendimento esperado dos ativos do plano	(1.975)	(98.357)	(887)	-	-	(101.219)
Juros sobre o Efeito do Teto de Ativo e Passivos Adicionais	780	23.677	298	-	-	24.755
Total de despesa (receita) reconhecida no Resultado do Exercício	(992)	497	(97)	9.170	1.571	10.149
Outros Resultados Abrangentes (ORA), no exercício						
(Ganhos)/perdas nos ativos do plano	(3.698)	87.470	(14.465)	-	-	69.307
(Ganhos)/perdas nas obrigações atuariais	(197)	(82.324)	(1.130)	(14.962)	(1.381)	(99.994)
(Ganhos)/perdas no efeito do Teto do Ativo e nos Passivos Adicionais	2.125	(4.767)	15.579	-	-	12.937
(Ganhos)/perdas reconhecidos em ORA	(1.770)	379	(16)	(14.962)	(1.381)	(17.750)

28.5 Ativos do plano

Os ativos dos planos são compostos por ativos financeiros com cotação de mercados ativos e, portanto, são classificados como Nível 1 e Nível 2 na hierarquia de avaliação do valor justo. A taxa esperada global de retorno dos ativos do plano é determinada com base nas expectativas de mercado vigentes nessa data, aplicáveis ao exercício durante o qual a obrigação deve ser liquidada.

	2025				2024			
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Total	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Total
Títulos Públicos	533.028	940.278	53.136	1.526.442	439.304	835.045	46.951	1.321.300
Fundos de Investimentos	1.540.866	140.905	34.421	1.716.192	671.532	138.638	29.720	839.890
Outros	330.681	51.628	5.522	387.831	277.626	65.503	4.902	348.031
Ativo total	2.404.575	1.132.811	93.079	3.630.465	1.388.462	1.039.186	81.573	2.509.221

28.6 Obrigação do benefício definido

(a) Premissas atuariais

	2025					2024				
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros
Taxa de inflação	4%	4%	4%	4%	2%	6%	6%	6%	6%	4%
Taxa de desconto real	8%	7%	7%	7%	4%	9%	9%	10%	8%	6%
Taxa de desconto nominal	12%	12%	12%	11%	6%	10%	10%	9%	11%	2%
Futuros aumentos salariais	4%	4%	4%	0%	2%	5%	5%	5%	5%	2%
Futuros aumentos de pensão	4%	4%	4%	4%	2%	5%	5%	5%	5%	0%

(b) Análise de sensibilidade

Mudanças razoavelmente possíveis na data do balanço em cada uma das premissas atuariais relevantes, mantendo as outras premissas constantes, teriam afetado a obrigação de benefício definido conforme demonstrado abaixo:

Premissa	2025						2024					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
Taxa de desconto	4	(24.077)	(326)	(4.795)	(394)	(29.588)	(22)	(25.543)	(301)	(3.891)	(459)	(30.216)
Expectativa de Vida	28	25.716	362	5.267	417	31.790	23	27.340	335	4.312	487	32.497
Expectativa de Vida	(61)	17.637	209	3.154	426	21.365	(51)	17.777	189	2.458	454	20.827
HCCTR	68	(17.927)	(211)	(3.142)	(426)	(21.638)	56	(18.074)	(192)	(2.419)	(456)	(21.085)
	-	-	-	5.176	-	5.176	-	-	-	4.251	-	4.251
	-	-	-	(4.751)	-	(4.751)	-	-	-	(3.865)	-	(3.865)

Embora as análises não levem em conta a distribuição completa dos fluxos de caixa esperados no âmbito dos planos, elas fornecem uma aproximação da sensibilidade da premissa apresentada.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Quando consideramos a análise de sensibilidade da taxa de desconto para o plano CD e Equatorial CD as variações são irrelevantes.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

28.7 Fluxo de Caixa

	2025					Total
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	328	989	-	4.093	-	5.410
Contribuição do participante	-	9	-	274	-	283
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	49	83.689	169	3.819	-	87.726
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.930	1.930
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	343	990	-	4.351	-	5.684
Contribuição do participante	-	10	-	264	-	274
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	673	82.830	184	4.087	-	87.774
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.949	1.949
	2024					
	Planos CD	Planos BD	Planos CV	Planos de Saúde e odont.	Outros	Total
1 Fluxo de caixa no exercício						
Contribuições do empregador	287	977	-	3.344	-	4.608
Contribuição do participante	1	9	-	-	-	10
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	-	78.353	200	3.344	-	81.897
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	1.972	1.972
2 Fluxo de caixa estimado para o exercício seguinte						
Contribuições do empregador	266	941	-	4.092	-	5.299
Contribuição do participante	-	11	-	-	-	11
Benefícios pagos utilizando os ativos do plano	539	81.068	186	4.092	-	85.885
Benefícios pagos diretamente pela empresa	-	-	-	-	2.085	2.085

29 Instrumentos financeiros

29.1 Considerações gerais

A Companhia e suas controladas efetuaram análise dos seus instrumentos financeiros, a saber: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, valores a receber (devolver) parcela A e outros itens financeiros, sub-rogação da CCC, ativos financeiros da concessão, fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures, valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial, derivativos e passivo de arrendamento, procedendo as devidas adequações em sua contabilização, quando necessário.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando a assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado. A Administração faz uso dos instrumentos financeiros visando remunerar ao máximo suas disponibilidades de caixa, manter a liquidez de seus ativos e proteger-se de variações de taxas de juros ou câmbio e obedecer aos índices financeiros constituídos em seus contratos de financiamento (*covenants*), conforme notas explicativas nº 15.4 – *Covenants* dos empréstimos e financiamentos e 16.4 – *Covenants* das debêntures.

29.2 Política de utilização de derivativos

As controladas da Companhia utilizam operações com derivativos (*swap*), apenas para conferir proteção às oscilações de indexadores macroeconômicos e conferir proteção às oscilações de cotações de moedas estrangeiras. Estas operações não são realizadas em caráter especulativo. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 as controladas da Companhia possuíam operações de instrumentos financeiros derivativos contratados.

A Companhia adota a contabilização de instrumentos financeiros derivativos conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 48 – Instrumentos Financeiros. Os *swaps* contratados para proteção da exposição cambial das dívidas denominadas em moeda estrangeira serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de fluxo de caixa. Já os *swaps* contratados para proteção da exposição das dívidas indexadas ao IPCA serão designados como instrumentos de *hedge* contábil na modalidade de *hedge* de valor justo.

29.3 Categoria e valor justo dos instrumentos financeiros

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações.

Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia e suas controladas reconhecem, quando aplicável, as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das informações intermediárias individuais e consolidadas em que ocorreram as mudanças. Para exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não ocorreram mudanças nas hierarquias e nas técnicas de avaliação do valor justo, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, conforme descrito no item a seguir.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia e de suas controladas requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia e suas controladas usam dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. As divulgações quantitativas da hierarquia do valor justo para ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 estão identificados conforme a seguir:

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Controladora			2025		2024	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósito bancário à vista	-	Custo amortizado	2	2	5	5
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	154	154	139	139
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	3.055	3.055	6.358	6.358
Total ativo			3.211	3.211	6.502	6.502

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	21	21	3	3
Total do passivo			21	21	3	3

Consolidado			2025		2024	
Ativo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e depósito bancário à vista	-	Custo amortizado	108.487	108.487	99.084	99.084
Equivalentes de caixa	1	Valor justo por meio do resultado	782.286	782.286	1.569.015	1.569.015
Aplicações financeiras	2	Valor justo por meio do resultado	3.399.170	3.399.170	4.614.605	4.614.605
Contas a receber de clientes	-	Custo amortizado	4.921.910	4.921.910	4.478.015	4.478.015
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	497.161	497.161	2.325	2.325
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	-	Custo amortizado	349.930	349.930	349.930	349.930
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	-	-	342.940	342.940
Ativo financeiro de concessão	3	Valor justo por meio do resultado	15.199.199	15.199.199	12.879.525	12.879.525
Total do ativo			25.258.143	25.258.143	24.335.439	24.335.439

Passivo	Níveis	Categoria dos instrumentos financeiros	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	-	Custo amortizado	2.209.947	2.209.947	2.084.727	2.084.727
Fornecedores – risco sacado	-	Custo amortizado	296.407	296.407	216.341	216.341
Empréstimos e financiamentos	2	Valor justo por meio do resultado	1.106.890	1.106.890	-	-
Empréstimos e financiamentos	-	Custo amortizado	7.727.846	7.747.705	10.257.306	10.791.626
Debêntures	2	Valor justo por meio do resultado	4.125.728	4.125.728	-	-
Debêntures	-	Custo amortizado	3.946.715	3.969.162	6.192.911	6.245.799
Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	-	Custo amortizado	1.170.608	1.170.608	1.136.600	1.321.193
Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros	-	Custo amortizado	298.475	298.475	754.218	754.218
Instrumentos financeiros derivativos	2	Valor justo por meio do resultado	300.043	300.043	24.205	24.205
Passivo de arrendamento	-	Custo amortizado	16.599	16.599	20.530	20.010
AICs Ressarcíveis	3	Valor justo por meio do resultado	6.270	6.270	9.406	9.406
Total do passivo			21.205.528	21.247.834	20.696.244	21.467.525

29.4 Instrumentos financeiros derivativos

A política de gestão de risco da Companhia e de suas controladas são de realizar *hedge* de 100% da exposição em moeda estrangeira relacionada a empréstimos e financiamentos, por meio da contratação de *swaps* de fluxo de caixa, nos quais a ponta passiva é denominada em moeda nacional indexada ao CDI e a ponta ativa em moeda estrangeira acrescida do custo do contrato. Tais contratos são designados como instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas utilizam contratos de *swap* para proteção da exposição a variações de taxas de juros associadas a dívidas indexadas ao IPCA. Nesses casos, os derivativos são designados como instrumentos de *hedge* de valor justo, com o objetivo de mitigar os efeitos das oscilações desses indexadores sobre o valor das obrigações financeiras.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados exclusivamente para fins de proteção, não sendo realizadas operações com caráter especulativo.

29.4.1 Aspectos da relação de *hedge*

(a) Teste de efetividade do *hedge*

A efetividade das relações de *hedge* é avaliada com base na comparação entre os termos críticos do instrumento de *hedge* e do item protegido, incluindo *notional*, prazo, indexador e cronograma de fluxos de caixa. Essa avaliação visa demonstrar a existência de relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, de forma que as variações no valor justo ou nos fluxos de caixa do derivativo sejam capazes de compensar as variações correspondentes do item protegido.

A Companhia e suas controladas utilizam o método dos termos críticos (*critical terms match*) para avaliação prospectiva da efetividade no momento da designação da relação de *hedge*.

(b) Índice de *hedge*

A Companhia e suas controladas adotam o índice de *hedge* de 1:1, considerando a correspondência entre o instrumento de *hedge* e o item protegido em relação ao montante nominal, prazo e risco objeto da proteção.

(c) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito das instituições financeiras que atuam como contrapartes nos instrumentos derivativos. Para mitigar essa exposição, as operações são realizadas apenas com instituições financeiras com elevado nível de classificação de crédito, sendo a exposição monitorada periodicamente.

(d) Fontes de inefetividade

Potenciais fontes de inefetividade podem decorrer de descasamentos residuais entre o instrumento de *hedge* e o item protegido, incluindo diferenças pontuais nos cronogramas de fluxos de caixa, alterações nos indexadores aplicáveis, bem como demais características específicas dos instrumentos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, as controladas da Companhia possuem os seguintes instrumentos financeiros derivativos:

Controladas	Instituição financeira	Ingresso	Vencimento	Valor contratado (USD)	Valor contratado (BRL)	Amortização	Tipo de hedge	Juros	Indexadores	Valor justo	
										2025	2024
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2021	19/02/2025	66.500	350.000	Anual	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 1,48% a.a. / CDI + 1,65% a.a.	-	18.797
Equatorial Maranhão	Citibank	17/11/2023	09/05/2025	80.000	389.600	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + Sofr + 0,79% a.a./ CDI + 1,29% a.a.	-	101.781
Equatorial Maranhão	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	550.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,6493% a.a / CDI + 0,285% a.a.	(38.277)	(47.240)
Equatorial Maranhão	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	73.684	420.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,8035% a.a / CDI + 1,15% a.a.	(19.887)	22.552
Equatorial Maranhão	Scotiabank	30/01/2025	28/01/2028	18.000	106.920	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,2780% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(13.733)	-
Equatorial Maranhão	Scotiabank	19/02/2025	18/02/2028	32.683	186.223	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,2710% a.a./ CDI + 1,05% a.a.	(15.169)	-
Equatorial Maranhão	Bradesco	25/04/2025	15/08/2043	-	420.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,72% a.a./ CDI + 0,12% a.a.	(8.655)	-
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	186.237	1.000.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	-	130.712
Equatorial Pará	Scotiabank	25/11/2022	25/11/2025	13.763	73.900	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,67% a.a./CDI + 1,35% a.a.	-	9.660
Equatorial Pará	Bank of America	10/12/2024	10/12/2027	50.000	300.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Anual	USD + 6,0118% a.a./ CDI + 1,09% a.a.	(26.053)	1.611
Equatorial Pará	BTG	20/12/2024	15/12/2036	-	1.475.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,7477% a.a./ CDI + 0,38% a.a.	(43.575)	(31.908)
Equatorial Pará	Bradesco	01/07/2025	15/06/2037	-	1.300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,0606% a.a./ CDI - 0,025% a.a.	(46.792)	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	26/04/2021	26/04/2026	53.571	300.000	Anual	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 2,27% a.a. / CDI + 1,77% a.a.	(8.629)	12.316
Equatorial Piauí	Santander	07/12/2022	16/11/2026	28.184	146.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Trimestrais	USD + 6,24% a.a. / CDI + 1,62% a.a.	7.558	24.870
Equatorial Piauí	Bank of America	27/12/2023	27/01/2025	70.000	342.300	Bullet	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 7,0235% a.a. / CDI + 1,38% a.a.	-	78.946
Equatorial Piauí	XP	04/10/2024	15/09/2036	-	300.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 6,8091% a.a./ CDI + 0,41% a.a.	(20.573)	(25.354)
Equatorial Piauí	Bank of America	23/10/2024	25/10/2027	31.000	177.630	Anual	Fluxo de Caixa	Bullet	USD + 5,7294% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(10.823)	6.957
Equatorial Piauí	Scotiabank	13/11/2024	12/11/2027	49.123	280.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 5,8035% a.a./ CDI + 1,15% a.a.	(13.257)	15.035
Equatorial Piauí	Itau	28/03/2025	15/08/2043	-	260.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI + 0,05% a.a.	(1.203)	-
Equatorial Piauí	Scotiabank	08/08/2025	08/08/2028	58.929	330.000	Bullet	Fluxo de Caixa	Semestral	USD + 4,8680% a.a./ CDI + 1,00% a.a.	(25.322)	-
Equatorial Piauí	XP	05/09/2025	15/08/2043	-	460.000	Mensal	Valor Justo	Mensal	IPCA + 7,52% a.a./ CDI - 0,05% a.a.	(28.788)	-
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2025	15/08/2037	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,3239% a.a./ CDI - 0,07% a.a.	6.876	-
Equatorial Piauí	Bradesco	09/09/2037	15/08/2037	-	250.000	Anual	Valor Justo	Semestral	IPCA + 7,1962% a.a./ CDI - 0,16% a.a.	6.259	-
Total										(300.043)	318.735
Ativo circulante										-	205.125
Ativo não circulante										-	137.815
Passivo circulante										(12.211)	(51)
Passivo não circulante										(287.832)	(24.154)
Efeito líquido total										(300.043)	318.735

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Técnicas de avaliação específicas utilizadas para instrumentos financeiros derivativos: Preços de mercado das instituições financeiras. O valor justo de *swap* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado. Destaca-se que, como as regras contábeis que tratam do assunto exigem que o *swap* seja contabilizado a valor de mercado, por mais que a proteção seja perfeita do ponto de vista de caixa, podem ocorrer oscilações nos resultados.

Os valores relativos aos itens designados como instrumentos de hedge, nas controladas da Companhia, foram os seguintes:

Controlada	Risco	Rubrica no balanço patrimonial em que instrumento de <i>hedge</i> está incluído	Valor contábil				Alterações no valor do instrumento de <i>hedge</i> reconhecidas em ORA	
			2025		2024		2025	2024
			Valor Nominal	Ativo (Passivo)	Valor Nominal	Ativo (Passivo)		
Equatorial Maranhão	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	1.683.143	(95.721)	1.709.600	95.890	61.449	(49.476)
Equatorial Pará	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	3.075.000	(116.420)	2.848.900	110.075	51.069	(37.706)
Equatorial Piauí	Dívidas em moeda estrangeira e indexadas ao IPCA	Instrumentos financeiros derivativos	2.753.630	(87.902)	1.995.930	112.770	46.768	(36.815)
Total			7.511.773	(300.043)	6.554.430	318.735	159.286	(123.997)

29.5 Gerenciamento dos riscos financeiros

O Conselho de Administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos da Companhia. Os riscos são apontados pelas diversas áreas da Companhia, em suas áreas de especialidades. A Administração da Companhia define a forma de tratamento e os responsáveis por acompanhar cada um dos riscos levantados, para sua prevenção e controle.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas suas atividades. A Companhia através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

O Comitê de Auditoria da Companhia supervisiona a forma como a Administração da Companhia monitora a aderência aos procedimentos de gerenciamento de risco, e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos aos quais está exposta. O Comitê de Auditoria é auxiliado pelo time de auditoria interna na execução de suas atribuições. A auditoria interna realiza revisões regulares e esporádicas nos procedimentos de gerenciamento de risco, e o resultado é reportado para o Comitê de Auditoria.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve mudança nas políticas de gerenciamento de risco em relação ao exercício anterior, findo em 31 de dezembro de 2024.

(a) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao reconhecimento de perdas. O Grupo está exposto ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação às contas a receber das controladas distribuidoras) e de financiamento, incluindo caixa e equivalentes de caixa e outros instrumentos financeiros.

(i) Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia e suas controladas detêm caixa e equivalentes de caixa individual e consolidado no montante de R\$ 156 e R\$ 890.773, respectivamente, em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 144 e R\$ 1.668.099 em 31 de dezembro de 2024). O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* acima AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

A Companhia e suas controladas consideram que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. Quando da aplicação inicial do CPC 48, a Companhia e suas controladas julgaram não ser necessário a constituição de provisões.

(ii) Contas a receber

As contas a receber das controladas distribuidoras da Companhia compostas pelas faturas de energia elétrica, de consumidores não faturados e pelos parcelamentos de débitos de faturas do fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes, e a representatividade é influenciada pelas características da área de concessão.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



As controladas da Companhia estabelecem as políticas de cobrança para as classes de clientes, para reduzir os níveis de inadimplência e, conseqüentemente, a recuperação dos valores recebíveis. As políticas de cobrança estabelecidas nas controladas estão em consonância com a legislação e regulamentação específicas, no caso do setor de energia elétrica a Resolução Normativa nº 1000/2021 emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a exposição máxima ao risco de crédito é o valor contábil de cada classe de ativos financeiros divulgada na nota explicativa nº 6 – Contas a receber de clientes. A Companhia não possui ou mantém ativos que tenham sido dados em garantia por terceiros.

As controladas da Companhia registraram uma provisão para perda que representa sua melhor estimativa de esperadas referentes ao contas a receber de clientes, conforme apresentado na nota explicativa nº 6.2 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (PECLD) e procedimentos descritos na nota explicativa nº 3.15.3 - Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e perdas efetivas.

Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa

Faixa (em dias)	Saldo contábil	%Taxa média	Saldo	Saldo contábil	%Taxa média	Saldo
	bruto Parcelamentos	ponderada da perda média do Parcelado		bruto Faturados	ponderada da perda média do Faturado	
A Vencer	882.420	3,15% a 33,12%	210.368	1.230.228	2,11% a 3,78%	40.100
Vencido 1 a 30	33.529	16,44% a 41,21%	11.951	635.763	6,32% a 7,87%	41.219
Vencido 31 a 60	22.490	29,21% a 48,93%	10.370	206.609	14,52% a 21,95%	37.120
Vencido 61 a 90	20.507	42,52% a 56,15%	10.857	129.786	28,79% a 31,96%	39.589
Vencido 91 a 180	55.436	48,74% a 63,72%	31.718	247.618	35,21% a 45,72%	96.349
Vencido 181 a 360	101.165	58,69% a 71,22%	63.552	371.309	42,07% a 50,02%	171.262
Acima de 360	679.705	63,72% a 94,77%	546.157	1.689.715	45,72% a 81,56%	1.060.007
Total	1.795.252		884.973	4.511.028		1.485.646

Aging de parcelamentos saldos a vencer

	2026	2027	2028	Após 2028	Total
	Residencial	239.362	109.578	54.853	59.302
Industrial	7.244	3.271	1.302	1.460	13.277
Comercial	21.588	8.850	3.726	3.843	38.007
Rural	21.518	8.842	4.285	4.352	38.997
Poder público	49.048	34.670	24.692	55.830	164.240
Iluminação pública	15.511	11.658	8.107	13.588	48.864
Serviço público	72.813	16.899	10.919	15.309	115.940
Total a vencer	427.084	193.768	107.884	153.684	882.420

Aging de parcelamentos vencidos há mais de 90 dias

	2025					Total
	Venc. 91 a 360 dias	Venc. de 361 a 720 dias	Venc. de 721 a 1080 dias	Venc. de 1081 a 1530 dias	Venc. a mais de 1530 dias	
Residencial	93.284	124.362	129.225	171.314	125.914	644.099
Industrial	2.381	2.938	3.501	4.215	3.335	16.370
Comercial	7.309	10.856	12.162	18.014	14.519	62.860
Rural	8.327	8.713	7.698	10.226	7.701	42.665
Poder público	3.674	4.888	5.035	3.311	2.971	19.879
Iluminação pública	988	856	580	499	404	3.327
Serviço público	40.644	3.121	1.253	1.070	1.018	47.106
Total a vencer	156.607	155.734	159.454	208.649	155.862	836.306

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



PECLD Outros

Faixa (em dias)	Total	%Taxa média ponderada da perda	Saldo PECLD outros total
A Vencer	70.591	2,11% a 3,78%	2.425
Vencido 1 a 30	22.395	6,32% a 7,87%	1.468
Vencido 31 a 60	7.534	14,52% a 21,95%	1.380
Vencido 61 a 90	3.836	28,79% a 31,96%	1.173
Vencido 91 a 180	9.717	35,21% a 45,72%	3.782
Vencido 181 a 360	6.390	42,07% a 50,02%	2.991
Acima de 360	115.518	45,72% a 81,56%	71.055
Total	235.981		84.274

PECLD não faturados

Faixa	Saldo contábil bruto não faturados	%Taxa média ponderada da perda média do não faturado	Saldo
A Vencer	580.815	3,25%	18.848
Total	580.815	3,25%	18.848

(iii) Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros, ativo contratual (infraestrutura em construção) e ativo financeiro da concessão

A Administração da Companhia, bem como das suas controladas, considera reduzido o risco desses créditos, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente: (i) referente a custos não recuperados por meio de tarifa (ativo financeiro setorial); e (ii) referente aos investimentos em curso e efetuados em infraestrutura e que não foram amortizados até o vencimento da concessão (ativo contratual e ativo financeiro da concessão).

(iv) Derivativos

Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras que possuem *rating* entre AA- e AA+, baseado nas agências de *rating Fitch Ratings* e *Standard & Poors*.

(b) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e de suas controladas na Administração da liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia e de suas controladas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia e de controladas em cumprirem adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações.

Informações com mais detalhes sobre os empréstimos captados pela Companhia e suas controladas são apresentados nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos, nº 16 - Debêntures e nº 18 - Valores a pagar de acordo com plano de recuperação judicial.

A Companhia e suas controladas têm obtido recursos a partir da sua atividade comercial e do mercado financeiro, destinando-os principalmente ao seu programa de investimentos e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



A gestão dos investimentos financeiros tem foco em instrumentos de curto prazo, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos. A geração de caixa da Companhia e de suas controladas e sua pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano prestam à Companhia, bem como às suas controladas, estabilidade nos seus fluxos, reduzindo o seu risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas buscam manter o nível de seu caixa e equivalentes de caixa e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa para liquidação de endividamento para os próximos 12 meses. O índice de disponibilidade por dívida de curto prazo é de 2,3 em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

(c) Exposição ao risco de liquidez

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros na data da demonstração financeira. Esses valores são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação:

Consolidado	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual total	2 meses ou menos	2-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais que 5 anos
Passivos financeiros não derivativos							
Empréstimos bancários SEM garantia	2.059.318	3.618.902	1.170.842	614.399	642.282	880.108	311.272
Empréstimos bancários COM garantia	6.775.418	11.981.153	169.359	1.276.371	1.069.499	3.150.107	6.315.817
Subtotal - Empréstimos e Financiamentos	8.834.736	15.600.055	1.340.201	1.890.770	1.711.781	4.030.215	6.627.089
Títulos de dívida emitidos SEM garantia	8.072.443	15.546.928	86.196	752.414	769.667	5.896.402	8.042.250
Subtotal - Debêntures	8.072.443	15.546.928	86.196	752.414	769.667	5.896.402	8.042.250
Títulos de dívida emitidos SEM garantia	1.133.310	1.775.059	100	54.782	109.601	496.595	1.113.981
Títulos de dívida emitidos COM garantia	37.298	40.036	2.501	26.303	11.232	-	-
Subtotal - Valores a pagar de acordo com o plano de recuperação judicial	1.170.608	1.815.095	2.601	81.085	120.833	496.595	1.113.981
Passivo de arrendamento financeiro	16.599	16.599	999	5.013	5.889	4.698	-
Fornecedores	2.209.947	2.209.947	856.938	1.320.518	32.491	-	-
Fornecedores - risco sacado	296.407	296.407	272.472	23.935	-	-	-
Subtotal - Arrendamento e fornecedores	2.522.953	2.522.953	1.130.409	1.349.466	38.380	4.698	-
Total	20.600.740	35.485.031	2.559.407	4.073.735	2.640.661	10.427.910	15.783.320

Os fluxos de saídas, divulgados na tabela acima, representam os fluxos de caixa contratuais não descontados relacionados aos passivos financeiros derivativos mantidos para fins de gerenciamento de risco e que, normalmente, não são encerrados antes do vencimento contratual.

Adicionalmente, conforme divulgado nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures, a Companhia e suas controladas possuem operações financeiras com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*). O não cumprimento futuro destas cláusulas contratuais restritivas pode exigir que a Companhia liquide a dívida antes da data prevista. Estas cláusulas contratuais restritivas são monitoradas regularmente pela diretoria financeira e reportada periodicamente para a Administração para garantir que o contrato esteja sendo cumprido. Não gerando qualquer expectativa futura de que as condições acordadas não sejam cumpridas.

(d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia e de suas controladas ou o valor de seus instrumentos financeiros, compreendendo ainda os limitadores de endividamento definidos em contratos, cujo descumprimento pode implicar em vencimento antecipado, conforme descritos adiante desta nota explicativa. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

A Companhia e suas controladas utilizam derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das orientações estabelecidas pelo Comitê de Gerenciamento de Risco.

Geralmente, a Companhia e suas controladas buscam aplicar *hedge accounting* para gerenciar a volatilidade no resultado.

(e) Risco de preço na venda de energia elétrica

As controladas do segmento de renováveis da Companhia vendem energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR). No ACR, a venda se dá por meio de contratos provenientes de leilões, cujos preços são pré-determinados, corrigidos por um determinado índice inflacionário. Nesse ambiente, o risco às variações do preço de mercado e ao Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) decorrem dos ajustes de balanço energético, quando a geração é diferente da energia vendida, liquidados no curto prazo pela CCEE, conforme regras de cada contrato e suas bandas. Parcela substancial da energia vendida está vinculada aos contratos regulados, o que reduz a exposição das controladas do segmento de renováveis da Companhia à variação de preços.

(f) Risco de taxa de câmbio

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das flutuações no câmbio. Determinados passivos financeiros de suas controladas estão suscetíveis a variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre aqueles saldos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar.

Em 31 de dezembro de 2025, a exposição ao câmbio da controlada Equatorial Maranhão era 16,9% (22,5% em 31 de dezembro de 2024), da Equatorial Pará era 3% (17,7% em 31 de dezembro de 2024), da Equatorial Piauí era 23,5% (35% em 31 de dezembro de 2024), de sua dívida (respectivo a empréstimos e financiamentos, credores financeiros de recuperação judicial e AVP de credores financeiros em moeda estrangeira).

A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as taxas de câmbio e de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

As controladas possuem dívidas em moeda estrangeira com swap para proteção contra as oscilações de câmbio, conforme nota explicativa nº 29.4 - Instrumentos financeiros derivativos.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros das controladas da Companhia foi demonstrada com base nos seguintes cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

A moeda utilizada na análise de sensibilidade e os seus respectivos cenários estão demonstrados conforme a seguir:

Operação	Risco	Saldo em R\$ (exposição)	Consolidado				
			Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial				
			Impacto no resultado				
			Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	US\$	(2.054.771)	(2.222.889)	(2.778.611)	(3.334.334)	(1.667.167)	(1.111.444)
Impacto no resultado do exercício				(555.722)	(1.111.445)	555.722	1.111.445
Swap - Ponta Ativa	US\$	2.076.928	2.246.858	2.808.573	3.370.287	1.685.143	1.123.429
Impacto em outros resultados abrangentes				5.993	11.984	(5.993)	(11.984)
Impacto no resultado do exercício				555.722	1.111.445	(555.722)	(1.111.445)
Impacto líquido no resultado do exercício			-	-	-	-	-
Referência para passivos financeiros		Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
Dólar USD/R\$ (12 meses)		5,95	5,50	7,44	8,93	4,46	2,98

(g) Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade de a Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta das variações das taxas de juros da economia, que afetam os empréstimos e financiamentos, debêntures e as aplicações financeiras. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente as variações dos indexadores com o objetivo de avaliar a eventual necessidade da contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. A seguir são demonstrados os impactos dessas variações na rentabilidade dos investimentos financeiros e no endividamento em moeda nacional da Companhia e de suas controladas.

A sensibilidade dos ativos e passivos financeiros da Companhia e de suas controladas foi demonstrada em cinco cenários: um cenário com as taxas projetadas para 12 meses (Cenário Provável) e outros dois cenários com 25% (Cenário II) e 50% (Cenário III) considerando a exposição da moeda estrangeira relevante.

O método de avaliação dessa análise de sensibilidade para 31 de dezembro de 2025 não foi alterado com relação ao que foi utilizado no exercício anterior.

Foram incluídos, ainda, mais dois cenários com o efeito inverso ao determinado na instrução para demonstrar os efeitos com a redução de 25% (Cenário IV) e 50% (Cenário V) desses indexadores.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Operação	Risco	Controladora					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
		Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
		Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	3.209	3.652	3.763	3.874	3.541	3.430
Impacto no resultado do exercício			111	222	(111)	(222)	

Operação	Risco	Consolidado					
		Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado à taxa de juros ou variação cambial (R\$ Mil)					
		Saldo em R\$ (exposição)	Impacto no resultado				
		Cenário Provável	Cenário II +25%	Cenário III +50%	Cenário IV -25%	Cenário V -50%	
Ativos Financeiros							
Aplicações financeiras	CDI	4.181.456	4.759.333	4.903.802	5.048.272	4.614.864	4.470.394
Impacto no resultado do exercício			144.469	288.939	(144.469)	(288.939)	
Passivos financeiros							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	CDI	(9.374.295)	(10.669.823)	(10.993.705)	(11.317.587)	(10.345.941)	(10.022.059)
	IGP-M	(416.438)	(433.970)	(438.353)	(442.736)	(429.587)	(425.204)
	IPCA	(5.093.745)	(5.282.723)	(5.329.967)	(5.377.212)	(5.235.479)	(5.188.234)
Total de passivos financeiros		(14.884.478)	(16.386.516)	(16.762.025)	(17.137.535)	(16.011.007)	(15.635.497)
Impacto no resultado do exercício			(1.502.038)	(375.509)	(751.019)	375.509	751.019
<i>Swap - Ponta Passiva</i>	CDI	2.202.245	2.506.595	2.582.683	2.658.770	2.430.507	2.354.420
Impacto em outros resultados abrangentes				1.357	2.712	(1.357)	(2.712)
Impacto no resultado do exercício				74.731	149.463	(74.731)	(149.463)
Impacto líquido no resultado do exercício total				(156.309)	(312.617)	156.309	312.617

Referência para ativos e passivos financeiros	Taxa projetada	Taxa em 31/12/2025	+25%	+50%	-25%	-50%
CDI (% 12 meses)	13,82%	14,32%	17,28%	20,73%	10,37%	6,91%
IGP-M (% 12 meses)	4,21%	-1,05%	5,26%	6,32%	3,16%	2,11%
IPCA (%12 meses)	3,71%	4,46%	4,64%	5,57%	2,78%	1,86%

Fonte: B3 e Santander

(h) Risco de vencimento antecipado

A Companhia e suas controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com *covenants* que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas.

A Administração acompanha suas posições, bem como projeta seu endividamento futuro para atuar preventivamente aos limites de endividamento mencionados nas notas explicativas nº 15 - Empréstimos e financiamentos e nº 16 - Debêntures.

Em consideração aos contratos sujeitos à recuperação judicial da controlada Equatorial Pará, a novação dos créditos incitou a suspensão de cláusulas contratuais de vencimento antecipado e de *covenants* financeiros e não financeiros, salvo quando acordado entre as partes.

(i) Risco de escassez de energia (Risco hidrológico) - Comercialização

O sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil é um sistema hidro-termo-eólico de grande porte, com predominância de usinas hidrelétricas, o que o torna suscetível às variações nos reservatórios em função das chuvas. Um exercício prolongado de escassez de chuva, por exemplo, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Dessa maneira, com a finalidade de incentivar o uso racional da energia, o governo através do Decreto nº 8.401/2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias (CCRBT - conta bandeiras) visando repassar mais adequadamente aos consumidores finais o custo associado às condições de geração de eletricidade.

Conforme informações do Operador Nacional do Sistema (ONS), nos meses de outubro a dezembro de 2022 houve continuidade das chuvas observadas no País, comportamento esperado para o exercício tipicamente úmido. Em termos de armazenamentos equivalentes, todos os subsistemas do Sistema Interligado Nacional (SIN) finalizaram o ano com valores superiores aos de 2021. O ONS destacou que as melhores condições hoje observadas nos reservatórios das usinas hidrelétricas, aliadas aos demais recursos energéticos disponíveis no País, contribuirão para a garantia e segurança do atendimento nos próximos meses.

(j) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento- Tarifas

Os processos de revisão e reajuste tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia e de suas controladas, concessionárias e demais agentes do Setor. Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a Companhia, bem como suas controladas, justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para seu repasse às tarifas.

(k) Riscos regulatórios e operacionais

Os riscos regulatórios e operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e de suas controladas transmissoras e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da empresa ou de fatores externos.

Risco de interrupção do serviço: em caso de interrupção do serviço ou indisponibilidade do equipamento, as controladas transmissoras estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação Parcela Variável, prevista na REN nº 729/2016, dependendo do tipo de desligamento, do tipo de equipamento e duração da indisponibilidade dos serviços.

Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura: caso as controladas transmissoras expandam os seus negócios por meio da construção de novas instalações de transmissão poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidade.

Risco regulatório: caso as controladas transmissoras da Companhia não cumpram com as obrigações contidas nas cláusulas do contrato de concessão e nas Resoluções editadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estará sujeita a aplicação de penalidades, dependendo do tipo de infração, e do regramento descumprido, conforme determinado pela REN nº 846/2019 que, a depender do cometimento da infração, a multa poderá alcançar até 2% do faturamento da empresa.

(I) Risco ambiental

A Companhia e suas controladas balizam suas ações em sua Política de Sustentabilidade, que prevê, em suas Concessões, o atendimento aos requisitos legais ambientais nas 3 esferas de governo (Federal, Estaduais e Municipais), visando a preservação ambiental e o respeito à sociedade, em especial, às populações tradicionais.

Para controle dos processos e atividades com impactos ambientais, utilizamos um Sistema de Gestão Ambiental balizado na ISO 14001, que vincula os processos e atividades a seus possíveis impactos, bem como o correlaciona à Legislação vigente. Para tais processos, temos procedimentos específicos, que visam o controle preventivo quanto aos impactos ambientais, que envolvem os colaboradores próprios e terceiros, bem como os demais *Stakeholders*.

O Controle do Sistema de Gestão Ambiental tem como principais macroprocessos:

- Licenciamento Ambiental;
- Gestão de Limpeza de Faixa, Podas e Supressão de Vegetação;
- Gestão de Resíduos, Educação e Conscientização Ambiental;
- Gestão de Requisitos Legais;
- Gestão de Recursos Hídricos; e
- Normatização e Controle do Sistema de Gestão Ambiental (SGA).

Dentro destes macroprocessos, a Companhia e suas controladas realizam a gestão de centenas de processos de licenças e autorizações ambientais para implantação, manutenção e operação de ativos e processos, em especial, no que se refere a implantação de Subestações, Linhas de Transmissão e Redes de Distribuição de Energia. Bem como trabalham com os órgãos ambientais competentes na obtenção de autorizações de poda, limpeza de faixa e supressão de vegetação, atendendo a legislação e evitando riscos ao sistema elétrico.

No SGA, a Companhia e suas controladas tem a etapa de Integração Ambiental para implantação de obras. Este processo consiste em alinhamento com os fornecedores/executores de obras, quanto ao licenciamento e autorizações recebidas dos órgãos ambientais. Nas reuniões de Integração Ambiental são repassados aos gestores e executores das obras, todo processo que foi ambientalmente licenciado, bem como as obrigações legais relacionadas ao cumprimento das condicionantes e da legislação vigente, visando assim minimizar os riscos ambientais associados a implantação das obras.

Adicionalmente, visando reduzir impactos ambientais, a Companhia e suas controladas utilizam em suas áreas de concessão cabos protegidos ou compactos que minimizam as ações e intensidades de podas, em especial, em áreas urbanas com alta densidade árvores de grande porte.

29.6 Gestão do capital

A política da Administração da Companhia e de suas controladas é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores, do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Administração procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável, estabelecendo e acompanhando as diretrizes dos níveis de endividamento e liquidez, assim como as condições de custo e prazo dos financiamentos contratados.

A Companhia e suas controladas entendem que estruturaram as fontes de financiamento necessárias para a implantação do projeto, dentre elas o capital próprio e as linhas de financiamento de longo prazo, debêntures e o financiamento com recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia repassados pelo Banco do Brasil.

30 Demonstração dos fluxos de caixa

30.1 Transações que não afetam caixa

O CPC 03 (R2) – Demonstrações de Fluxo de Caixa, em sua revisão, trouxe que as transações de investimento e financiamento que não envolvem o uso de caixa ou equivalente de caixa devem ser excluídas das demonstrações de fluxo de caixa e apresentadas separadamente em nota explicativa.

As transações que não envolveram o uso de caixa ou equivalente de caixa, ou seja, que não estão demonstradas nas demonstrações de fluxo de caixa, estão demonstradas na tabela abaixo:

Consolidado	<u>Efeito não caixa</u>
Atividades de investimento	
Transferências entre ativo financeiro e ativo contratual	1.835.055
Transferências entre ativo contratual e intangível	1.609.159
Adição de ativo contratual em contrapartida de fornecedores	125.975
Adição de ativo contratual em contrapartida de obrigações e encargos sobre folha de pagamento	253.743
Total atividades de investimentos	3.823.932
Atividades de financiamento	
Capitalização de juros de empréstimos	84.210
Reconhecimento de ativo e passivo de arrendamento	2.231
<i>Hedge accounting</i>	161.281
Dividendos adicionais distribuídos 2024	1.505.006
Total atividades de financiamento	1.752.728
Total	5.576.660

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



30.2 Mudanças nos passivos de atividades de financiamento

	2024	Fluxo de caixa	Pagamento de Juros	Novos arrendamentos	Mudança no valor justo	Outros (*)	2025
Empréstimos e financiamentos	10.257.306	(1.206.157)	(564.399)	-	-	347.986	8.834.736
Debêntures	6.192.911	1.680.566	(605.163)	-	-	804.129	8.072.443
Instrumentos financeiros derivativos	(318.735)	-	(140.455)	-	(159.286)	918.519	300.043
Valores a pagar de acordos com plano de recuperação judicial	1.136.600	(27.455)	(14.590)	-	-	76.053	1.170.608
Passivos de arrendamento	20.530	(6.162)	(1.677)	2.231	-	1.677	16.599
Dividendos a pagar	552.351	(2.053.630)	-	-	-	2.075.105	573.826
Total	17.840.963	(1.612.838)	(1.326.284)	2.231	(159.286)	4.223.469	18.968.255

(*) As movimentações incluídas na coluna de "Outros" incluem os efeitos das apropriações de encargos de dívidas, juros, variações monetárias e cambiais líquidas, capitalização de juros e o reconhecimento de dividendos a pagar no fim do exercício. A Companhia e suas controladas classificam juros pagos como fluxos de caixa das atividades operacionais.

31 Compromissos futuros (Consolidado)

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo são os seguintes:

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028 (*)
Energia contratada	2026 a 2037	7.195.073	7.316.198	7.824.473	98.665.099
Energia contratada (em MhW)	2026 a 2037	27.844.965	28.512.206	29.406.157	309.567.177

(*) estimado em 9 anos após 2028.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência varia de 2 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço atualizado de acordo com a cláusula do Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – CCEAR, e foram homologados pela ANEEL.

	Vigência	2026	2027	2028	Após 2028(*)
Sistema isolado	2026 a 2029	587.948	429.008	40.430	229.669
Sistema isolado (MhW)	2026 a 2029	255.348	177.033	51.406	257.407

(*) estimado até a data de interligação ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

32 Eventos subsequentes

Aumento de capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2026, a Companhia aprovou aumento de seu capital social no montante de R\$ 434.000 mediante a emissão de novas ações ordinárias, integralmente subscritas pela controladora Equatorial S.A., elevando o capital social de R\$ 5.493.218 para R\$ 5.927.218, com a correspondente alteração do Estatuto Social.

Declaração de dividendos

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de janeiro de 2026, foram declarados e pagos dividendos privilegiados à conta de reservas de lucros, com base em balanço de 30 de setembro de 2025, no montante total de R\$ 434.000, destinados aos titulares de ações preferenciais Classes A e B.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Conclusão do exercício da opção de compra das ações preferenciais classe A e B da Companhia Equatorial Distribuição S.A. do acionista Itaú Unibanco S.A. pela Equatorial S.A.

Em 05 de janeiro de 2026, por meio da Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a conversão de 233.174.756 (duzentas e trinta e três milhões, cento e setenta e quatro mil, setecentas e cinquenta e seis) ações preferenciais de emissão da Companhia, sendo 87.644.582 (oitenta e sete milhões, seiscentas e quarenta e quatro mil, quinhentas e oitenta e duas) ações preferenciais classe A e 145.530.174 (cento e quarenta e cinco milhões, quinhentas e trinta mil, cento e setenta e quatro) ações preferenciais classe B, todas elas nominativas e sem valor nominal, em ações ordinárias, na proporção de 1 (uma) ação preferencial para 1 (uma) ação ordinária.

O capital social da Equatorial Distribuição passará a ser, portanto, de R\$ R\$ 5.927.218, dividido em 5.052.680.389 (cinco bilhões, cinquenta e duas milhões, seiscentas e oitenta mil, trezentas e oitenta e nove) ações ordinárias e 236.406.620 (duzentos e trinta e seis milhões, quatrocentas e seis mil e seiscentas e vinte) ações preferenciais.

De acordo com o Acordo de Acionistas, as Ações Preferenciais terão direito aos dividendos distribuídos pela Companhia, em cada exercício social, aos seus acionistas, considerando a partir do exercício de 2026:

- a) 10% (dez por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2026;
- b) 15% (quinze por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia no respectivo exercício, para as distribuições relativas ao exercício social de 2027; e
- c) 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido auferido pela Companhia nos respectivos exercícios, para as distribuições relativas ao exercício social de 2028 em diante.

Equatorial Pará

Aumento de capital

Em 25 de março de 2026 conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital, dentro do limite do capital autorizado, no valor de R\$ 145, mediante a capitalização parcial do saldo da Reserva Legal, sem emissão de novas ações, nos termos do §1º do artigo 169 da Lei das S.A.

Liberação de recurso da 11ª (Décima Primeira) Emissão de Debêntures

Em 13 de fevereiro de 2026, foi realizada a liberação dos recursos referentes à 11ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, emitidas em série única, no montante total de R\$ 800.000. A emissão possui prazo de 12 anos, com juros semestrais e amortização anual a partir do 9º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI – 0,7875% a.a.

Equatorial Energia Distribuição S.A. e Consolidado

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas--Continuação
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Valores expressos em milhares de reais)



Equatorial Piauí

Aumento de capital social

Em 25 de março de 2026, conforme ata de Reunião do Conselho de Administração, houve a aprovação do aumento de capital no valor de R\$ 206.336, mediante a integralização da Reserva Legal no valor de R\$ 20.554, da Reserva de Incentivos Fiscais no valor de R\$ 107.607 e da Reserva Estatutária no valor de R\$ 78.175, sem emissão de novas ações, com a consequente alteração do Art. 5º do Estatuto Social da Companhia, a ser submetida à apreciação da Assembleia Geral da Companhia.

Liberação de recurso da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures

No dia 13 de fevereiro de 2026, ocorreram as liberações de recursos da 6ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, no montante total de R\$ 600.000. A emissão possui prazo de 12 anos, juros semestrais e amortização anual no 9º ano, 10º ano, 11º ano e 12º ano, sendo remunerada à taxa de IPCA + 6,57% a.a., com operação de swap para CDI – 0,7875% a.a.

* * *

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior
Diretor-Presidente

Humberto Luís Queiroz Nogueira
Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima
Diretor

Cristiano de Lima Logrado
Diretor

Marcos Antônio Souza de Almeida
Diretor

José Silva Sobral Neto
Diretor

Geovane Ximenes de Lira
Superintendente Corporativo de Gestão Tributária, Normas e Relatórios Contábeis
Contador
CRC-PE 012996-O-3-S-MA

Relatório da Administração de 2025

A Administração da Equatorial Distribuição S.A., em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária vigente, apresenta a seguir o Relatório da Administração, suas Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas, com as respectivas notas explicativas e o Relatório dos auditores independentes, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025.

As informações não financeiras da Companhia e de suas controladas, as relacionadas ao programa “Luz para Todos” (PLPT), o Balanço Social, Combate a Perdas, Relatório de Ações Sociais, assim como as expectativas da Administração quanto ao desempenho futuro da Companhia e de suas controladas não foram revisadas pelos auditores independentes.

01. Perfil da Companhia

Visão geral

A Equatorial Distribuição S.A é uma holding com atuação no setor elétrico, no segmento de Distribuição de energia, a Equatorial Distribuição controla as concessionárias dos Estados do Maranhão, Pará e Piauí.

02. Destaques de 2025

- Em 2025, o EBITDA atingiu R\$ 5,9 bilhões, 13% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 5,2 bilhões.
- Em 2025 os Investimentos consolidados da Equatorial Distribuição totalizaram R\$ 5.626 bilhões, crescimento de 26% comparada a 2024.
- Qualidade da Operação - Redução do DEC nas três empresas Maranhão -0,13h, Pará -3,56h e Piauí - 3,66h.
- Qualidade da Operação – Redução no FEC na no Pará -1,02h e Piauí 0,93h e aumento de 0,20h no Maranhão.

03. Mensagem do Presidente

O exercício de 2025 foi mais um ano de consolidação e crescimento, com consistente geração de valor para a Equatorial Distribuição. Ao longo do período, avançamos com iniciativas relevantes voltadas ao processo de desalavancagem da Companhia, reforçando nossa solidez financeira e capacidade de execução.

As concessões, de forma consolidada, apresentaram crescimento de 4,1% na Energia Injetada Bruta Total, refletindo a evolução da demanda e a eficiência operacional em nossas áreas de atuação.

Seguimos firmes em nossa estratégia de crescimento com geração de valor, pautados pela excelência na performance operacional e pela disciplina na gestão financeira. Contamos com um time dedicado e altamente qualificado, fundamental para a continuidade da trajetória de sucesso da Equatorial.

Reafirmamos, ainda, nosso compromisso de aprimorar continuamente a qualidade dos serviços prestados, assegurando que nossas concessionárias atuem como importantes alavancas para o desenvolvimento econômico e social das regiões onde estamos presentes.

Augusto Miranda da Paz Junior

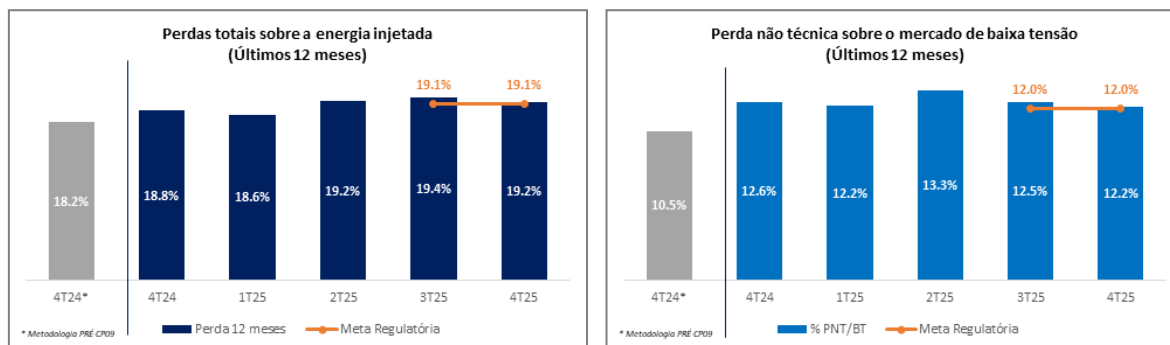
Diretor-Presidente.

04. Gestão dos negócios

4.1 Combate às perdas

Maranhão

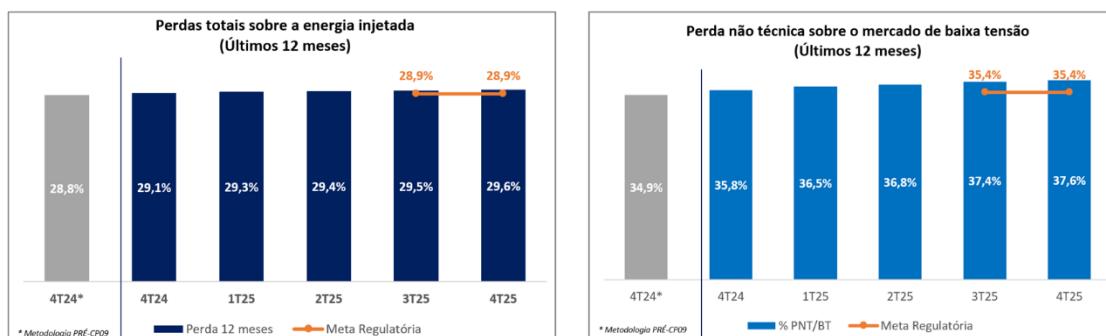
Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Maranhão atingiu 11.101 GWh, representando um crescimento de 4,3% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 8.971 GWh, aumento de 3,5% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 2.130 GWh no ano, equivalentes a 19,2% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou elevação de 0,4 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, motivando a Equatorial Maranhão a aprimorar processos e desenvolver novas estratégias para alcançar patamares superiores aos dos anos anteriores. As variações abruptas de temperatura registradas ao longo do período exigiram maior esforço técnico e operacional para preservar a estabilidade do sistema e assegurar o atendimento aos clientes, tornando também mais complexas as ações de combate às perdas.

Pará

Em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Pará atingiu 16.864 GWh, representando um crescimento de 3,7% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 11.870 GWh, aumento de 2,9% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia somaram 4.993 GWh no ano, equivalentes a 29,6% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou elevação de 0,6 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.

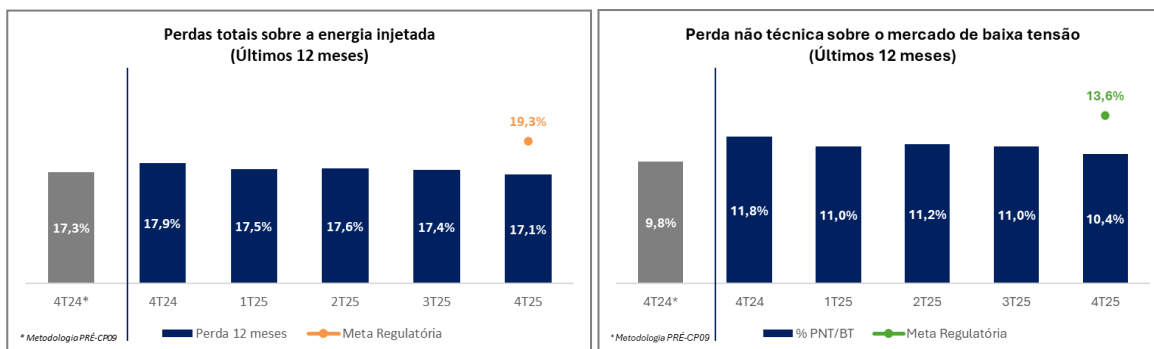


O ano de 2025 foi marcado por grandes desafios, motivando a Equatorial Pará a aprimorar processos e desenvolver novas estratégias para avançar em relação aos resultados dos anos anteriores. Ao longo do período, o estado enfrentou condições climáticas adversas que impactaram a operação da distribuidora e aumentaram a complexidade das ações de combate às perdas, contribuindo para maior oscilação dos indicadores.

Piauí

Partindo da nova metodologia, em 2025, a energia injetada bruta pelo sistema da Equatorial Piauí atingiu 6.707 GWh, representando um crescimento de 6,5% em relação a 2024. O volume de energia medida totalizou 5.558 GWh, aumento de 7,5% em relação a 2024. Como resultado, as perdas de energia registradas pela Companhia

somaram 1.148 GWh no ano, equivalentes a 17,1% da energia injetada bruta. Esse desempenho implicou redução de 0,8 p.p. no índice de perdas frente ao encerramento de 2024.



O ano de 2025 trouxe desafios relevantes para a Equatorial Piauí, especialmente devido às condições climáticas adversas que afetaram o estado ao longo do período. A combinação de seca prolongada e irregularidade das chuvas impactou diretamente a operação da distribuidora, exigindo maior esforço técnico e operacional para preservar a estabilidade do sistema e assegurar o atendimento aos clientes.

4.2 Qualidade DEC/FEC

Distribuidoras	2024	2025	Regulatório
DEC			
Equatorial Maranhão	13,36	13,23	13,80
Equatorial Pará	19,40	15,84	21,47
Equatorial Piauí	21,04	17,38	19,18
FEC			
Equatorial Maranhão	5,81	6,01	7,86
Equatorial Pará	7,95	6,93	15,77
Equatorial Piauí	7,20	6,27	12,20

Maranhão

Em 2025, novamente, foram atendidas as metas regulatórias dos indicadores DEC e FEC. Os resultados do DEC foram melhores em todos os trimestres de 2025 em relação aos mesmos períodos de 2024, o que os permitiu entregarmos o melhor DEC anual histórico da Equatorial Maranhão. Ainda, a melhoria do indicador DEC foi conciliada com o atingimento de resultados estratégicos importantes, como o combate a inadimplência, de forma a ajudar no atingimento da maior arrecadação de nossa história. Já o FEC realizado ficou 24% abaixo do limite regulatório, demonstrando a estabilidade do indicador e maturidade do processo de Manutenção.

Pará

O indicador de qualidade DEC e FEC encerra o ano respectivamente em 15,84 horas e 6,93 vezes. Desta forma mantivemos o resultado abaixo da meta regulatória da ANEEL.

Piauí

Os indicadores de qualidade DEC e FEC apresentaram uma redução de 17% e de 13%, respectivamente, em relação ao exercício anterior.

05. Assuntos Regulatórios

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Pará

Em 05 de agosto de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Pará Distribuidora de Energia S.A. sendo, em média, reajustadas em 3,74%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora a partir do dia 07 de agosto de 2025.

Revisão Tarifária Anual – Equatorial Maranhão

A Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou a Revisão Tarifária Periódica - RTP de 2025 da Equatorial Maranhão Distribuidora de Energia S.A. com definição das tarifas para o período de 28 de agosto de 2025 a 27 de agosto de 2026, com um reajuste de 17,90% (dezesete vírgula noventa por cento), correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores/usuários/agentes supridos da distribuidora.

Reajuste Tarifário Anual – Equatorial Piauí

Em 25 de novembro de 2025, a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) homologou as tarifas da Equatorial Piauí Distribuidora de Energia S.A. sendo, em média, reajustadas em 13,57%, correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores da distribuidora a partir do dia 2 de dezembro de 2025.

06. ESG Equatorial

Ao longo de 2025, o Grupo Equatorial consolidou avanços significativos em sua gestão de sustentabilidade, alcançando posições de liderança no setor de *utilities*. A Companhia registrou uma evolução expressiva nos principais ratings ESG, reflexo direto da integração dessas práticas à sua estratégia de negócios. Além disso, o Grupo conquistou uma expressiva evolução da posição na carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial da bolsa brasileira (ISE B3), destacando-se na 22ª posição entre as 81 empresas listadas na carteira.

No campo de gestão de pessoas, o Grupo Equatorial foi reconhecido pela primeira vez como uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com o ranking Great Place To Work® (GPTW) 2025. A companhia passou a ocupar 18ª posição na Categoria Gigantes, entre mais de 5 mil organizações avaliadas. Esse resultado posiciona a Equatorial como uma das maiores empresas brasileiras a conquistar o selo nacional, refletindo o amadurecimento da sua cultura organizacional. Ademais, o Grupo alcançou a marca de 87% de favorabilidade na nossa pesquisa de engajamento de 2025, o que representa um avanço de 4 pontos percentuais em relação ao ano anterior.

Em inovação, o Grupo Equatorial figurou entre as 150 empresas mais inovadoras do país no Prêmio Valor Inovação Brasil 2025, promovido pelo Valor Econômico em parceria com a Strategy&, consultoria da PwC. A Companhia alcançou a 7ª colocação no setor elétrico e a 58ª posição no ranking geral, reconhecimento que reflete a trajetória consistente de crescimento, impulsionada por investimentos em tecnologia, eficiência operacional e digitalização, pilares fundamentais para a modernização da infraestrutura e a geração de resultados.

No pilar social, os investimentos do Grupo totalizaram R\$ 34 milhões no quarto trimestre de 2025, representando um crescimento de 162% em relação a 2024. Nesse contexto, destaca-se o programa Energia Feminina, conduzido pelo Instituto Equatorial, que promove capacitação, inclusão produtiva e geração de renda para mulheres em situação de vulnerabilidade social. Após os resultados positivos da primeira edição, a iniciativa chega à sua segunda fase em 2025, com ampliação para todos os estados em que a Companhia atua na distribuição de energia (Maranhão, Pará, Piauí, Alagoas, Goiás, Amapá e Rio Grande do Sul), reforçando o compromisso do Grupo com o desenvolvimento social e a autonomia econômica de mulheres.

Saiba mais sobre nossos indicadores, disponibilizados a cada trimestre e anual de 2024 e 2025, no quadro abaixo.

Indicadores ESG	Medida	1T24	2T24	3T24	4T24	2024	1T25	2T25	3T25	4T25	2025	Var. % 2025 vs 2024
Ambiental												
Consumo de Combustíveis Renováveis na Frota Administrativa	L	47.185	171.539	190.974	206.954	616.652	257.770	247.808	246.714	288.874	1.041.166	69%
Intensidade de Emissões de SF6	tCO2eq/GWh	-	0,05	0,05	0,04	0,14	0,04	0,03	0,04	0,03	0,14	1%
Número de Ligações de Energia em Áreas Remotas via SIGFI (Sistema Individual de Geração de Energia Elétrica com Fonte	#	3.462	3.231	5.453	10.212	22.358	2.196	3.230	7.757	9.025	22.208	-1%
Investimentos P&D e Eficiência Energética em Meio Ambiente	R\$ mil	14.071	830	18.472	28.175	61.548	29.359	28.642	31.318	22.612	111.931	82%
Social												
% de Mulheres no Grupo Equatorial Energia	%	36,2%	36,0%	35,2%	34,9%	34,2%	33,9%	33,0%	33,4%	33,2%	28,9%	-15%
% de Mulheres em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	21,4%	22,0%	22,2%	22,4%	22,1%	22,3%	23,0%	23,0%	22,9%	22,7%	3%
% de Negros em Cargos de Liderança x Total de Líderes	%	7,2%	7,0%	6,9%	7,0%	7,0%	6,8%	8,0%	6,6%	6,5%	6,5%	-7%
% de Fornecedores Locais	%	45,9%	43,0%	42,8%	39,3%	42,4%	43,1%	46,2%	43,3%	46,8%	44,9%	6%
Investimentos Sociais	R\$ mil	9.833	10.253	64.763	13.144	97.993	270	7.029	25.002	34.383	66.684	-32%
Taxa Gravidade (TG) Próprios - indicador	#	5	4	19	25	15	53	125	36	24	53	253%
Taxa Gravidade (TG) Terceiros - indicador	#	799	1.563	1.050	577	1.027	320	209	351	707	363	-65%
Número de óbitos de empregados (próprios + terceiros)	#	1	6	2	2	11	1	0	1	3	5	-55%
Número de Acidentes com a População	#	10	4	4	14	32	9	0	12	5	26	-19%
Número de Unidades Consumidoras (UCS) beneficiadas pela Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE) - "000"	#	4.233	4.317	4.496	4.494	4.494	4.351	4.457	4.405	4.343	4.343	-3%
Governança												
% de Conselheiros Independentes	%	100%	100%	86,0%	86,0%	87,5%	86,0%	87,5%	88,0%	86,0%	87,5%	0 p.p
% de Mulheres no Conselho	%	14,0%	14,0%	14,0%	14,0%	12,5%	14,0%	14,0%	14,0%	12,5%	12,5%	-0,015 p.p
% de Colaboradores Treinados na Trilha de Integridade	%	56,0%	62,0%	93,9%	99,0%	99,0%	97,9%	98,0%	98,6%	99,0%	99,0%	0%
Casos Registrados no Canal de Ética	#	166	136	118	210	630	168	247	245	324	984	54%

Diversidade e inclusão

Ao longo de 2025, foram promovidas ações focadas em diversidade, desenvolvimento de talentos e valorização de profissionais formados internamente.

Entre as iniciativas de destaque está a Escola de Eletricistas, que capacita profissionais para o setor e apoia a estratégia de primarização. No ano, formamos 330 pessoas, com 90% de aproveitamento nas turmas. Desses participantes, 65 foram inseridos no mercado de trabalho.

O Grupo Equatorial também avançou na incorporação da pauta de diversidade ao processo de atração e seleção. Foram realizadas capacitações voltadas a recrutadores e lideranças, abordando diversidade e vieses inconscientes e práticas de entrevistas por competência, além de reforçar o papel dos gestores como agentes da marca empregadora e promotores de processos seletivos mais justos e consistentes.

A padronização de critérios, testes e roteiros de entrevista busca ampliar a equidade nas decisões e reduzir subjetividades ao longo do processo. As consultorias parceiras também passaram a ser acompanhadas de forma mais estruturada, assegurando alinhamento às diretrizes institucionais da Companhia.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade e proporção de mulheres entre nossos colaboradores.

Como compromisso com a equidade, detalhamos a seguir a quantidade de mulheres e proporção de remuneração entre nossos colaboradores.

Maranhão

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	5	20,00	5	20,00
Alta Liderança	29	20,69	30	20,00
Média Liderança	70	31,43	74	33,78
Equipe	1.672	34,45	1.698	35,22
Total	1.776	34,07	1.807	34,86

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	1,13	2,00
Alta Liderança	0,69	0,96
Média Liderança	0,97	0,97
Equipe	0,85	0,84
Total	0,81	0,75

Pará

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	2	-	2	-
Alta Liderança	14	7,14	15	6,67
Média Liderança	34	20,59	35	22,86
Equipe	1.252	30,19	1.540	26,04
Total	1.302	29,65	1.592	25,75

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	0,72	1,16
Média Liderança	0,96	1,21
Equipe	0,81	0,85
Total	0,72	0,76

Piauí

Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil				
Nível Hierárquico	Em 31 de dezembro de 2024		Em 31 de dezembro de 2025	
	Total	% Mulheres	Total	% Mulheres
Conselho	-	-	-	-
Alta Liderança	8	-	7	-
Média Liderança	18	22,22	16	25,00
Equipe	634	23,19	643	22,40
Total	660	22,88	666	22,22

Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico		
Nível Hierárquico	Remuneração Média - 2024	Remuneração Média - 2025
Conselho	-	-
Alta Liderança	-	-
Média Liderança	1,13	1,18
Equipe	0,85	0,80
Total	0,76	0,66

As informações constantes nas tabelas acima consideram a quantidade de pessoas em cada nível hierárquico de forma consolidada no grupo Equatorial, sendo consideradas todas as empresas pertencentes ao Grupo Equatorial.

Na Tabela – Mulheres empregadas por níveis hierárquicos no Brasil: A tabela estratifica o efetivo nos níveis de hierarquia definidos – Base dezembro de cada ano; A coluna “Total” contém o efetivo completo (mulheres e homens). A coluna “% Mulheres” mostra a proporção de mulheres em relação ao total. Na Tabela – Proporção da remuneração total entre gêneros no Brasil por nível hierárquico: A tabela mostra a proporção da remuneração média anual das mulheres em relação à remuneração dos homens, considerando o nível hierárquico.

Em 2025, a Equatorial permaneceu na carteira do IDIVERSA B3, primeiro índice da América Latina a incorporar critérios de gênero e raça na seleção das empresas participantes. O índice busca acompanhar o desempenho médio das ações de companhias listadas que se destacam em diversidade, com base no Score de Diversidade desenvolvido pela B3. A presença contínua da Equatorial no IDIVERSA B3 reforça seu compromisso com a promoção da igualdade de gênero e étnico-racial no ambiente de trabalho e reconhece a diversidade como um elemento estratégico para o fortalecimento do desempenho corporativo e para o desenvolvimento sustentável.

Relatório de Ações Sociais do Grupo Equatorial

O Programa **Jornada de Segurança** expandiu sua atuação para além das operações, com investimento de R\$ 3,4 milhões na manutenção e aprimoramento das iniciativas, contribuindo para a cultura de prevenção e a proteção da população.

Entre as principais ações realizadas estão:

- 20.675 inspeções estáticas (nas bases);
- 33.534 inspeções dinâmicas (blitz em campo);
- Mais de 15.007 diálogos de segurança com as equipes;
- 25 workshops de segurança com fornecedores âncoras e não âncoras;
- Implementação de monitoramento por QR Code, garantindo o histórico de informações de colaboradores e empresas.

Como resultado dessas iniciativas, os acidentes envolvendo a população apresentaram redução em relação a 2024. Os acidentes graves caíram de 48 para 21 ocorrências, os leves diminuíram de 45 para 40 casos, e os fatais passaram de 90 para 89. Já os casos envolvendo apenas danos materiais aumentaram de 3 para 7 registros.

Iniciado em 2024, o Programa de Voluntariado corporativo do Grupo Equatorial avançou em 2025 em seu processo de consolidação, com foco no fortalecimento do engajamento dos colaboradores. Ao longo do período, o E+ Energia Voluntária mobilizou mais de 2.000 participantes, alcançando 55% de participação ativa em ações sociais. A iniciativa é apoiada por uma plataforma dedicada que permite aos colaboradores propor e liderar projetos, estimulando o protagonismo social e ampliando o impacto positivo junto às comunidades.

Em paralelo, 2025 marcou a consolidação do Instituto Equatorial como a estrutura responsável por organizar e potencializar o investimento social privado do Grupo. Presente nos sete estados de atuação do Grupo, o Instituto já impacta diretamente mais de 120 mil pessoas, evidenciando a expansão consistente do alcance social. Esse amadurecimento institucional também se refletiu em reconhecimento externo: o Instituto conquistou o primeiro lugar no Prêmio Ser Humano, promovido pela ABRH-MA, na categoria ESG, com o case “Diálogo Equatorial: integrando inteligência social no fortalecimento de laços sociais”, resultado obtido com menos de um ano de atuação.

A estratégia que sustenta esses avanços parte da compreensão de que a transformação social se constrói de forma colaborativa, a partir da escuta qualificada e do reconhecimento do protagonismo das comunidades. Nesse contexto, o Instituto conduziu uma revisão estratégica estruturada, com apoio de consultoria especializada em terceiro setor e investimento social privado, que resultou na atualização de sua missão, valores e direcionadores de atuação. Organizada em eixos complementares de articulação institucional, comunicação e investimento social para o desenvolvimento comunitário, a atuação do Instituto ocorre de forma integrada às áreas corporativas, evitando sobreposição de iniciativas e, externamente, por meio do fortalecimento de parcerias que ampliam a capilaridade e a efetividade das ações.

Em 2025, o Grupo Equatorial também apresentou avanços consistentes e estruturados em sua estratégia climática e em sua agenda de sustentabilidade e gestão corporativa. O Grupo Equatorial manteve a **score B** no CDP Mudanças Climáticas e, pela primeira vez, realizou o reporte ao CDP Segurança Hídrica, alcançando a **score C**, resultados que evidenciam a evolução da gestão de riscos e impactos ambientais, o fortalecimento das práticas de governança e o maior engajamento da cadeia de valor nos temas climáticos e hídricos. Em linha com esse movimento, o Grupo passou a ocupar a **22ª posição no ISE Bovespa** (Índice de Sustentabilidade Empresarial), reforçando a consistência de sua trajetória de amadurecimento em práticas ESG e a integração crescente da sustentabilidade à estratégia do negócio.

Esse conjunto de avanços também se refletiu na atuação do Grupo na COP 30, que foi resultado de um planejamento técnico integrado e antecipado, mobilizando desde a alta liderança até as equipes operacionais, com foco na segurança e na confiabilidade do sistema elétrico. O Grupo investiu cerca de R\$ 95 milhões na preparação da infraestrutura em Belém (PA) e região, estruturando planos de contingência, medidas de

segurança física e cibernética e ações de conscientização interna. Durante o evento, o sistema operou sem intercorrências, com todas as demandas atendidas.

Paralelamente, o Grupo contribuiu tecnicamente para a agenda de transição energética no Pará, com destaque para a desativação de 19 usinas térmicas a diesel e o planejamento de retirada de outras 11, deixando como legado melhorias estruturais que ampliam a confiabilidade, a resiliência da rede e a qualidade do serviço prestado à população.

Plataforma E+

A plataforma E+ integra todos os projetos sociais do Grupo Equatorial, com focos e iniciativas distintos. A pluralidade de temas permite ao Grupo promover simultaneamente diferentes eixos de atuação: comunidade, meio ambiente, eficiência energética e desenvolvimento socioeconômico.

E+ Reciclagem

O projeto E+ Reciclagem recebeu mais de três mil e setecentos toneladas de resíduos em 2025. A distribuidora mantém dez postos distribuídos em quatro municípios, sendo: 5 em São Luís, 3 em Imperatriz, um posto em Timon e um posto em Caxias. Os resíduos arrecadados proporcionaram a economia de mais de 17 mil MWh de energia, evitaram a emissão de mais de 13 mil toneladas de CO₂ e preservaram o equivalente a mais de 38 mil árvores, reforçando o compromisso da distribuidora com a sustentabilidade.

E+ Educação

Uma das principais estratégias de atuação social, o projeto E+ Educação desenvolve ações nos municípios pertencentes à concessão. Em 2025, foram realizadas 600 palestras educacionais em 60 municípios, impactando mais de 25 mil pessoas com orientações sobre o caminho da energia, consumo consciente e segurança, fortalecendo a conscientização e o uso responsável da energia elétrica.

E+ Comunidade

O projeto enquadra-se na Tipologia Baixa Renda, conforme diretrizes do Programa de Eficiência Energética – PROPEE/ANEEL, e tem por objetivo promover a inclusão e a disseminação da eficiência energética em comunidades de baixa renda localizadas na área de concessão. Ao longo do ano, foram substituídos 2.570 refrigeradores ineficientes, realizadas mais de 28 mil trocas de lâmpadas fluorescentes e incandescentes por modelos LED com Selo PROCEL e efetuada a substituição de 500 ventiladores. As ações resultaram em uma economia estimada de 1.614,29 MWh/ano, além de contribuir para a conscientização das famílias sobre consumo responsável e uso eficiente da energia elétrica.

07. Desempenho Econômico-Financeiro

8.1.1 Receita Líquida

Em relação a Receita Líquida, o total registrado no ano, desconsiderando a receita de construção foi de R\$ 22,7 bilhões, 13% acima da obtida no ano anterior.

8.1.2 Custos e Despesas Operacionais

No ano de 2025, o total de custos e despesas operacionais, excluindo custo de construção, depreciação e amortização foi de R\$ 12,2 bilhões, crescimento de 9% na comparação com 2024.

8.1.3 EBITDA

Em 2025, o EBITDA atingiu R\$ 5,9 bilhões, 13% maior que o valor registrado no ano anterior que foi de R\$ 5,2 bilhões.

8.1.4 Resultado Financeiro

Em 2025, o resultado financeiro líquido (consolidado) foi negativo em R\$ 1,3 bilhão, comparado ao resultado financeiro líquido de R\$ 0,9 bilhão, registrado no ano de 2024.

8.1.5 Lucro Líquido

Em 2025, a Companhia alcançou Lucro Líquido de R\$ 2,8 bilhões, redução de 9% em relação ao ano anterior.

08. Investimentos

Investimentos Distribuidoras (R\$ Milhões)	12M25		
	MA	PA	PI
Ativos elétricos	1.028	1.879	718
Obrigações especiais	105	1.446	132
Ativos não elétricos	107	143	67
Total	1.240	3.469	917

Investimentos Distribuidoras (R\$ Milhões)	12M24		
	MA	PA	PI
Ativos elétricos	1.023	1.159	579
Obrigações especiais	38	1.306	87
Ativos não elétricos	85	140	60
Total	1.146	2.604	726

Maranhão

Os investimentos da Equatorial Maranhão, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT e MLA, totalizaram R\$ 1,134 bilhão em 2025, crescimento de 3% em relação a 2024. Tais investimentos são principalmente focados em expansão da capacidade de transformação da rede de distribuição, tendo em vista o contínuo crescimento na demanda de energia do Estado.

Pará

Os investimentos da EQTL PA totalizaram R\$ 3,5 bilhões em 2025, aumento de 33% em relação a 2024. Os investimentos se concentraram na expansão e melhoria da rede e o Programa Luz Para Todos.

Piauí

Em 2025, os investimentos da EQTL PI, excluindo os investimentos diretos relacionados ao PLPT, totalizaram R\$ 785 milhões, direcionados principalmente a manutenção e expansão da rede de distribuição de energia. Já os investimentos do Programa Luz Para Todos somaram R\$ 132 milhões.

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior

Diretor Presidente

José Silva Sobral

Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira

Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor Cristiano de Lima Logrado

Diretor Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretor

Relacionamento com auditores externos

Em atendimento ao inciso V e VI, do § 1º do artigo 27 da Resolução CVM no 80, de 29 de março de 2022, os Diretores da Companhia, Srs. Augusto Miranda da Paz Júnior, Diretor-Presidente; Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima, Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; José Silva Sobral, Diretor; Marcos Antônio Souza de Almeida, Diretor; Humberto Luis Queiroz Nogueira, Diretor; Cristiano De Lima Logrado, Diretor, declaram que (i) reviram, discutiram e concordam com as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024; e (ii) reviram, discutiram e concordam, sem quaisquer ressalvas, com as opiniões expressas no Relatório emitido em 25 de março de 2026 pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda, auditores independentes da Companhia, com relação às Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025.

Serviços prestados pelo Auditor Independente

Por fim, durante o exercício de 2025, a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., auditor independente da Companhia, prestou outros serviços além da auditoria das demonstrações contábeis e da revisão de informações intermediárias, tais como: revisão da tradução das demonstrações financeiras para o inglês; emissão de relatório de asseguração limitada sobre *covenants*; auditoria de demonstrações regulatórias; asseguração limitada sobre outras contas a receber; asseguração limitada sobre indicadores de sustentabilidade; diagnóstico de aderência às normas relacionadas à sustentabilidade; emissão de laudo de avaliação de patrimônio líquido contábil; e procedimentos previamente acordados sobre relatório de controle patrimonial.

A política de contratação adotada pela Companhia observa a regulamentação aplicável e assegura a independência do auditor, conforme previsto na Instrução CVM nº 381/03, conforme alterada pela Resolução CVM nº 162/2022, especialmente no que se refere à vedação de que o auditor audite o próprio trabalho, exerça funções gerenciais na Companhia ou atue na promoção de seus interesses.

As seguintes informações constantes deste Relatório da Administração não foram revisadas pelos auditores independentes: (i) dados operacionais; (ii) informações financeiras *pro forma* e suas comparações com resultados societários; e (iii) expectativas da administração quanto ao desempenho futuro da Companhia.

Diretoria Executiva

Augusto Miranda da Paz Júnior

Diretor Presidente

José Silva Sobral

Diretor

Humberto Luis Queiroz Nogueira

Diretor

Leonardo da Silva Lucas Tavares de Lima

Diretor Cristiano de Lima Logrado

Diretor Marcos Antônio Souza de Almeida

Diretor

Geovane Ximenes de Lira

Superintendente

Contador

CRC PE 012996-O-3 S-MA